

La
mitología
de
George
W. Bush

Maria Regina Soares de Lima
CIENTISTA POLÍTICA

e a guerra contra o Iraque

O mundo é esnequetado de que a providência reserva à grande notância. Fane esnequetado

s Estados Unidos da América detêm hoje predomínio indiscutível em todas as áreas que integram o conjunto de capacidades de um país: militar, econômica, tecnológica, política e cultural. A Europa e os países asiáticos nunca ultrapas-

saram os EUA em termos de capacidade econômica agregada, nem na taxa de inovação tecnológica, durante ou depois da Guerra Fria. A extinção da União Soviética significou o fim do principal contendor no plano estratégico-militar e a clara supremacia americana também nesta dimensão. Nesse sentido, a ordem mundial contemporânea pós-Guerra Fria é unipolar.

Manter essa ordem unipolar sem competidores tem sido um dos principais objetivos de todos os presidentes norte-americanos desde a queda do Muro de Berlim. O que diferencia o governo Bush de seus antecessores é o fato de estar pondo em prática uma estratégia de primazia e, simultaneamente, abandonando a Doutrina da Contenção que deu sustentação doutrínaria ao período da Guerra Fria. Essas escolhas fazem de George W. Bush o primeiro presidente norte-americano, desde meados do século XX, a levar a cabo uma estratégia revisionista da ordem mundial, a despeito do fato de os EUA serem, a partir dos anos 90, o principal beneficiário do *status quo* internacional. A guerra contra o Iraque é a corporificação desta estratégia.

contenção e equilíbrio de poder

A natureza da Doutrina da Contenção era primordialmente defensiva: impedir que os centros de capacidade militar e industrial na Europa e Ásia fossem conquistados por um “poder hostil”, leia-se, a União Soviética. A doutrina foi a tradução para o período da Guerra Fria da clássica política de equilíbrio, cuja manutenção é o objetivo primordial das potências vencedoras de guerras hegemônicas, principais beneficiárias do *status quo*. Como parte da alegada excepcionalidade de sua experiência nacional, os EUA desenvolveram ao longo da História o mito da sua auto-suficiência com relação ao mundo externo e da inexpugnabilidade de seu território. As ameaças seriam indiretas, viriam de fora, sendo do interesse nacional dos EUA agir no sentido de manter um ambiente externo fa-

vorável a seus interesses vitais que, uma vez ameaçados, poderiam levar o país à guerra. Estes últimos estavam localizados, portanto, fora de seu território. Dessa forma, a segurança do país estaria garantida por sua capacidade de controlar os acontecimentos e processos em seu perímetro de segurança, que tradicionalmente incluía o hemisfério ocidental, a Europa e a Ásia. Seu interesse vital nessas áreas era manter o equilíbrio de poder favorável aos EUA, em especial impedir a emergência de um poder rival ou hostil que pudesse ameaçar o *status quo*.

Curiosamente, analistas da política norte-americana não mencionavam explicitamente a defesa e a manutenção da integridade de seu território ou a ameaça de um ataque a seu espaço territorial no rol dos objetivos vitais do Estado, subsumidos que estavam em seus objetivos “ambientais”.¹ Foi a partir da incorporação das ameaças difusas, representadas pela proliferação das “armas de destruição em massa” (nuclear, biológica e química) entre os “Estados párias” — na denominação do governo norte-americano — ou a redes terroristas, que a *homeland security* passou a figurar entre os interesses vitais dos EUA nas análises acadêmicas e doutrinas governamentais.

Em certo sentido, a visão da ordem mundial do governo Clinton guarda semelhanças com o projeto de Franklin Roosevelt de “*One World*”. Nesta visão, a liderança norte-americana estaria baseada em três pilares: a supremacia nuclear e militar dos EUA; a institucionalização de uma ordem econômica liberal assentada em instituições multilaterais que promoveriam a interdependência econômica entre as nações; e, finalmente, a construção de um arcabouço político-institucional de regulação, centrado no sistema das Nações Unidas, sob a hegemonia americana.² A visão da ordem mundial de Roosevelt, no pós-Segunda Guerra, assim como a de Clinton, no pós-Guerra Fria, é a do país vencedor da guerra e que estabelece os parâmetros para a nova ordem da qual é o principal fiador. Como potência vencedora e voltada para a consolidação da ordem pós-Guerra Fria, portanto, uma potência *status quo*, a estratégia norte-americana no governo Clinton visava manter a primazia obtida com o fim da União Soviética e impedir a emergência de um poder rival e hostil nas áreas vitais da Europa, Leste e Sudeste da Ásia e Golfo Pérsico, bem como configurar e moldar a “comunidade de segurança democrática” com base no arcabouço multilateral herdado da Guerra Fria e ampliado para dar conta dos novos temas da agenda internacio-

O governo Bush II repudiou o multilateralismo como espaço de afirmação e negociação diplomática dos interesses nacionais dos EUA.

nal, com vistas à “expansão da democracia e dos mercados livres”.³

A novidade com relação à Guerra Fria foi a inclusão das ameaças difusas oriundas da proliferação das armas de destruição em massa. Contudo, os meios para lidar com estas e outras ameaças à segurança faziam parte do conjunto de mecanismos para modelar o ambiente internacional e compreendiam instrumentos tais como: diplomacia, cooperação internacional, regimes de controle de armamentos, iniciativas de não-proliferação e atividades multilaterais de “cumprimento da lei”. Ainda que se tenha claro que os instrumentos de deterrence militar — as forças nucleares e convencionais — possam não ser efetivos para suster ameaças difusas, a doutrina Clinton levava em conta não apenas a capacidade da ação efetiva e decisiva dos EUA, mas também a necessidade da cooperação de outros governos e das organizações internacionais.⁴

A liderança norte-americana no plano multilateral, ou o estilo globalista da política externa de Clinton, incluiu não apenas o reforço dos regimes de controle de armas e de não-proliferação nuclear, como também dos mecanismos que pudessem garantir um sistema financeiro estável. Tal como no período da Guerra Fria, o governo Clinton enfatizou o papel das instituições multilaterais em função da sua necessidade para os interesses vitais do país, a partir do reconhecimento de que seus interesses nacionais poderiam ser afetados pela globalização no que esta significa de interpenetração entre os espaços interno e externo. O reconhecimento dessa interdependência estratégica e da necessidade de gerenciá-la em seu próprio benefício materializou-se na política externa globalista de Clinton, em que as instituições multilaterais tiveram um papel significativo seja para implementar a agenda ativa da promoção dos mercados e da democracia, seja para fazer face às externalidades negativas da globalização, representa-

da pela difusão dos males da periferia — doenças, drogas, migrações, armas de destruição em massa, terror e poluição — no território norte-americano.

O governo Bush II repudiou o multilateralismo como espaço de afirmação e negociação diplomática dos interesses nacionais dos EUA, e seus principais assessores de segurança renegaram publicamente esse estilo “clintoniano” de atuação, visto como um obstáculo à liberdade e flexibilidade da política externa americana. Depois do 11 de setembro, tal como expresso no principal documento produzido pela administração Bush, *The National Security Strategy of the United States of America*, de setembro de 2002, a prioridade estratégica é o combate ao terrorismo global. Para não deixar dúvidas, a defesa do unilateralismo é expressa de forma cristalina logo nas primeiras páginas: “Ainda que os Estados Unidos sempre buscarão obter o apoio da comunidade internacional, nós não hesitaremos em agirmos sozinhos, se necessário, para exercer nosso direito de autodefesa, agindo preventivamente contra tais terroristas, para impedi-los de fazerem mal ao nosso povo e ao nosso país”.⁵

Na doutrina Bush, o unilateralismo é justificado por sua associação à defesa da segurança interna, à *homeland security*. Os atentados de 11 de setembro redefiniram a segurança nacional dos EUA: seu território passou a ser ameaçado diretamente, e não mais indiretamente por desenvolvimentos em seu perímetro de segurança, fora de seu território, como sempre foi desde a sua configuração como Estado independente. Nesse contexto, os objetivos nacionais exclusivos se sobrepõem aos objetivos ambientais.

É curioso que a política externa de George W. Bush apresente muitos aspectos semelhantes ao que Hans Morgenthau, em livro de 1951, identificou como um dos erros intelectuais da política externa americana, por ele denominado neoisolationismo: uma atitude ao mesmo tempo passiva e negativa

guerra

Na teoria da primazia, não é o equilíbrio entre as potências que garante a estabilidade, mas o desequilíbrio

com respeito ao mundo exterior, na premissa de que o país é poderoso e auto-suficiente, daí gerando-se dois comportamentos predatórios para a estabilidade internacional, por um lado, a crença na onipotência americana e o espírito de cruzada, por outro, o uso de um estilo “diplomático” com base na força e na imposição.⁶

primazia e guerra preventiva

A estratégia de primazia, posta em prática pelo governo de George W. Bush e explicitada em documentos e declarações de autoridades do Partido Republicano, implica significativo aumento dos gastos militares e engajamento internacional seletivo.⁷ A lógica da primazia está baseada no aumento expressivo das capacidades militares, de modo a ultrapassar um limiar hipotético a partir do qual aumentariam consideravelmente os custos de qualquer contra-aliança equilibradora, desestimulando assim eventuais competidores racionais. Na teoria da primazia, não é o equilíbrio entre as potências que garante a estabilidade, mas o desequilíbrio. A teoria inverte, assim, a lógica do equilíbrio da doutrina clássica da balança de poder, que estabelece que o crescimento do poder de qualquer Estado será acompanhado da formação de uma aliança equilibradora e o resultado final será a estabilidade do sistema. A inversão é sustentada pela premissa de que a primazia implica um número menor de competidores e, portanto, maior estabilidade, que pode ainda ser maior se a primazia for benigna, não desestabilizadora do *status quo*.

A meta que justifica o aumento dos gastos militares também é distinta da filosofia que embasava a dissuasão nuclear, o braço militar da doutrina da contenção, uma vez que a dissuasão tinha objetivos nitidamente defensivos: construir um equilíbrio nuclear tal — capacidade de resposta a um eventual

ataque nuclear — que desestimulasse qualquer potencial contendor. Na estratégia da primazia, ao contrário, a dissuasão é obtida pelo desequilíbrio das forças militares.

A saliência da agenda antiterror na doutrina de segurança adotada pelo governo Bush definiu dois tipos de inimigo. Por um lado, os rivais, competidores tradicionais, os Grandes Estados, as grandes potências nos principais centros industriais na Europa e Ásia, para os quais valem as premissas racionalistas que embasam a estratégia da dissuasão pela primazia. Porém, estas não se aplicam aos novos inimigos: os terroristas dispostos a imolar-se, e vistos como indiferentes à sorte de quem os apóia. Constituem, assim, atores não-rationais, para os quais estratégias com base no cálculo não são eficientes.

Em decorrência, convivem na ótica republicana duas culturas políticas da ordem internacional: a da “rivalidade”, prevaiente na Guerra Fria, que vale para os rivais/competidores tradicionais, em que a guerra é limitada e não implica a eliminação do inimigo; e a do “estado de natureza”, em que a violência atinge o paroxismo do conflito ilimitado. Ao outro não é reconhecido o direito de existir. A eliminação do inimigo é o principal objetivo.

Curiosamente, a capacidade dissuasória do inimigo parece ser um fator importante na definição de sua natureza racional ou não, haja vista o comportamento diferenciado que os EUA dispensam ao Iraque e à Coreia do Norte. Ambos são Estados párias na definição do governo republicano. Para o Iraque, não vale porém a estratégia clássica de contenção, mas sim a de extinção, na medida em que o conflito com esse país foi definido como guerra ao terrorismo, portanto, uma guerra de eliminação. Ao contrário da Coreia, cuja posse de instrumentos de dissuasão militar a coloca no grupo dos inimigos racionais, para os quais vale a deterrência pela primazia e contenção.

A guerra iraquiana é também ilustrativa de um outro componente crucial da doutrina Bush e que também sugere o

abandono dos princípios clássicos da estratégia de equilíbrio de poder: a importância e o significado da doutrina da guerra preventiva na nova estratégia internacional dos EUA.⁸ Na verdade, trata-se de um corolário da definição do inimigo. Se este não é racional, doutrinas com base na reciprocidade das respostas e na premissa da racionalidade estratégica que vigoram entre contendores deixam de ter sentido. Se a dissuasão perde efetividade, o conceito que passa a imperar é o da ação ofensiva, preventiva. Note-se que a estratégia da contenção foi escolhida nos anos 50 em vista de sua superioridade militar e moral em face das duas outras alternativas estratégicas possíveis: a da “guerra preventiva” e a da “vitória incondicional”.⁹

Contudo, como argumentado pela comunidade jurídica internacional, a estratégia da guerra preventiva vai de encontro ao direito internacional e às normas vigentes no sistema da ONU com relação ao uso da força, que apenas reconhece a ação ofensiva como legítima defesa em resposta a uma intervenção armada de outra potência. A incorporação da “guerra preventiva” à doutrina Bush é mais um vértice de seu unilateralismo, colocando-se acima do sistema normativo que rege o uso da força no sistema internacional. As conseqüências para a estabilidade internacional são ainda mais graves. Por sua natureza ofensiva, a estratégia da guerra preventiva multiplica os “dilemas de segurança” entre os rivais que, por razões defensivas, embarcam em políticas armamentistas, gerando mais instabilidade no sistema internacional. Depois da guerra contra o Iraque, Irã, Coreia do Norte, Líbia e outros pertencentes ao conjunto dos inimigos públicos da potência temem que possam vir a ser a “bola da vez”.

O corolário da guerra preventiva é retirar dos Estados párias que abrigam redes terroristas o direito à norma da soberania. Como os terroristas não respeitam as fronteiras, os EUA

também não as respeitarão. Ao regime de não-proliferação nuclear, uma iniciativa conjunta dos EUA com a então União Soviética, é adicionado o conceito de “contraproliferação” que implica na intervenção local antes que a ameaça configurada pelo desenvolvimento de armas de destruição em massa se concretize. O governo Bush legitima sua guerra preventiva contra o Iraque com base na ameaça que este representaria para a estabilidade mundial pela alegada posse de armas dessa natureza.

Naturalmente que ao redefinirem a soberania de alguns, os EUA outorgam a si um *status* de supersoberania, ao demandar que os cidadãos norte-americanos passem a gozar de um estatuto especial de extraterritorialidade pelo qual apenas a lei nacional norte-americana tem competência para regular suas relações jurídicas em qualquer território estrangeiro onde se encontrem. Para implementar esse estatuto jurídico especial, os EUA pressionam seus aliados a aceitarem acordos bilaterais que deixem sem efeito nos respectivos países eventuais decisões da Corte Penal Internacional envolvendo cidadãos norte-americanos.

A disposição do governo Bush de se colocar acima da ONU e atacar o Iraque sem a autorização do Conselho de Segurança reflete um outro componente da nova doutrina de segurança: o desrespeito e depreciação das regras, tratados, alianças e organizações de segurança internacional. Trata-se de mais um outro eixo do unilateralismo da doutrina, à medida que o governo norte-americano não apenas repudia tratados que ajudou a estabelecer, como o Protocolo de Quioto e a Convenção de Armas Biológicas, como contribui decisivamente para erodir todo o arcabouço multilateral de sua criação e base institucional para sua liderança hegemônica no período pós-45. Ademais, tanto no conflito contra o Iraque, como na guerra contra o terrorismo, os EUA têm feito uso de um “multilateralismo

Depois da guerra contra o Iraque, Irã, Coreia do Norte, Líbia e outros pertencentes ao conjunto de inimigos da potência temem que possam vir a ser a “bola da vez”

Iraque

discriminatório” expresso na negativa de submeter o que ocorre dentro de seu território à supervisão de um organismo internacional. Nesse sentido, está acima das regras e se auto-atribui um *status imperial*.

No unilateralismo do governo Bush e sua preferência por agir de forma voluntarista e sem restrições, aliados estratégicos de outrora, a “velha Europa” de Donald Rumsfeld, por exemplo, convertem-se em meros ativos estratégicos úteis, de acordo com as circunstâncias. Em certo sentido, a grave incerteza com relação aos destinos da Aliança Atlântica — a mesma que garantiu a sustentação política e militar no pós-Segunda Guerra —, consequência do estilo, combinando força e imposição, como o governo norte-americano conduziu sua diplomacia na crise iraquiana, é um resultado certamente antecipado pelos formuladores da doutrina Bush.

revisão e instabilidade internacional

Para eliminar o regime de Saddam Hussein no Iraque a instabilidade internacional é um preço pequeno a pagar. Objetivos nacionais exclusivos — deposição de Saddam Hussein, eliminação de “armas de destruição em massa”, acesso desimpedido ao petróleo iraquiano e controle geoeconômico do golfo

Pérsico — têm precedência sobre os objetivos ambientais, que dizem respeito às condições internacionais nas quais o país opera. Na prática, ao substituir a Doutrina da Contenção pela da guerra preventiva, o governo Bush está abandonando a política de que a estabilidade é um fim em si mesmo e seu principal objetivo ambiental, para assumirem eles próprios o personagem do Estado pária, do agressor.

Teorias acadêmicas norte-americanas no pós-Guerra Fria desenvolveram uma justificativa racional para a primazia e seus benefícios para a estabilidade do sistema internacional. A sua tradução nas doutrinas governamentais do atual governo republicano omitiu uma variável crucial destas teorias para que se obtenha estabilidade na ordem mundial: a natureza benigna da primazia. Somente quando o país que tem a primazia no sistema internacional é um “pacificador”, isto é, quando faz da manutenção do equilíbrio seu principal objetivo nacional, não se cumpre o “destino trágico das grandes potências”.¹⁰ A guerra contra o Iraque é a primeira manifestação dramática da doutrina de segurança do governo Bush na sua combinação letal entre primazia e guerra preventiva. O mundo é espectador do que a providência reserva à grande potência. E aos espectadores.

e - m a i l : m r s l i m a @ i u p e r j . b r

NOTAS

1. A distinção entre “objetivos ambientais” (*milieu goals*) e “objetivos nacionais exclusivos” (*possession goals*) é de Arnold Wolfers, *Discord and Collaboration*. Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1962.

2. Cf. Franz Schurmann, *The Logic of World Power*. Nova York, Pantheon Books, 1974.

3. Para uma análise crítica da política externa de Clinton, ver, Cesar Guimarães, “Envolvimento e Ampliação: A Política Externa dos Estados Unidos”, in Samuel Pinheiro Guimarães, org., *Estados Unidos Visões Brasileiras*. Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

4. Para a doutrina Clinton, ver seu principal documento: “A National Security Strategy for a New Century”, The White House, October 1998.

5. “The National Security Strategy of the United States of America”, The White House, September 2002, p.6.

6. Hans J. Morgenthau, *In Defense of the National Interest*. Nova York, Alfred A. Knopf, 1951.

7. Ver a apresentação da doutrina republicana da primazia tal como elaborada por uma de seus principais formuladores: Condoleezza Rice, “Promoting the National Interest”, *Foreign Affairs*, vol. 79, no. 1, 2000.

8. Os parágrafos que se seguem têm por base a discussão dos principais elementos da “Nova Grande Estratégia” do governo Bush realizada por G. John Ikenberry, “La Ambición Imperial de Estados Unidos”, *Foreign Affairs en Español*, vol. 2, no. 3, 2002. Para a análise da doutrina de política externa de Clinton e de Bush, ver Cesar Guimarães, “A Política Externa dos Estados Unidos: da Primazia ao Extremismo”, *Estudos Avançados*, 16 (46), 2002.

9. Cf. “NSC 68: United States Objectives and Programs for National Security”, A Report to the President Pursuant to the President’s Directive of January 31, 1950. April 14, 1950.

10. Alusão ao título do livro de um dos principais formuladores da teoria do “realismo ofensivo”. Ver John J. Mearsheimer, *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova York, W.W. Norton & Company, 2001.





NO ANO DE 1981 faleceu o monge Kyrill, arquiandrita (abade) do monastério ortodoxo de Sergievo localizado na velha União Soviética. Talvez a morte do arquiandrita tenha passado despercebida para milhões de cidadãos soviéticos. A religiosidade era uma das expressões culturais condenadas veementemente pela ideologia marxista que informava o regime. Não sabemos se os funcionários do soviete das proximidades do mosteiro, ou mesmo os integrantes do Partido Comunista das redondezas conheciam algo de notável acerca do passado do arquiandrita. Para eles poderia parecer que seu falecimento significava apenas um monge a menos para iludir o povo com os fumos do ópio religioso. O fato é que o arquiandrita havia desistido do regime socialista soviético muito antes dos povos de “todas as Rússias” se fartarem dele. E sua desistência era prenhe de significado. Afinal, Kyrill havia sido na mocidade membro do Komsomol (juventude comunista), alistara-se no Exército Vermelho em 1938, e anos depois, no outono-inverno de 1942/1943, disputara palmo a palmo contra a “besta nazista” a posse de centímetros da cidade de Stalingrado.

Kyrill (esse não era o seu verdadeiro nome, mas um nome novo que recebera ao cingir o hábito) sobrevivera ao inferno na terra engendrado por russos e alemães nas beiradas do Rio Volga. Promovido por duas vezes, chegando ao posto de oficial (tenente-sênior), tornara-se membro do Partido em 1944 e recebera o maior de todos os títulos possíveis conferido pelo próprio camarada Stalin em 1945: fora declarado “Herói da União Soviética”. De Stalingrado à fronteira polonesa são 1.600 quilômetros bem contados de distância. O então futuro arquiandrita refez todo esse caminho no calção dos alemães e foi além. Lá estava ele, à frente de um esquadrão de fuzileiros vermelhos, novamente empenhado em duros combates de rua, só que desta vez pela posse de Berlim.



Como é intrigante saber que no mesmo ano do encerramento da provação da “Grande Guerra Patriótica”, após a conquista de tão dura vitória, um ano somente após ter sido aceito nas fileiras do Partido Comunista, o bravo Kyrill tenha decidido seguir um caminho tão diferente, atirando suas numerosas condecorações em alguma gaveta, apartando-se da glória e dos louros que lhe eram conferidos pelos camaradas comunistas, trocando a caderneta do Partido pela cruz e a farda pelo hábito ortodoxo. Seu gesto antecipava uma sensação que pode ter sido compartilhada pelos milhares de sobreviventes do titânico enfrentamento em Stalingrado: não obstante terem lutado por suas vidas e em defesa de suas pátrias, muitos de seus camaradas e adversários combateram e morreram em prol de regimes e ideologias que hoje se encontram ou muito enfraquecidos ou mesmo, para alguns, inteiramente mortos.

Mas ajudemos o leitor a tomar a justa ciência da magnitude do sacrifício de tantos homens em armas, soviéticos, alemães, romenos, húngaros, croatas ou italianos que tombaram na batalha de Stalingrado. Nesse ano de 2003, mais precisamente no mês de fevereiro, a batalha completou 60 anos redondos de seu final. Vejamos um pouco do que foi o cenário vivido pelo arquimandrita Kyrill, seus camaradas e seus inimigos. De como combateram valentemente — enquanto muitos outros tentaram escapar do inferno covardemente, já que todos nada mais eram do que homens — às margens do grande Rio Volga, por Stalingrado, escudando com seus corpos e suor regimes que hoje, tão pouco tempo depois, parecem fazer parte do passado.

No dia 12 de setembro de 1942, vanguardas do VI Exército Alemão acompanhando de perto unidades do IV Exército Panzer alcançaram os limites de Stalingrado. Do alto das torres de seus tanques, os comandantes panzer, com os uniformes negros cobertos da poeira da estepe podiam divisar as cabeceiras do grande Rio Volga. Para eles, do outro lado do largo e turbulento rio, se descortinavam as vastidões infinitas da Ásia.

O VI Exército continha unidades que trilharam um longo caminho de vitórias até chegar aos confins da Europa. Com a guerra estourando em setembro de 1939, seus soldados marcharam como um relâmpago sobre a Polônia. No ano seguinte, quando a máquina de guerra nazista roloou contra a França, lá estava o VI Exército avançando atrás das nuvens de poeira levantadas pelos tanques. Superando tudo o que franceses, belgas, holandeses, noruegueses e ingleses (os dinamarqueses não se deram ao trabalho de resistir) reuniram contra eles, puderam molhar as botas nas águas salgadas do Canal da Mancha. Inicialmente, quando a invasão da Inglaterra (Operação Leão-Marinheiro) encabeçava a lista dos objetivos de campanha do alto-comando germânico, o VI estava destacado como parte integrante das forças atacantes. Mas a mudança de prioridades obrigou que as unidades do VI, após algumas semanas de cálida calma francesa, rumassem para o Leste. A Alemanha concentrava suas forças contra a URSS.

QUANDO A OPERAÇÃO BARBAROSSA (A INVASÃO DA URSS) FOI DESENCADADA (EM JUNHO DE 1941), AS HORDAS NAZISTAS EMPURRARAM A DEFESA SOVIÉTICA ATÉ AS PORTAS DE MOSCOU. KIEV E SMOLENSK CAÍRAM, E LENINGRADO ESTAVA SITIADA. O VI PARTICIPOU ATIVAMENTE DA CAMPANHA EM TODOS OS SEUS ALTOS E BAIXOS. DURANTE A GRANDE CONTRA-OFFENSIVA DE INVERNO SOVIÉTICA, SOUBE TRINCAR OS DENTES E CONTRIBUIR DECISIVAMENTE PARA EVITAR O ANIQUILAMENTO DAS FORÇAS GERMÂNICAS NAQUELA HORA DE PERIGO. NESSE SENTIDO, NO ANO SEQUINTE, COM O ATAQUE ALEMÃO QUE SE RENOVAVA, AS FORMAÇÕES DO VI EXÉRCITO QUE ENTRAVAM EM STALINGRADO ESTAVAM RECHEADAS DE DUROS VETERANOS DE MUITAS CAMPANHAS, OFICIAIS E SOLDADOS EM SEU CONJUNTO TÃO CAPAZES E VÍVIDOS NO CENÁRIO DA “ARTE DA GUERRA MODERNA” QUE DE CERTA MANEIRA ERAM POSITIVAMENTE INSUBSTITUÍVEIS. CRUZES DE FERRO E FITAS REPRESENTANDO A “MEDALHA DA CARNE CONGELADA” (APELIDO JOCOSO DADO À CONDECORAÇÃO DISTRIBUÍDA A TODOS QUE TOMARAM PARTE NA CAMPANHA DE INVERNO DE 1941) ERAM ORNAMENTOS FREQUENTEMENTE PRESENTES NAS FARDAS DOS SOLDADOS.

O MESMO quadro NÃO SE REPETIA ENTRE OS fuzileiros VERMELHOS do LXII Exército, que diante da ofensiva alemã RECUAVAM PARA DENTRO da cidade. Na verdade a retirada era efetuada pelos restos do exército. Nas margens do Rio Don, o LXII Exército havia sido feito praticamente em pedaços, levando uma escaldadura em regra dos alemães. Pouco mais de um quarto de seu efetivo (uns 25 mil homens)¹ entrava na cidade com as unidades misturadas, mutiladas por deserções, cadeias de comando em françalhos, e com parte de seu equipamento perdido. Ao menos de imediato, os desmoralizados remanescentes do LXII eram tudo o que o comando russo possuía para deter a avalanche germânica que desabava sobre a cidade. Os oficiais do alto-comando diretamente encarregados da defesa da cidade e as unidades da temível NKVD² faziam de tudo para conter as tropas desmoralizadas e guarnecer os pontos defensivos. De tudo mesmo, pois o expediente do fuzilamento contra desertores foi largamente utilizado.

UMA tarefa ingrata. As granadas da artilharia alemã e as bombas dos bombardeiros de mergulho Stukas da Luftwaffe desabavam copiosamente sobre as cabeças dos rapazes do LXII impondo caos e desagregação. As unidades do IV Corpo Panzer do general “Papa” Hube rolavam vencendo o perímetro externo da cidade obrando metódica limpeza dos pontos defensivos soviéticos. Qualquer oficial vermelho minimamente esclarecido poderia indagar, de si para si, como alguém poderia esperar que aquele bando aterrorizado de fujões seria capaz de deter o famoso VI Exército Alemão? Stalingrado na certa cairia.

A algumas centenas de quilômetros dali, a mesma pergunta, certamente com um humor bem diferente era feita em voz alta pelo Führer para seus auxiliares. Hitler, naquela época, havia transferido seu quartel-general para a localidade de Vinnitsa na Ucrânia. Desejava acompanhar as batalhas da Frente Oriental de perto. Este, mais do que ninguém, sabia que o destino de toda a guerra e a sobrevivência de seu regime seriam decididos no Leste, e os eventos em Stalingrado lhe chamavam cada vez mais a atenção. Os esforços dos Aliados Ocidentais (britânicos e norte-americanos) até então, especialmente no Norte da África, nada mais haviam sido do que pequenos calos incômodos nos arrelhos do império nazista. Mesmo os bombardeios pesados sobre as áreas controladas pelos alemães no continente europeu não estavam logrando êxito em diminuir o esforço de guerra nazista. O jogo do tudo ou nada, da vida ou morte dos sistemas em duelo era verdadeiramente travado e decidido nas batalhas titânicas da Frente Oriental.

1 DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, um exército russo continha aproximadamente 80 a 90 mil homens, o equivalente a um corpo de exército alemão. De um modo geral, um exército alemão era composto por 2 ou 3 corpos de exército (uns 200 mil homens). Para enfrentar tal formação, os russos agrupavam seus exércitos em grandes formações chamadas “Frente”. Daí, a “Frente de Stalingrado” ou a “Frente do Don”, por exemplo, reuniam vários exércitos russos.

2 Força policial do Comissariado do Povo para Assuntos Internos.

MUITO SE DISSE APÓS A GUERRA ACERCA DA INCOMPETÊNCIA, DESPREPARO E IMPREVIDÊNCIA DE Hitler COMO líder militar e político.

Oficiais-generais alemães sobreviventes, em coro, entoaram a mesma melodia: Hitler carecia de preparo profissional para dar conta das tremendas funções militares que foi acumulando para si ao longo da guerra. Seus conhecimentos não eram os necessários para um feldherr (um cabo-de-guerra). Na melhor das hipóteses, se achavam na dimensão daquilo que um mero cabo de infantaria poderia saber. Acrescentou-se à coleção de características bisonhas que possuía, o fato de tratar-se de um “doido varrido”. Alisto-me nas fileiras dos historiadores que divergem de tais avaliações. Imaginar que Hitler era nada mais do que um demente e que agia como um desvairado incompetente é tornar pantanoso o terreno para o entendimento do nazismo, bem como para deslindar o enigma da natureza de sua liderança (durante algum tempo aliás, muito bem-sucedida).



Ora, empurrado por tal chefia, o landser (infante alemão) — via de regra com o colegal completo portanto, ao menos no campo da instrução, nem um pouco tolo — rumou disciplinadamente para o leste, enfrentando condições inacreditavelmente difíceis e um inimigo que era positivamente um osso duro de roer. Se comparada às vicissitudes enfrentadas pelos soldados alemães na Rússia, a campanha da França fora um ameno passeio de primavera. No que tange à capacidade de liderança política, na retaguarda, a população alemã permaneceu operante e politicamente leal ao regime. A despeito das agruras provocadas pelos ataques aéreos que se intensificavam, pelo bloqueio naval que se apertava mais e mais e pelas listas de baixas oriundas da Frente Oriental, sempre recheadas de nomes de parentes e amigos, tais agruras não enfraqueceram o ânimo do povo alemão. Os movimentos de resistência dos dissidentes e adversários do regime eram pífios diante da lealdade generalizada. No front político a liderança de Hitler continuava firme.

No campo estratégico, as avaliações de Hitler sobre o que acontecia na Frente Oriental, ao contrário do que dizem muitos, não eram nem um pouco estapafúrdias. O fato é que o Führer sentira um “odor de vitória” no segundo semestre de 1942, e não estava enganado. Enquanto o VI Exército se aproximava celeremente de Stalingrado, assegurando o controle do Rio Don e perto a se assenhorar também do grande Rio Volga, o Grupo de Exércitos A, mais ao sul, cruzava o Cáucaso e marchava para conquistar as grandes jazidas de petróleo de Baku e Kuban. Destituído da posse dos grandes rios e das regiões do entorno, bem como da maior parte da produção petrolífera, a máquina de guerra soviética, a despeito de contar ainda com grandes reservas de soldados e material bélico, simplesmente ficaria paralisada. As melhores terras agrícolas da URSS, situadas na Ucrânia, já estavam nas mãos dos nazistas. Sem grãos e sem petróleo, a possibilidade do governo de Moscou tentar entrar em entendimentos com os alemães em busca de um armistício muito desfavorável para os russos não era um delírio.



Ao fazer a paz ou destruir de vez os soviéticos, Hitler poderia transferir perto de 150 divisões (dentre elas, umas 20 divisões Panzer), além das tropas dos aliados italianos, romenos e húngaros, toneladas de material bélico e frotas aéreas inteiras da Luftwaffe para o Oeste³. Mesmo após a entrada dos Estados Unidos na guerra (em dezembro de 1941), as ações aliadas, tais como os desembarques no Norte da África, no Sul da Itália e na Normandia se tornariam muito mais difíceis, e a campanha de bombardeio contra a Alemanha simplesmente feneceria. Enxames de caças da Luftwaffe, liberados do Leste, disputariam com muito mais vigor o domínio sobre os céus da Europa. Toda a produção de aviões e armas anti-aéreas seria direcionada para a cobertura do espaço aéreo ocidental. O aumento das baixas entre as tripulações aéreas aliadas resultante de tudo isso, simplesmente colocaria em xeque a campanha de bombardeios.

3 FORMALMENTE, UMA DIVISÃO ALEMÃ CONTAVA COM APROXIMADAMENTE 15 mil homens (com os quadros completos). Quando falo em 130 divisões de infantaria e de infantaria motorizada (denominadas pelos alemães de PanzerGrenadien — granadeiros Panzer) somadas a 20 divisões blindadas (Panzer), refiro-me a um número de soldados capazes de serem transferidos do Leste na eventualidade de uma derrocada russa que chegaria a casa dos 2.250 milhões homens. Sabendo que cada divisão Panzer possuía por volta de 150 tanques — isto é, 20 divisões, 3 mil tanques — os recursos da Frente Oriental liberados para o Ocidente seriam no mínimo gigantescos. Em meados de 1941, a Alemanha mantinha no Ocidente: 38 divisões na França (dentre elas, seis Panzer), Bélgica, Holanda e Luxemburgo; oito divisões na Noruega; sete nos Bálcãs; duas divisões no Norte da África (ambas Panzer); uma divisão na Alemanha. Ver: LUKACS, JOHN. A última guerra européia. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980, p. 164. Infelizmente não temos estimativas para a Luftwaffe.

RACIOCINANDO DESTA FORMA, HITLER PERCEBEU QUE A VITÓRIA NO LESTE ESTAVA TÃO PRÓXIMA QUANTO ESTEVE EM 1941 QUANDO SUAS FORÇAS ESTAVAM ÀS PORTAS DE MOSCOU. SE VENCERIA NO OCIDENTE TAMBÉM, ISTO É UMA OUTRA HISTÓRIA. MAS É SEGURO AFIRMAR QUE DIFICILMENTE A GUERRA TERMINARIA EM MAIO DE 1945.

MUITO MAIS AO NORTE, EM MOSCOU, UM OUTRO PERSONAGEM, SOLTANDO VALENTES BAFORADAS DE SEU INSEPARÁVEL CACHIMBO, ERA ACOMETIDO PELAS MESMAS CONCLUSÕES DE HITLER AO EXAMINAR PREOCUPADAMENTE O GRANDE MAPA DE OPERAÇÕES DA FRENTE SUL. JOSEF STALIN SABIA QUE AS CHANCES DO INIMIGO ERAM MUITO BOAS. SEU FORTE SEMPRE FORA O REALISMO. DEFENDER STALINGRADO SIGNIFICAVA NEGAR A POSSE DO VOLGA AOS ALEMÃES E DAR CONTINUIDADE AO ESFORÇO DAS TROPAS DO CÁUCASO EM DETER O AVANÇO INIMIGO NA DIREÇÃO DOS CAMPOS PETROLÍFEROS. COM EFEITO, O PODER SOVIÉTICO NÃO TINHA ESCOLHA: STALINGRADO NÃO ERA APENAS MAIS UMA BATALHA, ERA “A BATALHA”.

A SERIEDADE DOS EVENTOS, CLARAMENTE PERCEBIDOS DE FORMA SEMELHANTE TANTO POR HITLER QUANTO POR STALIN DESFAZEM TAMBÉM UM OUTRO MITO (ESTE, ALIÁS, ESPECIALMENTE IRRITANTE). QUE AMBOS, DEVIDO SIMPLEMENTE AO NOME DA CIDADE, SE TORNARAM OBCECADOS, O PRIMEIRO EM CONQUISTÁ-LA, O ÚLTIMO EM DEFENDÊ-LA. A LENDA QUE SE CRIOU EM TORNO DA FEROCIDADE DA BATALHA DE STALINGRADO DEVIDO AO SIMBOLISMO DO NOME DO SÍTIO, QUE TERIA ATRAÍDO OS DOIS DITADORES SANGÜINÁRIOS PARA UM INSENSATO COMBATE DE VIDA OU MORTE, NADA MAIS É DO QUE UMA TOLICE, SEJA LÁ DE QUEM FOI QUE A INVENTOU, E DAQUELES QUE NÃO SE CANSAM DE REPETI-LA. EVIDENTEMENTE, NÃO CHEGO A SUPOR QUE OS LÍDERES EM SUAS DECISÕES PERMITAM QUE APENAS A FRIA E SECA RACIONALIDADE OS GOVERNEM. CONTUDO, DEIXAR DE LADO O QUADRO ESTRATÉGICO E BUSCAR ARGUMENTOS PSICANALÍTICOS PARA PSICANALIZAR OS PASSOS EMPREENNIDOS PELOS LÍDERES EM STALINGRADO, É A PROVA CABAL QUE BOBAGENS DESTES TIPO PODEM INSISTENTEMENTE FIGURAR NOS LIVROS DE HISTÓRIA POR ANOS A FIO.

O QUADRO ESTRATÉGICO APONTAVA CLARAMENTE PARA OS RUSSOS QUE O JOGO EM ANDAMENTO NÃO ADMITIA MAIS ERROS. STALIN TINHA RESERVAS EM TANQUES, CANHÕES, AVIÕES E FUZILEIROS. MAS ATIRÁ-LAS NO FOGO DA BATALHA, ENTRE OS RIOS DON E VOLGA, DIANTE DAS DIVISÕES ALEMÃES QUE GRAÇAS AO SEU PODER DE FOGO, NÃO DAVAM TEMPO SEQUER PARA QUE OS REFORÇOS SOVIÉTICOS PROVIDENCIASSEM SUAS DISPOSIÇÕES DE FORÇAS PARA QUE TIVESSEM UMA CHANCE NO COMBATE ERA UM MERO DESPÉRDIO DE RECURSOS. UNIDADES DE COMBATE, EM QUALQUER ÉPOCA, PRECISAM DE TEMPO PARA SE POSICIONAR ADEQUADAMENTE PARA A REFREÇA. FAZER ISSO SOB FOGO INIMIGO SIGNIFICA DESASTRE CERTO.

A IDÉIA DE FAZER USO DOS RECURSOS DE FORMA MAIS ADEQUADA VEIO DA MENTE DAQUELE QUE STALIN, UMA VEZ MAIS, CONVOCARA PARA TENTAR “ARRUMAR A BAGUNÇA”: O GENERAL (MAIS TARDE, MARECHAL) E “HERÓI DA URSS” GEORGI KONSTANTINOVITCH ZHUKOV. NO OCIDENTE FALA-SE MUITO DA PERÍCIA DE PATTON, BRADLEY OU MESMO DE ROMMEL. MAS NENHUM OFICIAL GENERAL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, DE QUALQUER LADO, PODE EXIBIR UM CURRÍCULO DA MESMA ENVERGADURA DOS ÊXITOS DE ZHUKOV. DEFENSOR VITORIOSO DE MOSCOU E LENINGRADO, ARQUITETO DA CAMPANHA DE STALINGRADO E KURSK (MAIOR BATALHA DA HISTÓRIA), CONQUISTADOR DE BERLIM. FEITOS TÃO NOTÁVEIS QUANTO UM OUTRO QUE NÃO DEIXAREI DE RESSALTAR: ZHUKOV CONSEGUIRIA SOBREVIVER AO PRÓPRIO STALIN! O DITADOR, QUE COMO ERA FREQUENTE ENTRE OS QUADROS DA ESQUERDA MUNDIAL, NUTRIA UMA DOENÇA DESCONFIANÇA CONTRA A LEALDADE POLÍTICA DE GENERAIS (ESPECIALMENTE OS BEM-SUCEDIDOS), ZELOSAMENTE MANTIVERA ZHUKOV AO LARGO E A SALVO DAS INTRIGAS E DOS TENEBROSOS TENTÁCULOS DO NKVD.

Zhukov, de seu lado, não era o tipo de homem que se deixava fazer de rogado. Do alto de sua baixa estatura (assim como Stalin, que também era um homem pequeno) e de sua face larga de muji que eslavo, brotavam as faíscas de um temperamento explosivo e intransigente com a incompetência e com a mania nacional russa de sempre postergar as coisas importantes. Jamais hesitou em esculachar generais hesitantes, e os frequentadores das antecâmaras do Kremlin afirmavam que, nas reuniões da STAVKA (Estado-Maior Geral), quando Stalin perdia as estribeiras e gritava com ele, Zhukov jamais perdeu a oportunidade de gritar de volta.

Acompanhado pelo general Vasilevsky (esse também, um mestre em “remendar encrencas”), Zhukov examinou atentamente a situação da Frente Sul. Defender Stalingrado e repelir o inimigo era um resultado insuficiente. A vitória que significaria a destruição das forças alemãs no sul é que era o objetivo correto. Ao invés de gastar toalmente os recursos em homens e material, concentrariam forças para um grande golpe envolvente, direcionado contra os flancos expostos e mal defendidos por unidades aliadas do Eixo consideravelmente mais fracas (dois exércitos romenos e um exército italiano). Aproveitariam-se do fato de que os alemães desejavam Stalingrado de qualquer maneira (e, desse modo, se fixariam ali) e que os russos a defenderiam a todo transe (mantendo-os portanto ocupados). Nas mentes de Zhukov e Vasilevsky, Stalingrado se converteria no queijo apetitoso de uma grande ratoeira.

A dupla de generais avaliou que para preparar o grande ataque precisariam de 40 dias. Esse era o tempo necessário para reunir e adestrar as tropas, transferi-las para os pontos de partida, instruir os oficiais, realizar o reconhecimento detalhado dos locais a serem atacados, armazenar os mantimentos, combustível e munições indispensáveis. O problema então consistia em esticar a resistência em Stalingrado por mais 40 dias. Naquele momento, o VI Exército germânico já controlava parte considerável da cidade, enquanto unidades russas aos pedaços se seguravam em pontos fortes remanescentes de costas para o Volga. Devia-se portanto eliminar o caos que se apoderara do LXII e encontrar um novo comandante para Stalingrado cujo temperamento tinha de se caracterizar por um único atributo: o sujeito deveria ser incapaz de cultivar o sentimento de desistência.

“Defender Stalingrado, manter-se lá ou morrer” foi a dramática ordem recebida pelo escolhido, o reconhecidamente teimoso general Vassili Chuikov. Chuikov no entanto não era homem de se deixar matar facilmente. Impaciente, voluntarioso e obstinado, preferia se esmerar em defender o que restava do perímetro russo em Stalingrado. Morrer, pensava ele, era simplesmente inútil. Chuikov era um homem rude, por vezes brutal. Costumava bater na cabeça de oficiais que o contrariavam com um bastão que tinha sempre à mão. Não era um grande estrategista, mas para as condições de Stalingrado, o melhor era obter um general que fosse bom em “briça de rua”. Esse era definitivamente o seu caso.



Ao cruzar o Volga, Chuikov logo percebeu que assumira a gerência do inferno. A cidade estava em escombros, incêndios e explosões coalhavam o cenário e o poder de fogo alemão, ainda superior, pulverizava as posições soviéticas. Milhares de soldados se atiravam no rio para buscar a salvação. Os tanques da XVI divisão panzer do Corpo de Hube esmagavam os corpos dos resistentes nas vias públicas e os Stukas mergulhavam dos céus com suas sirenes de aterrorizante estridência para bombardear ou metralhar quem quer que se mexesse.

Chuikov notou que o único modo de neutralizar a superioridade do poder de fogo dos alemães era mantendo os fuzileiros vermelhos engalfinhados próximos ao inimigo. As grandes unidades deviam se dispersar em grupos pequenos e se infiltrar como pudessem nas posições inimigas. Misturados aos adversários, a artilharia e os Stukas não poderiam alvejar os russos sem deixar de atingir os seus também. Mas Chuikov precisava de reforços, tropas frescas que deveriam atravessar o rio em balsas, sob fogo dos aviões alemães para substituir as pesadas perdas e os fuzileiros desmoralizados. Essa foi a hora em que as novas unidades soviéticas que faziam a travessia, conseguiram finalmente se equiparar em habilidade e combatividade aos melhores veteranos do VI Exército alemão.

DO OUTRO lado do rio, o general Alexander Ilich Rodimtsev empenhava-se em reunir sua XIII Divisão de Guardas para a travessia⁴. Um veterano da Guerra Civil Espanhola, “Herói da URSS”, Rodimtsev ouvira pelo rádio os apelos desesperados de Chuikov para que levasse logo seus homens para a cidade. Sabia que não havia balsas suficientes para transportar sua divisão e todos os seus apetrechos rapidamente. Ordenou que o equipamento pesado fosse abandonado e que os seus três regimentos de fuzileiros atravessassem. Não houvera tempo sequer de distribuir armas portáteis para todos os homens. Iriam cruzar assim mesmo e conseguir o que pudessem em Stalingrado. Os rapazes da XIII Divisão chamavam-se a si próprios orgulhosamente de “Os Guardas de Rodimtsev”. Adoravam seu comandante, e nutriam entre eles um sprit du corp assemelhado àquele descrito na literatura sobre mosqueteiros. Logo, distribuídos em grupos pelas ruínas de Stalingrado, animados por seu comandante, se empenharam em mostrar aos alemães como a vida podia ser dura e como a morte podia ser rápida.

É famoso o episódio em que o sargento Yacob Pavlov e um grupo de “Guardas de Rodimtsev” defenderam durante 59 dias uma casa no centro de Stalingrado. Rechaçaram tudo o que os alemães enviaram contra eles (tanques, batalhões de demolição e tropas de assalto). Por boa parte do tempo, estavam isolados do perímetro defensivo soviético e comunicavam-se com Rodimtsev apenas pelo rádio. O lugar ficou conhecido, tanto pelos alemães quanto pelos russos como “A Casa de Pavlov”. Ao longo dos dias, uma enorme quantidade de corpos de soldados alemães e material bélico arruinado acumulou-se em torno do prédio, sinal que os rapazes de Pavlov estavam fazendo bem o seu trabalho. Nesse sentido, os soldados alemães começaram a se inclinar por uma política de “viver e deixar viver” em relação ao sargento Pavlov e seus camaradas. Era mais seguro não se meter com eles. Todavia, vez por outra, recebiam ordens expressas do comando do exército para uma nova investida. Contrariados, atacavam a posição de Pavlov, só para serem repelidos uma vez mais com pesadas perdas.

4 No Exército Vermelho, uma Divisão de Guardas era considerada uma unidade de elite. Quase sempre, uma unidade que se destacava em combate podia ser elevada à categoria de Divisão de Guardas como prêmio. Sua diferença em relação às formações comuns é que reunia um número maior de armas automáticas (metralhadoras e submetralhadoras) e seus soldados recebiam um soldo maior. Uma divisão de infantaria do Exército Vermelho na Segunda Guerra Mundial reunia por volta de 10 mil homens (quadros completos) em três regimentos de fuzileiros e formações de apoio (grupo de artilharia de campanha, morteiros, unidade médica, comunicações etc.).



O GENERAL RODIMTSEV, NOS MOMENTOS DE DESÂNIMO, ENVIAVA SINAIS DE RÁDIO PARA PAVLOV COM O INTUÍTO DE SABER SE O SARGENTO E SEUS RAPAZES AINDA RESISTIAM. AO RECEBER A RESPOSTA POSITIVA, MANDAVA ESPALHAR A NOTÍCIA POR TODA A LINHA. SABER QUE A CASA DE PAVLOV MANTINHA-SE FIRME RESTAURAVA O ÂNIMO E INFUNDIA DESAFIADORA ALEGRIA NOS FUZILEIROS VERMELHOS. ATÉ O FINAL DA BATALHA, DE ACORDO COM O QUE NOS CONTA A LENDA DE STALINGRADO, OS ALEMÃES PERDERAM MAIS HOMENS EM ATAQUES FRUSTRADOS CONTRA A CASA DE PAVLOV DO QUE NA TOMADA DE PARIS⁵.

LOGO APÓS A CHEGADA DOS GUARDAS DE RODIMTSEV, COMEÇARAM A ATRAVESSAR O VOLGA OS RAPAZES DA 284ª DIVISÃO DE FUZILEIROS SIBERIANOS DO CORONEL NIKOLAI BATYUK⁶. AO DESEMBARCAREM, FORAM DE IMEDIATO DESPACHADOS PARA A ZONA CRÍTICA DA COLINA MAMAEV (PONTO CULMINANTE DA CIDADE DISPUTADO RAIVOSAMENTE E QUE MUDOU DE MÃOS VÁRIAS VEZES). EM UM DIA APENAS, BATYUK PERDEU POR VOLTA DE 300 DE SEUS RAPAZES, MAS A DIVISÃO CONSEGUIU MANTER TODAS AS POSIÇÕES SOB SUA RESPONSABILIDADE. OS SOLDADOS DESTA DIVISÃO ERAM MUITO JOVENS (ENTRE 17 E 20 ANOS) E PROCEDIAM DA SIBÉRIA OU DAS FLORESTAS DA ÁREA DOS MONTES URAIS. DURANTE SUA JORNADA PARA STALINGRADO, COMO BONS RASTREADORES QUE ERAM, LOCALIZARAM E ENXUÇARAM TODO O SUPRIMENTO DE VODKA QUE DESCOBRIRAM NAS PROXIMIDADES DE SUA MARCHA. ERAM BONS EM ENCONTRAR QUALQUER TIPO DE COISA E DEMONSTRARIAM QUE SERIAM MELHORES AINDA EM ENCONTRAR ALEMÃES.

PERTENCIA A ESTA DIVISÃO O NOTÓRIO VASSILI ZAITSEV, QUE SE TORNARIA O MAIOR FRANCO-ATIRADOR EM AÇÃO EM STALINGRADO. ORIGINÁRIO DOS MONTES URAIS, UM HÁBIL CAÇADOR, ZAITSEV LOGO NOS PRIMEIROS DEZ DIAS EM STALINGRADO LIQUIDOU 40 ALEMÃES. ATÉ O FINAL DA BATALHA, CHEGARIA À EXUBERANTE CIFRA DE 149 INIMIGOS MORTOS. SABE-SE QUE HITLER, PREOCUPADO COM A PROPAGANDA EM TORNO DA FAMA DE ZAITSEV, FEZ TRANSFERIR DIRETAMENTE DA ALEMANHA O MELHOR ATIRADOR DO EXÉRCITO PARA ELIMINÁ-LO. O RESULTADO DO DUELO ENTRE OS ESCOMBROS DA CIDADE FOI QUE O CAÇADOR RUSSO ACRESCENTOU O SUPER-SNÍPER NAZISTA À SUA LISTA DE SUCESSOS.

COMO SERIA DE SE ESPERAR, INSTITUI-SE EM TORNO DE ZAITSEV UMA ESPÉCIE DE “CURSO PREPARATÓRIO PARA FRANCO-ATIRADORES DE STALINGRADO”. UMA DAS ALUNAS MAIS APLICADAS FOI A LOIRA TANIA CHERNOVA. OS NORTE-AMERICANOS ASSEGUARAM QUE TANIA NASCERA NOS EUA E QUE SUA FAMÍLIA EM DADO MOMENTO RESOLVERA RETORNAR À RÚSSIA. COM O INÍCIO DA GUERRA, OS PAIS DE TANIA FORAM MASSACRADOS PELOS ALEMÃES. A BELDADE TINHA PORTANTO BONS MOTIVOS PARA DESEJAR UM ACERTO DE CONTAS COM OS NAZISTAS. ALÉM DO MAIS, TANIA ERA UMA COMUNISTA CONVICTA. A MOÇA ESQUEIRAVA-SE PELAS RUÍNAS DA CIDADE, ÀS VEZES COM ZAITSEV (AS COLUNAS DE FOFOCAS DO FRONT ASSEGUARAM QUE CHEGARAM A FORMAR UM PAR ROMÂNTICO, E QUE TANIA FOI APAIXONADA POR ZAITSEV POR TODA A VIDA), EM OUTROS MOMENTOS SEM ELE, PROCURANDO ALEMÃES. NÃO ERA DO TIPO DE PESSOA QUE DORMIA NA PONTARIA. QUANDO FINALMENTE FOI FERIDA E RETIRADA DOS COMBATES, EXIBIA UMA CONTA EXATA DE 80 ALEMÃES DESPACHADOS POR ELA PARA O VALHALLA⁷.

5 EM MAIO DE 1940, NA CAMPANHA DA FRANÇA, AS FORÇAS ARMADAS ALEMÃS TIVERAM POR VOLTA DE 28 mil baixas. Uma fração deste número foi perdida no avanço diretamente contra Paris.

6 É digno de nota o fato de que o coronel Batyuk, não obstante ostentar uma admirável agressividade, sofria de um terrível mal circulatório que regularmente o impedia de fazer uso das pernas. Nos momentos de crise mais aguda da doença, solicitava que seus ajudantes o carregassem de um ponto a outro do combate.

7 AS AVENTURAS DE ZAITSEV E TANIA CHERNOVA, NATURALMENTE COM ALGUMAS PITADAS DE “LICENÇA POÉTICA DE HOLLYWOOD”, podem ser acompanhadas no filme cujo título em português é “O Círculo de Fogo”.

SABE-SE TAMBÉM QUE DUAS MOÇAS DO EXÉRCITO RUSSO ORGANIZARAM POR CONTA PRÓPRIA UMA ESPÉCIE DE “CASA DE TOLERÂNCIA” E DISTRIBUÍAM SEUS AFAÇOS A TODOS QUE ESTIVESSEM NO INTERIOR DA ÁREA DEFENDIDA PELOS SIBERIANOS E QUE NATURALMENTE PUDESSEM PAGAR (BOATOS CORRIAM DE QUE OS ALEMÃES EVENTUALMENTE ERAM MERECEDORES DE SUAS DÁDIVAS). A CAPACIDADE DE IMPROVISAÇÃO, MESMO DIANTE DE CIRCUNSTÂNCIAS MUITO ADVERSAS, FOI RECONHECIDAMENTE UMA DAS MAIS NOTÁVEIS VIRTUDES EXIBIDAS PELO POVO SOVIÉTICO DURANTE A GUERRA. A INICIATIVA DAS MOÇAS DEMONSTRA AINDA QUE O STALINISMO JAMAIS LOGROU ÊXITO VARRER DEFINITIVAMENTE A LIVRE EMPRESA DA URSS.

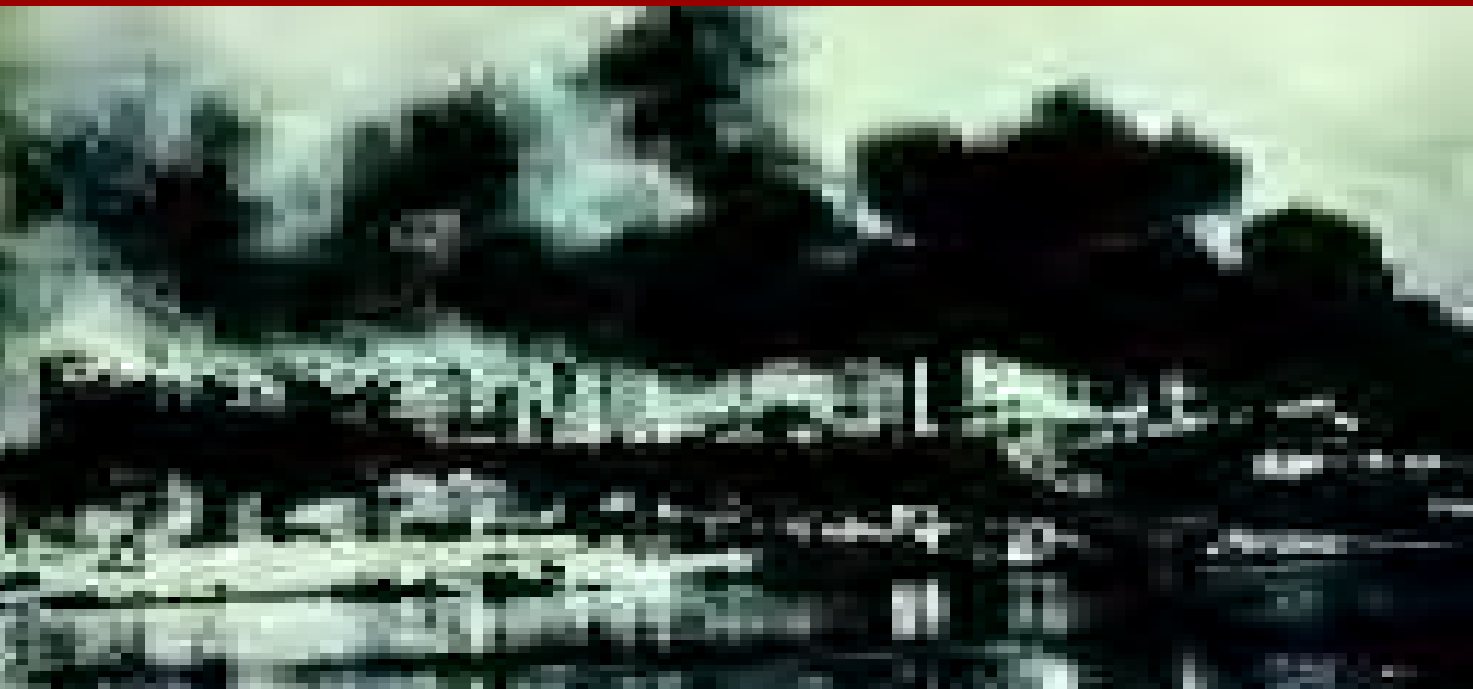
EM ÚLTIMA ANÁLISE, OS RAPAZES DE BATYUK DERAM O MELHOR DE SI PARA SE ADAPTAREM AO MEIO AMBIENTE INFERNAL DE STALINGRADO. TALVEZ TENHAM FEITO DE CONTA QUE AS RUÍNAS DA CIDADE ERAM COMO SUAS FLORESTAS E OS ALEMÃES, SEMELHANTES AOS LOBOS QUE COSTUMAVAM PERSEGUIR. QUANDO A NOITE CAÍA, SAÍAM INVARIAVELMENTE DE SEUS REFÚGIOS PARA CAÇAR ALEMÃES. AS UNIDADES GERMÂNICAS DE SERVIÇO NAS PROXIMIDADES DOS “CAÇADORES DE BATYUK” FICAVAM COM OS NERVOS À FLOR DA PELE, POIS DORMIR À NOITE PODIA SIGNIFICAR JAMAIS ACORDAR NOVAMENTE. OS SIBERIANOS DE BATYUK FAZIAM POUCO BARULHO ENQUANTO SE ESQUEIRAVAM, ENXERGAVAM ADMIRAVELMENTE BEM NO ESCURO E NADA TINHAM CONTRA O USO DE UMA BOA FACA SILENCIOSA.

UM DOS ELEMENTOS FORTES DA BATALHA DE STALINGRADO FOI A DEMONSTRAÇÃO QUE O EXÉRCITO VERMELHO, NAQUELA ALTURA, PODIA MOBILIZAR UNIDADES MILITARES EQUIPARÁVEIS AOS SOBERBOS SOLDADOS DO EXÉRCITO ALEMÃO. UMA VEZ PASSADO O PERÍODO DE PÂNICO QUE ACOMETERA OS RUSSOS INICIALMENTE, EM MEIO À LUTA EM TRÊS DIMENSÕES QUE SE TRAVAVA EM STALINGRADO — POIS COMBATIA-SE NA SUPERFÍCIE ENTRE OS ESCOMBROS, NO CÉU PELA SUPREMACIA DO ESPAÇO AÉREO E A POSSE DOS TÚNEIS DE ESOTO DEBAIXO DA TERRA ERA DISPUTADA “A DENTADAS” — FICOU CLARO QUE FORMAÇÕES RUSSAS DE ELITE COMO ERA O CASO DOS GUARDAS DE RODIMTSEV E MESMO AS COMUNS, COMO, POR EXEMPLO, OS CAÇADORES DE BATYUK PODIAM NÃO SÓ IGUALAR MAS TAMBÉM LEVAR VANTAGEM NO COMBATE APROXIMADO CONTRA OS ALEMÃES.

RESTAVA SABER SE EM CAMPO ABERTO, NA GUERRA MECANIZADA DE MOVIMENTO, OS RUSSOS SABERIAM EMULAR A PERÍCIA PROFISSIONAL ALCANÇADA PELO INIMIGO. ENQUANTO CHUIKOV E SEUS HOMENS AFERRAVAM-SE NA CIDADE, O GENERAL YEMERENKO, COMANDANTE DA FRENTE DE STALINGRADO (DO GRUPO DE EXÉRCITOS QUE INCLUÍA O LXII DE CHUIKOV) ENVIDAVA ESFORÇOS PARA DAR APOIO AOS SOLDADOS DENTRO DA CIDADE. COM SEU QUARTEL INSTALADO NO LADO OPOSTO DO RIO, PROVIDENCIAVA AS BALSAS COM SOLDADOS, MANTIMENTOS E MUNIÇÕES, E SUA ARTILHARIA ALVEJAVA SEM CESSAR AS POSIÇÕES ALEMÃES.

EM MEADOS DE NOVEMBRO, O INVERNO RUSSO COMEÇAVA A APERTAR. O MEIO AMBIENTE LITERALMENTE CONGELAVA E AS OPERAÇÕES MILITARES PASSAVAM A TER DE LEVAR EM CONTA UM CENÁRIO DE BAIXAS TEMPERATURAS. O MAL TEMPO INTERFERIA NO FUNCIONAMENTO DE TODO O TIPO DE VEÍCULOS, A PASTAGEM ESCASSEAVA DIFICULTANDO O TRANSPORTE DE AMBOS OS EXÉRCITOS (TANTO RUSSOS QUANTO ALEMÃES DEPENDIAM MUITO DE CAVALOS E MULAS PARA OS SERVIÇOS) E O COMBUSTÍVEL PARA COZINHA E AQUECIMENTO TORNAVAM-SE CRUCIAIS. OS ALEMÃES, QUE JÁ HAVIAM PASSADO UMA ESTAÇÃO INVERNAL NA RÚSSIA, CONHECIAM PERFEITAMENTE OS PROBLEMAS DE ESTAR EM CAMPANHA EM MEIO A UM CLIMA TÃO INCLEMENTE E RIGOROSO. OS RUSSOS, UMA VEZ MAIS, APROVEITARIAM A QUEDA DE TEMPERATURA PARA LANÇAR UMA OFENSIVA SALVADORA.

MAIS AO NORTE, ZHUKOV E VASSILEVSKY ULTIMAVAM OS PREPARATIVOS PARA A OPERAÇÃO URANUS, A GRANDE CONTRA-OFFENSIVA QUE DESABARIA SOBRE AS POSIÇÕES DO EIXO. OS PONTOS ESCOLHIDOS PARA O ATAQUE FORAM AS ALAS DO SEXTO EXÉRCITO DEFENDIDAS POR DUAS FORMAÇÕES ROMENAS: 160 quilômetros ao norte da cidade, CONTRA O III EXÉRCITO; AO SUL, CONTRA O V EXÉRCITO. O PLANO ERA AMBICIOSO. ATRAVÉS DE UM LARGO MOVIMENTO DE PINÇAS, APRISIONAR TODAS AS UNIDADES ALEMÃES PRESENTES NOS ARREDORES DE STALINGRADO NUM KESSEL (CALDEIRÃO), ISOLANDO-AS DO RESTO DAS FORÇAS DE EIXO E FINALMENTE, ANIQUILÁ-LAS.



AS UNIDADES ROMENAS FORAM ESCOLHIDAS PARA SOFREREM O ATAQUE INICIAL, PRIMEIRO PORQUE ERAM AS FORMAÇÕES RESPONSÁVEIS PELA PROTEÇÃO DOS FLANCOS DO SEXTO EXÉRCITO; EM SEGUNDO LUAR PELA FATO DE SEREM CONSTITUÍDAS POR DIVISÕES MAIS FRACAS DO QUE AS FORMAÇÕES ALEMÃES, ESPECIALMENTE EM TERMOS DE PODER DE FOÇO E MOBILIDADE.

SERIA ERRADO IMAGINAR QUE AS DIVISÕES ROMENAS PROTEGIAM OS FLANCOS ALEMÃES CAVANDO TRINCHEIRAS E MANTENDO POSIÇÕES FIXAS. A ESTEPE RUSSA É GIGANTESCA E NÃO HAVERIA ROMENOS NO MUNDO PARA DEFENDER POSIÇÕES CONTÍNUAS QUE COBRISSEM TODA A EXTENSÃO DAS ALAS DO SEXTO EXÉRCITO. Tudo dependia de mobilidade e poder de foço. Os russos, com unidades blindadas acompanhadas de perto pela infantaria mecanizada, TENTARIAM ROMPER A LINHA DE VIGILÂNCIA ROMENA, DESTRUIR TODAS AS FORMAÇÕES PELA CAMINHO, CONTROLAR AS ESTRADAS E ISOLAR AS DIVISÕES ALEMÃES DAS LIQAÇÕES COM SEUS CENTROS DE ABASTECIMENTO E COMUNICAÇÕES. NEUTRALIZAR TAL ATAQUE DEPENDERIA TAMBÉM DE MOBILIDADE E PODER DE FOÇO DOS DEFENSORES. Os defensores deviam fustigar duramente as tropas russas, destruindo-as com o foço de artilharia e com seus tanques. PARA IMPEDIR QUE OS RUSSOS ROMPEMSEM ATRAVÉS DO MOVIMENTO, OS ROMENOS DEVERIAM MOVER-SE CONTRA ELES. ESSE ERA O JOÇO.

EM 19 DE NOVEMBRO DE 1942, APÓS UMA ANSIOSA AUTORIZAÇÃO DE STALIN, Zhukov soltou seus cães de guerra. Protegido por uma esmagadora barragem de artilharia, ao norte de Stalingrado, um “exército de tanques” e dois exércitos de infantaria investiram violentamente contra as linhas romenas. Em alguns pontos os romenos resistiram bravamente, lutaram bem. Porém, sua falta de mobilidade (escassez de caminhões, tanques e veículos meia-laçarta) decidiu a partida a favor dos russos. Logo milhares de soldados romenos estavam se rendendo ou “dando sebo nas canelas” para a retaguarda. Ao sul, três exércitos apoiados por dois corpos de tanques e um corpo de cavalaria esmagaram as forças romenas da área. Os fuzileiros vermelhos em ambos os lados progrediram rapidamente. Na localidade de Kalach as duas pinças soviéticas se encontraram. O kessel de Stalingrado estava formado. Os números de alemães e aliados encurralados eram alarmantes. Em termos de divisões, 20 delas — 16 de infantaria, duas panzer e duas motorizadas — além de uma divisão romena e algumas brigadas croatas. Dentro do kessel haviam ainda unidades da Luftwaffe e colaboracionistas russos. Quase 300 mil homens estavam encurralados, isolados do resto das forças do Eixo. Em torno deles, um círculo formado por 60 divisões vermelhas mantinha os cadeados ferreamente lacrados.

A REAÇÃO DO ALTO-COMANDO ALEMÃO DEVERIA SER RÁPIDA CASO DESEJASSE EVITAR O DESASTRE. O GENERAL PAULUS, COMANDANTE DO SEXTO EXÉRCITO, INSISTIU EM OBTER PERMISSÃO PARA ABANDONAR STALINGRADO, ROMPER O CERCO E ALCANÇAR AS LINHAS ALEMÃES NA ALTURA DO RIO DON. HITLER VETOU O PROJETO E OPTOU POR ORDENAR A MONTAGEM DE UMA OPERAÇÃO DE RESGATE. ENQUANTO ISSO O SEXTO EXÉRCITO DEVIA RESISTIR NA “FORTALEZA STALINGRADO”. PARA ISTO, CONVOCOU SEU MAIS BRILHANTE COMANDANTE, O MARECHAL-DE-CAMPO VON MANSTEIN. ESSES DOIS MILITARES, HOMENS-CHAVE (JUNTAMENTE COM HITLER) NO DESDOBRAMENTO DO DRAMA DE STALINGRADO, FAZEM JUZ A ALGUMAS LINHAS PARA ESCLARECIMENTOS ACERCA DE SUAS PERSONALIDADES.



O GENERAL (MAIS TARDE, GENERAL MARECHAL-DE-CAMPO) Friedrich von Paulus jamais comandara um exército antes. Fizera toda a sua carreira como um admiravelmente correto oficial de estado-maior. Por antiguidade e pelo fato de gozar de grande consideração da parte dos generais com quem servira, fora nomeado para o comando do Sexto Exército. O fato de jamais ter exercido um comando tão importante em operações pode ter influído na conduta de Paulus em Stalingrado. Obedeceu rigidamente as ordens de Hitler em manter-se na cidade, mesmo sendo tal procedimento contrário ao seu juízo. Se Paulus fosse um comandante de campo experimentado, poderia ter insistido com mais rigor na defesa de seus pontos de vista, atuando de forma mais autônoma e mais condizente com um comandante de exército e, assim, salvo seus homens.

O GENERAL MARECHAL-DE-CAMPO Erich von Manstein era o oposto de Paulus. Em toda a sua carreira destacara-se por ser um comandante de unidades de combate. Não se furtara também à vivência no intelectualizado trabalho de estado-maior. O fato era que Manstein era um comandante completo. Sobre sua relação com Hitler, costuma repetir a observação feita por Seydlitz na batalha de Zorndorf (1758): depois da batalha, o rei pode dispor de minha cabeça como quiser, mas durante a batalha, ele gentilmente me permitirá que eu a use". Manstein seria o responsável por montar a operação de resgate do Sexto Exército. Usaria seu julgamento do modo mais autônomo possível, normalmente agia assim. Porém, no caso de Stalingrado, sentiu suas mãos atadas. Hitler acompanhava de perto a campanha e dificilmente concederia a Manstein a autonomia que estava habituado. Enquanto isso, Hitler, a partir de uma avaliação positiva do Marechal do Reich Hermann Göring (e totalmente negativa por parte dos demais comandantes da Luftwaffe) considerou plausível que as 500 toneladas diárias de suprimentos necessários para manter o Sexto Exército sitiado fossem providenciados pelo ar através de uma ponte aérea.

Nada disso deu certo. Em primeiro lugar, as unidades reunidas por Manstein para romper o anel russo careciam de força suficiente. Manstein trabalhou do melhor modo possível com o que tinha, mas nunca conseguiu reunir tropas com o peso necessário para desalojar os russos. Em segundo lugar, naturalmente, os soviéticos não ficaram quietos. A 16 de dezembro, lançaram mais uma ofensiva de menores proporções (Operação Pequeno Saturno) contra as linhas defendidas pelos italianos. A frente italiana se esfacelou e o novo ataque de Zhukov colocou em risco as alas das forças de resgate de Manstein. O socorro foi detido e as tropas de resgate se viram na obrigação de resgatar a si próprias. Finalmente, a ponte aérea não funcionou. Durante todo o cerco, jamais a Luftwaffe conseguiu entregar as 500 toneladas diárias vitais para a sobrevivência dos soldados sitiados. O tempo cada vez pior, as pistas congeladas, os acidentes, os caças e a artilharia antiaérea soviética conspiraram para o fracasso da aviação alemã que contabilizou a perda de aproximadamente 500 aeronaves de transporte.

Os dias passavam e a força vital dos soldados sitiados declinava. As rações eram reduzidas, a munição escasseava e os tanques ficavam paralisados por falta de gasolina. Acabavam-se as granadas dos morteiros e dos canhões. Milhares de soldados tornaram-se incapacitados devido às queimaduras proporcionadas pelo frio ou pela fraqueza. Muitos morriam de inanição. Os russos de seu lado, bem alimentados e aquecidos, redobravam sua combatividade e recuperavam partes da cidade. Logo, unidades que haviam ficado dias isoladas eram alcançadas pelos camaradas e crescia o número de soldados alemães que se rendiam. As colunas de prisioneiros nazistas, manchas escuras e acobreadas contrastando com a paisagem nevada, cruzavam os caminhos sem parar, desfilando sua miséria sob as vistas dos vitoriosos fuzileiros vermelhos. Contemplando o espetáculo deviam pensar que, desta vez, não eram eles os cercados, os derrotados. Os rudes camponeses soviéticos assistiam uma cena que revelava que o inimigo amargava o gosto de seu próprio remédio. Fora batido na guerra de movimento, na luta mecanizada em que era mestre e assombrara o mundo. Os russos tornaram-se finalmente seus melhores aprendizes.

ALEMÃES E SOVIÉTICOS COMBATERAM TENAZMENTE EM Stalingrado por bons e válidos motivos. Antes de tudo, não tinham escolha. O modo de guerrear ocidental, ao impor a conscrição universal, militarizava as sociedades como um todo e descortinava a realidade da “guerra total”. A população masculina era a “carne do exército” e dirigia-se para onde seus comandantes os mandassem, mesmo que o destino fosse o inferno na terra. Em segundo lugar (desprezando a ordem de importância), lutaram por suas próprias vidas e em defesa de seus camaradas mais próximos. Stalingrado foi uma “batalha de soldados”. As crenças na ideologia política, fidelidade ao regime ou respeito temeroso à disciplina militar tiveram seu peso, porém, em meio a condições tão adversas e perigosas, a solidariedade que forjava grupos pequenos e os mantinha unidos dia após dia pode ter falado mais alto. Em um ambiente como esse, a morte torna-se verdadeiramente tangível e o inimigo tem carne, cheiro e faz barulho. Os grupos de combate elaboravam micro-sistemas de sobrevivência e táticas muito particulares de luta. O inimigo estava tão próximo que algumas equipes preferiam o uso de granadas, facas e pás para decidir os encontros. Via de regra, havia alguém com uma picareta. Se não fosse possível usar portas ou janelas, fazia-se um buraco na parede, seja para escapar, seja para invadir um prédio ocupado pelo adversário. Todos procuravam comida, alguns dormiam amontoados para manterem-se aquecidos enquanto outros vigiavam. Os dias se passavam e as decisões que garantiam a sobrevivência dependiam, quer da solidez do grupo em segui-las, quer do juízo dos cabos e sargentos veteranos.



A SEGUIR DEVEMOS COMPREENDER QUE OS RUSSOS COMBATIAM COM A CERTEZA DE QUE OS NAZISTAS FAZIAM CONTRA ELAS UMA GUERRA DE EXTERMÍNIO, E ISSO NÃO ERA MERA PROPAGANDA STALINISTA. OS SOLDADOS SABIAM DOS TORMENTOS IMPOSTOS ÀS POPULAÇÕES QUE VIVIAM NAS VASTAS ÁREAS OCUPADAS PELO INIMIGO. OS ALEMÃES, POR SUA VEZ, LUTAVAM COM O DESESPERO DE QUEM SE ENCONTRA A MAIS DE 1.600 quilômetros de casa. ALÉM DISSO, ALGUNS IMAGINARAM QUE A GRANDE DESTRUIÇÃO QUE PROVOCARAM NA URSS PODERIA SER LEVADA PARA A ALEMANHA CASO OS RUSSOS NÃO FOSSEM VENCIDOS. OS ALEMÃES NÃO ERAM TOLAS. SABIAM PERFEITAMENTE QUE OS RUSSOS TINHAM TODOS OS MOTIVOS DO MUNDO PARA EXECUTAR SUA VINGANÇA RETRIBUINDO A VISITA.

A DIMENSÃO IDEOLÓGICA CERTAMENTE NÃO ERA DESTITUÍDA DE PESO PARA OS HOMENS DAQUELA ÉPOCA, MAS PARA OS OBSERVADORES DE NOSSOS DIAS PODE DESPERTAR ALGUMAS INQUIETAÇÕES EM RELAÇÃO ÀS PROPORÇÕES DO SACRIFÍCIO DE TANTAS VIDAS. CALCULA-SE QUE 147 mil soldados do Eixo PERECERAM NO KESSEL DE STALINGRADO E PERTO DE 91 mil CAÍRAM PRISIONEIRO. AS PERDAS RUSSAS FORAM ATERRADORAS: EM TODA A DIMENSÃO DA CAMPANHA (INCLUINDO AS OFENSIVAS URANUS E SARTURNO), SUAS CIFRAS ALCANÇAM A CASA DE UM MILHÃO DE VÍTIMAS (500 mil soldados e o resto, civis não-combatentes).

NO MÊS DE FEVEREIRO DE 2003, COMPLETARAM-SE 60 ANOS DA RENDIÇÃO FINAL DOS ALEMÃES EM STALINGRADO. NEM O NAZISMO NEM O SOCIALISMO SOVIÉTICO EXISTEM MAIS. O NAZISMO, EM MAIO DE 1945, FOI CREMADO EM CHAMAS WAGNERIANAS, GRAÇAS, EM LARGA MEDIDA, À PERSISTÊNCIA DOS FUZILEIROS VERMELHOS, QUE REFIZERAM TODO O CAMINHO ATÉ ALCANÇAREM BERLIM. QUANTO AO SOCIALISMO REAL SOVIÉTICO, ESTE FOI ABANDONADO PELOS POVOS DAQUELA ÁREA DO MUNDO ALGUMAS DÉCADAS DEPOIS. NÃO FOI NECESSÁRIO UMA GUERRA, UMA NOVA REVOLUÇÃO, NADA PARECIDO COM UMA STALINGRADO. O SISTEMA, NA VERDADE, FOI MINGUANDO, FENECENDO, CEDENDO, ESMAÇADO POR SUAS PRÓPRIAS CONTRADIÇÕES.

COM EFEITO, AS PRIMEIRAS DESERÇÕES INDIVIDUAIS PODIAM VIR DE ONDE MENOS SE ESPERAVA. ESSE FOI O CASO PROTAGONIZADO PELO INDOMÁVEL SARGENTO, “DEFENSOR DE STALINGRADO” YACOB PAVLOV, LÍDER DO BRAVO GRUPO DE RAPAZES DA DIVISÃO DOS GUARDAS DE RODIMTZEV QUE SURRENDERAM OS ALEMÃES DE MODO ADMIRÁVEL E DEFENDERAM COM SUCESSO POR 59 DIAS A “CASA DE PAVLOV”. PROMOVIDO A OFICIAL, ACEITO NO PARTIDO EM 1944, CONQUISTADOR DE BERLIM E HERÓI DA UNIÃO SOVIÉTICA, DESISTIU DE TODOS OS PRÊMIOS, HONRARIAS E COMODIDADES OFERECIDOS PELO REGIME. TROCOU A FARDA PELO HÁBITO ECLESIASTICO, E RENUNCIOU À CADERNETA DO PARTIDO EM PROL DA CRUZ. PAVLOV OPTOU POR INGRESSAR EM UM OSCURO MOSTEIRO DE SERGIEVO SOB O NOME DE MONGE KYRILL. SEMPRE FADADO AO DESTAQUE, QUER COMO SOLDADO COMUNISTA, QUER COMO PENITENTE DE CRISTO, COM O PASSAR DOS ANOS TORNOU-SE O ARQUIMANDRITA DE SUA PEQUENA COMUNIDADE. VIVEU O RESTO DE SEUS DIAS EM SILÊNCIO, FALECENDO DISCRETAMENTE EM 1981.

e - mail : s c a l e r c i o @ l i n k . c o m . b r



Meu coração vagabundo

Estar “professorinha” é um estágio d’alma — o estágio romântico, altruístico, solidário. Em um só vocábulo, é um estágio proparoxítono. Dado a suspiros, álbum de recordações e colégio interno — inúmeros Imaculada Conceição pelo país a fora. Não era o caso das normalistas — todas externas. Nem por isso menos nefelibatas, J. G. de Araújo Jorge nas mãos, vestida de azul e branco. Como o céu, diria o bardo.

Estágio urgente, fenece tempranamente, à vera ou em metáfora, e nunca mais é mencionado. Em geral, todo adulto oculta haver sido romântico, vergonha familiar, exceto quando alcança a senectude. Mas, aí, toma-se o romantismo por decrépito. Aqui, não. Ao contrário, recomendam esculápios de nobre estirpe que estar “professorinha” de vez em quando é totalmente benéfico à saúde. Consumo liberado, sem efeitos colaterais. Grande J. G.!

O verbo amar

Te amei: era de longe que te olhava
e de longe me olhavas vagamente...

Ah, quanta coisa nesse tempo a gente sente,
que a alma da gente faz escrava.

Te amava: como inquieto adolescente,
tremendo ao te enlaçar, e te enlaçava
adivinhando esse mistério ardente
do mundo, em cada beijo que te dava.

Te amo: e ao te amar assim vou conjugando
os tempos todos desse amor, enquanto
segue a vida, vivendo, e eu, vou te amando...

Te amar: é mais que em verbo é a minha lei,
e é por ti que o repito no meu canto:
te amei, te amava, te amo e te amarei!



Bom dia, amigo Sol

Bom dia, amigo Sol! A casa é tua!
As bandas da janela abre e escancara,
— deixa que entre a manhã sonora e clara
que anda lá fora alegre pela rua!

Entre! Vem surpreendê-la quase nua,
doura-lhe as formas de beleza rara...
Na intimidade em que a deixei, repara
Que a sua carne é branca como a Lua!

Bom dia, amigo Sol! É esse o meu ninho...
Que não repares no seu desalinho
nem no ar cheio de sombras, de cansaços...

Entra! Só tu possuis esse direito,
— de surpreendê-la, quente dos meus braços,
no aconchego feliz do nosso leito!...

Vermelho e branco

O sangue vermelho
do homem branco,
do homem preto,
do homem amarelo,
o sangue é vermelho,
é um sangue só.

O leite branco
da mulher branca,
da mulher preta,
da mulher amarela,
o leite é branco,
é um leite só.

Deus pôs por dentro de homens
e mulheres
de aparências tão diferentes,
uma humanidade só:
— o mesmo anseio, a mesma fome,
o mesmo sonho, o mesmo pó;
o mesmo sangue vermelho,
da cor da vida, da cor
do amor,
e mais:
o mesmo leite branco,
da cor da paz.

Colegial

Gosto de vê-la, sim... Quando à tarde ela vem
fisionomia suave, ingênuamente franca...
Toda a rua se alegra, e eu me alegro também
com o seu vulto feliz: saia azul, blusa branca...

Quantos nadas de sonho o seu olhar contém!
A luz viva do olhar ninguém talvez lhe arranca.
— Gosto de vê-la, sim... E ficam-lhe tão bem
aquela saia azul, e aquela blusa branca...

Azul: — azul é a côr da vida que ela sonha!
E branca: — branca é a côr da sua alma de criança
onde ela própria se olha irrequieta e risonha...

Feliz... Não tem presente e ainda nem tem passado...
Só o futuro — e o futuro é uma imensa esperança
um mundo que ainda fica oculto do outro lado!

Insatisfeito

Quem ler os versos meus onde há certa tristeza
e certo desencanto suave e contrafeito,
poderá num momento pensar, com certeza,
que trago inutilmente um coração no peito...

E que vivo afinal inquieto e insatisfeito
de paixão em paixão... de surpresa em surpresa;
— como um rio a mudar o curso do seu leito
sem saber aonde o arrasta a própria correnteza!

E acertará talvez — pois falta essa mulher
que consiga escrever seu nome em minha vida
sem deixar no passado outro nome qualquer...

Falta-me um grande amor... Falta-me tudo em suma!
E sinto a alma vazia, estranha e incompreendida
por ter amado tantas sem amar nenhuma!

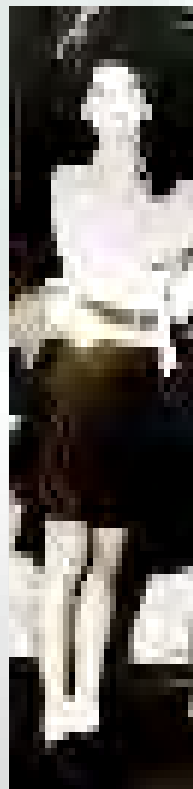
Pensando nela

Neste instante em que escrevo, estou pensando nela,
longe de mim, no entanto, em que estará pensando?
— quem sabe se a sonhar, debruçada à janela
recorda o nosso amor, a sorrir, vez em quando...

Ou terá tal como eu, êsse ar de alguém que vela
um sonho que estivesse em nosso olhar flutuando?
Ou quem sabe se dorme, e adormecida e bela
o luar lhe vai beijar os lábios, suave e brando...

Invejaria o luar!... É tarde, estou sozinho,
ela dorme talvez, e não sabe que ao lado
do seu leito, a minha alma ronda de mansinho...

Nem vê meu pensamento entrar pela janela
e ir na ponta dos pés, murmurar ajoelhado
êste verso de amor que fiz, pensando nela!



Sofrer por sofrer...

Parti. Quis te deixar abandonada
às lembranças do amor que nos prendeu.
Trouxe comigo, na alma torturada,
um ciúme atroz ciumentamente meu...

Fugi... fuga cruel, desesperada,
quando supus que nosso amor morreu...
Fuga inútil, se ainda és a minha amada,
se continuo inteiramente teu!

Não, não me livro desse amor nefasto,
nem dessa angústia, dessa luta, dêsse
ciúme que aumenta quanto mais me afastos...

E hoje concluí, fugindo de meus passos,
que sofrer por sofrer, antes sofresse
como sempre sofri... mas nos teus braços!

Soneto à tua volta

Voltaste, meu amor... enfim voltaste!
Como fêz frio aqui sem teu carinho!
— A flor de outrora, refloresce na haste
que pendia sem vida em meu caminho!

Obrigado... Eu vivia tão sozinho...
Que infinita alegria, e que contraste!
— Volta a antiga embriaguez porque voltaste
e é doce o amor, porque é mais velho o vinho!

Voltaste... E eu dou-te logo este meu poema
simples e humilde, repetindo um tema
da alma humana esgotada e envelhecida...

Mil poetas outras voltas celebraram...
— Mas, que importa? — se tantas já voltaram
só tu voltaste para a minha vida...

Vergonha

Num mundo em que há migalhas e espedícios
pratos cheios de restos enfatiados
e bôcas que salivam sem ter pão;

e em que há crianças tristes, maltrapilhas,
que não terão nem livros nem recreios
nem mesmo infância no seu coração;

num mundo onde os enfermos são tratados
com a caridade irônica dos homens
que são donos dos próprios hospitais;

onde alguns já nasceram infelizes
e hão de viver sem segurança e paz
sem meios de lutar, abandonados;
e outros, trazem do berço as regalias
que hão de inutilizar, despreocupados;

num mundo onde há mãos cheias, transbordantes,
e há mendigando, pobres mãos vazias;
onde há mãos duras, ásperas, cansadas,
e suaves mãos, inúteis e macias;

onde uns têm casas grandes, com jardins,
e outros, quartos estreitos, sem paisagem;

num mundo onde os artistas, prisioneiros,
fazem "roda" nos mesmos quarteirões
sonhando sempre uma impossível viagem;
e há homens displicentes nos navios
carregando "kodaks" distraídas
que têm mais alma que os seus olhos frios;

num mundo, onde os que podem, não têm filhos,
e os que têm filhos, quase sempre lutam
porque não podem constituir um lar;

num mundo, onde ao mais leve olhar humano
vê-se que não há nada em seu lugar,
e onde no entanto fala-se em Direito,
em Justiça, em Razão, em Liberdade;

num mundo, onde os que plantam, pouco colhem,
e os que colhem, não sabem, na verdade,
de onde vêm as colheitas que consomem;

num mundo, onde uns jejuam muitos dias
e outros, por vício, muitas vezes comem...

*— sinto a angústia fatal de ter nascido
e a suprema vergonha de ser homem!*



A verdadeira lição argentina é a **dureza da punição** que eleitores reservam para aquelas lideranças que se mostram incapazes de preencher as expectativas que geram.

passos de um autêntico
portenho
samba



Fernando J. Cardim
de Carvalho

ECONOMISTA

m

udança”. Esta foi a palavra com que o presidente Lula da Silva abriu seu discurso de posse no Congresso neste pri-

meiro dia do ano. Reconheceu o presidente que sua excepcional votação deveu-se ao cansaço da população com políticas que resultaram em estagnação, desemprego, perda de autonomia nacional na escolha de políticas, e, para culminar, na volta da ameaça inflacionária. Mudança cautelosa, sem arroubos, mas mudança mesmo assim.

É impossível ignorar a sinceridade com que estas palavras foram ditas e o profundo compromisso pessoal do presidente com a superação da pesada herança negativa herdada do mandatário anterior. É também impossível ignorar, contudo, que em alguns aspectos cruciais estas intenções possam estar fadadas senão ao fracasso. O ministro da Fazenda nomeado pelo presidente, e, por extensão, o próprio presidente, parecem pensar que é possível atacar os problemas sociais do país, resolver a questão do desemprego, da distribuição, da retomada do crescimento mantendo a estrutura da política macroeconômica herdada do presidente Cardoso. O ministro declarou a jornais que pretende mudar o modelo econômico, mas não a política econômica, mais particularmente a macroeconômica. Uma interpretação generosa desta afirmação plena de equívocos pode ser a de que não se pretende abandonar objetivos como a estabilidade de preços e a “responsabilidade fiscal”. Quanto à estabilidade de preços, não se trata de mantê-la, mas de reconquistá-la, depois do desastroso ano de 2002. Já o compromisso com políticas orçamentárias consistentes passa por diversos caminhos, dentre os quais o consagrado na lei de responsabilidade fiscal vigente não é necessariamente o melhor. Finalmente, há a expressão mais popular de 2002, o respeito aos contratos. Colocados em abstrato, todos são objetivos sadios: estabilizar preços, gastar bem e consistentemente com as restrições efetivas, respeitar compromissos. No entanto, cada uma destas expressões abstratas acaba servindo como codinome para o bom e velho imobilismo. Já não é sequer o mudar para que tudo permaneça igual. É mesmo permanecer igual para que tudo permaneça igual.

A política macroeconômica herdada do presidente anterior era inteiramente limitada por dois “contratos” muito

peculiares, já que ambos implicam que o devedor aceita cumprir obrigações que não apenas permanecem em aberto como sua própria ampliação depende em medida dominante das inclinações dos credores. Por um lado, a ação fiscal (e, indiretamente, a monetária) do governo está limitada pela necessidade de servir uma dívida pública que na sua quase totalidade varia com a taxa de juros de curto prazo (taxa Selic) ou com a taxa de câmbio. A taxa de câmbio é diretamente manipulável por vários dos detentores desta mesma dívida, como ficou evidenciado em 2002. Basta observar como a degradação do real era sempre mais intensa às vésperas do resgate de títulos indexados ao câmbio. A taxa de juros de curto prazo é pesadamente influenciada pelos mesmos eventos, já que a desvalorização cambial dá dois motivos poderosos para que o Banco Central aumente a taxa Selic: por um lado, a desvalorização cambial gera pressões inflacionárias domésticas que têm que ser combatidas e, por outro, é preciso atrair capitais estrangeiros oferecendo-lhes maiores retornos. Assim, com a alta de juros e a desvalorização do câmbio aumenta o serviço da dívida pública. Mesmo altas “simbólicas” de juros, como a promovida pelo Banco Central, na sua primeira decisão no governo Lula, acrescentam alguns bilhões de dólares ao serviço da dívida. O “respeito aos contratos”, neste contexto, significa simplesmente, como colocou o próprio ministro da Fazenda de Lula, se comprometer com o “superávit primário que for necessário” para pagar uma conta cujo total pode crescer de acordo com o interesse dos próprios credores. A linguagem é enganosa: buscar um superávit sugere que o setor público está “poupando”, está cortando despesas desnecessárias para acumular recursos para fins mais meritórios (como o Fome Zero?). No entanto, “superávit primário” significa simplesmente aumentar a provisão para pagamento de juros. Este superávit não aumenta a “poupança” do governo, apenas desvia recursos de uma utilização (obras públicas, programas sociais etc.) para outra (pagamentos aos detentores dos títulos de dívida). O ministro de Lula tem razão: dívidas devem ser pagas. Mas aceitar a idéia de que obrigações em aberto são sagradas é negar um princípio básico da instituição dos contratos numa economia capitalista: contratos foram criados para diminuir as incertezas do futuro, dando tanto ao credor quanto ao devedor a segurança de conhecer seus direitos e obrigações antes de iniciar um plano de ação.

O segundo contrato em aberto é com o FMI. Neste caso, as condições financeiras (taxas de juros e prazos) estão preestabelecidas mas as condicionalidades que acompanham estes empréstimos não. Exigências de desempenho fiscal e monetário, mas também, e ainda pior, exigências de “reformas estruturais” liberalizantes podem ser acrescentadas livremente pelo Fundo durante a vigência do financiamento. Troca-se dinheiro no presente pelo compromisso de adotar políticas que “venham” a ser consideradas necessárias pelo Fundo. Não há nada de conspiratório nesta afirmação, nem se refere a Lula em particular ou a qualquer outro: este é modo como o Fundo sempre funcionou e está explícito na nota emitida pelo seu diretor quando da assinatura do acordo em vigor.

O presidente não parece perceber que a reafirmação destes dois compromissos por parte de seu ministro da Fazenda pode trazer-lhe cumprimentos e sorrisos por parte de setores do chamado “mercado”, mas acabará por comprometer suas notórias boas intenções. Sua política social acabará limitada pela continuidade da estagnação da economia, pelo desemprego, pela arrecadação insuficiente de impostos, pela prioridade absoluta anunciada pelo ministro da Fazenda em pagar o que lhe for exigido.

Isto tudo é, ou deveria ser, óbvio. A pergunta que se impõe, então, é “por quê”? Porque o governo de Lula, o governo do PT, que até ontem parecia consciente de que sua capacidade de governar para a mudança dependeria de uma reorientação radical da política macroeconômica estagnacionista que vinha sendo aplicada resolveu não apenas insistir nelas como, na verdade, radicalizar a opção feita pelas políticas liberais de Cardoso (pense-se, por exemplo, na decisão de propor a independência do Banco Central, disfarçada pelo termo “autonomia operacional”)?

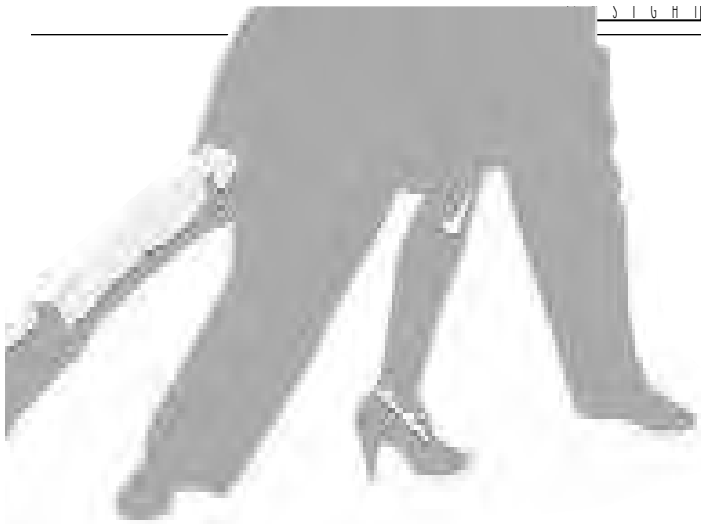
Há pelo menos três hipóteses que podem explicar a escolha feita não apenas por políticas conservadoras mas também por equipes de governo majoritariamente conservadoras. A primeira, com ampla circulação, é a hipótese cínica do “fazer oposição é uma coisa, governar é outra”. A crítica radical é a doença infantil do oposicionismo, superada quando se chega ao poder. Esta é uma hipótese antiga, cuja única originalidade quando aplicada agora é que, ao contrário do seu emprego tradicional, para explicar por que governos que se

encerram decepcionaram seus eleitores (veja, por exemplo, seu uso pelo ex-presidente Cardoso), estaria explicando o comportamento de um governo que ainda não completou um mês.

Felizmente (ou infelizmente, talvez), a hipótese cínica, com seu conteúdo corrosivo para a natureza do processo democrático, não é a única possível. Há uma segunda possibilidade, algo aparentada à primeira: tendo assumido em uma conjuntura difícil, quase crítica, o governo teria de acalmar primeiro aqueles mais capazes de lhe causar danos, os mercados financeiros, para depois mostrar sua verdadeira face, reformando seus caminhos. Esta hipótese parece remota. Se verdadeira, colocaria o presidente na posição tradicional do aprendiz de feiticeiro, que acaba por se descobrir enredado em sua própria feitiçaria. Se o que se busca é um “disfarce”, enquanto se “prepara a mudança”, dever-se-ia ter em mente dois fatos: 1. a natureza de mudanças que estão sendo propostas para “acalmar o mercado”, como a independência do Banco Central, são irreversíveis e comprometerão qualquer mudança de política mais tarde; 2. o governo nunca estará tão forte para propor qualquer coisa, como está agora. Este último é talvez o ponto mais importante: é no seu início que o presidente tem seu maior capital político, tanto entre aque-

Troca-se dinheiro no presente pelo compromisso de adotar políticas que “venham” a ser consideradas necessárias pelo FMI





Agora se sabe não apenas o que teme o governo, mas também o quanto o governo teme o que “o mercado” pode fazer

les que o apóiam quanto entre os que a ele se opõem. É agora que o apoio popular é mais visível e incondicional e que a percepção dos setores derrotados pelo processo de decisão política é mais forte de que é preciso abrir mão de alguma coisa. Ao adotar as políticas que adotou, o governo o fez *de graça*, com a fé de um convertido. Agora se sabe não apenas o que teme o governo, mas também o quanto o governo teme o que “o mercado” (assim, colocado, no antropomorfismo que se tornou moda) pode fazer. Qualquer ameaça de mudança terá de enfrentar não um oponente mais fraco, mas, ao contrário, mais forte do que hoje. De qualquer forma, a diminuir a plausibilidade desta hipótese está a ampla ausência de quadros do partido vencedor no Ministério da Fazenda: quem estaria preparando uma “mudança”?

A terceira e última hipótese é quase um amálgama das duas primeiras, a de que o novo governo estaria buscando *normalizar* a situação, para que uma economia próspera de novo abra o espaço para as políticas de promoção social que caracterizariam um governo de Lula e do PT. Da primeira hipótese, fica a idéia de que, no governo, o PT teria amadurecido, percebido que política macroeconômica só há uma, como

quer o ministro da Fazenda, e que, portanto, o melhor que se pode fazer é otimizar a operação dos instrumentos disponíveis, e buscar a simpatia dos investidores, para que diminua a asfixia da economia brasileira. Da segunda, subsiste uma idéia de mudança, mas não da política macroeconômica, e, sim, das prioridades do governo. O que o PT, ou o governo Lula, teria de diferente não seria uma visão de como reinserir a economia brasileira na economia mundial e reconquistar o desenvolvimento perdido há tantos anos, mas como distribuir seus frutos. Nesta linha, o que se busca com a política macroeconômica é o *choque de credibilidade*: a percepção dos mercados da responsabilidade com que o governo conduz sua política macroeconômica, deveria trazer os capitais externos de volta, manter no país os investidores locais (que não teriam porque fugir, como o fizeram tantas vezes no passado, diminuindo as pressões sobre o câmbio, o que abriria a possibilidade de redução das taxas de juros, e aumentando a poupança disponível para o investimento que levaria a economia de volta ao crescimento.

Esta é a mesma quimera que alimentou o governo Cardoso em sua segunda encarnação. Tudo foi feito para dar choques de credibilidade, e o que se conseguiu foi estagnação, desemprego, dólar volátil, pressões inflacionárias, juros altos etc. O governo Lula parece querer aumentar a aposta, concedendo agora a independência do Banco Central e se comprometendo com o “superávit primário” que for necessário. Normalizar, contudo, é voltar e manter o mesmo padrão de vulnerabilidade e turbulência que tem consistentemente impedido a recuperação da economia. Normalizar é atrair capitais, como os que agora estão realmente voltando, que voltarão a fugir (acompanhados dos aplicadores locais) ao primeiro sinal de que há alternativas melhores no mundo, ou de que o governo venha a ter qualquer outra intenção que não a de satisfazer suas demandas no futuro. É preciso se ter claro que o *normal* que se tem em vista é o mesmo quadro de dependência externa que tornou a economia brasileira caixa de ressonância para qualquer evento adverso que ocorra em qualquer parte do mundo, desde a crise mexicana de 1994/1995. A adoção do regime de câmbio flutuante amenizou os desequilíbrios que dominam a economia brasileira, mas não os neutralizou. Tudo parece calmo neste início de 2003, como pareceu no início de 1998 (alguém se lembra de como se fala-

va com entusiasmo no modo como o Brasil tinha driblado a crise asiática?) ou em 2000, quando dominava a euforia pela forma com que a mudança de regime cambial tinha se dado aqui, permitindo que se abrisse a era de prosperidade em que passamos a viver até hoje. Novamente, credibilidade é uma qualidade, ninguém deseja um governo desmoralizado, em que ninguém confie. Porém, o que se busca é um choque de credibilidade localizado: entre mercados financeiros, que devem passar a acreditar que nada mudou, para que tudo possa voltar não ao que era antes, mas ao que antes se almejava.

Para que o presidente não acabe prisioneiro de algum modelo “liberal com face humana”, é preciso que a mudança seja gradual e cautelosa, mas seja mudança mesmo assim, ou pelo menos aponte para ela. É completa ilusão que se possa promover a revolução nas condições de vida da população que o presidente deseja em uma economia estagnada. A primazia da política econômica assumida no governo anterior foi menos o resultado de uma visão tecnicista da sociedade, e mais o resultado inevitável da submissão aos dois compromissos citados na expectativa mendicante de que o mercado um dia viria a recompensar os “bons fundamentos”(!) da economia. Esta patética impotência frente a um mercado que sempre exige mais (como é, reconheça-se, o seu papel) conduziu à estagnação e à vulnerabilidade. O impulso reformador do presidente Lula esbarrará nos mesmos limites, tornados, na verdade, muito mais dramáticos pela imensa expectativa criada em toda a população de que as décadas perdidas dos 1980 e 1990 ficariam finalmente para trás.

Não se trata de virar a mesa, de criar o caos etc. Não há dúvida de que mudanças terão de ser graduais, mas é preciso apontar para elas, apontar para horizontes, preparar a mudança. Para isto, é preciso começar a ter idéias e formar equipes que apontem para mudança e nos dois quesitos o início da gestão do ministro da Fazenda é deficiente. A afirmação de que há modelos diferentes, mas não políticas macroeconômicas não é sequer retórica, é apenas tolice. Como no caso de alcoólatras em busca de recuperação, o primeiro passo é deixar-se iludir menos com os sorrisos de aprovação recebidos daqueles que só têm a ganhar com a continuidade do *status quo*, e reconhecer que há um problema. A aparente incapacidade de reconhecer que há um problema é o sinal mais inquietante emitido pelo ministro no governo que se inicia.

Há alternativas para a política macroeconômica? Há, e

há mais de uma, e é preciso discuti-las. Não se trata, naturalmente, de oferecer um receituário detalhado, como quem oferece escalções diversas para uma seleção brasileira ideal. Há princípios, porém, que devem ser discutidos e avaliados, para serem operacionalizados por quem tem esse poder. Aqui, gostaria apenas de levantar alguns pontos fundamentais para este debate de alternativas.

O ponto de partida deve ser o de que o mercado financeiro não é, nem deve ser, tratado como inimigo. No entanto, esse mercado também não pode ser o juiz da boa política, isto é, a política macroeconômica deve ser examinada pelos seus objetivos e pela sua viabilidade, não pelo que o “mercado” (mesmo se houvesse realmente um pensamento que refletisse todo o mercado financeiro, o que não é verdade) julga adequado, até por um princípio que é obvio para qualquer um, exceto, por treinamento, para economistas: agentes de mercados agem por seu interesse e não como árbitros do que é bom para a sociedade. Este singelo princípio foi proposto por Adam Smith, mas a grande maioria dos economistas parece ter optado por uma visão quase religiosa do mercado (na verdade, um segmento dele, o que é raramente lembrado, o financeiro) como árbitro não apenas do que é factível ou sustentável, mas também do que é desejável. Só o mercado é capaz de ver através dos planos de governo e detectar o que é “populismo”. Por mais estranho que isto possa soar a qualquer um que não tenha a formação de economista, é normal esquecer que agentes financeiros buscam seu próprio benefício, como qualquer outro, e para tanto valem-se de todos os instrumentos que qualquer um usaria para atingir seus objetivos, como manipular preços de ativos, taxas de juros, taxas de câmbio etc.

Vista deste ângulo, a condição *sine qua non* para uma política econômica alternativa, que não se submeta aos ditames de um segmento da sociedade (ou do “mercado” como um todo) é coibir o excesso de influência e poder de decisão que acabou concentrado no mercado financeiro nos últimos anos. Este aumento de poder se enraíza em processos institucionais. Nada há de “natural” ou de inevitável nele. O poder das instituições e de agentes financeiros cresceu com os processos de desregulação e liberalização que lhes deram ampla liberdade de ação, inclusive para se opor a políticas que considerem adversas. Um princípio fundamental da teo-

ria econômica moderna é o princípio do custo de oportunidade: qualquer opção vale tanto quanto a oportunidade que se perde quando aquela opção é feita. O valor de algo é medido pelo que se tem que abrir mão para consegui-lo. Portanto, o que os agentes econômicos fazem, dependem das alternativas disponíveis. Para a política econômica, isto significa que só é possível induzir os agentes a se comportar de alguma forma, se não houver a possibilidade de que algum comportamento alternativo lhes ofereça mais vantagens. A desregulação e a liberalização financeiras ampliaram as escolhas dos agentes e, por isso mesmo, tornou a política econômica mais impotente.

Tomemos o caso dos controles de capitais. Quando estes são removidos, o governo perde o controle sobre as taxas de juros, ou vê sua influência diminuída drasticamente, porque agora se as taxas domésticas são reduzidas, os aplicadores simplesmente fogem com seus recursos para outra economia. Na verdade, permitir a retomada de controle sobre a taxa de juros foi exatamente o sentido da adoção de controles de capitais na Malásia, em 1998, reconhecida, hoje, até pelo FMI, como uma medida apropriada. Não se trata, novamente, de estrangular o mercado financeiro, mas de tratá-lo como mais um grupo de interesse, legítimo como outros, mas não mais legítimo do que o resto da sociedade (ou o resto dos grupos de interesse).

No caso do Brasil, reintroduzir restrições sobre os fluxos de capitais seria o primeiro passo de uma política alternativa

No caso do Brasil, reintroduzir restrições sobre os fluxos de capitais seria o primeiro passo de uma política alternativa. Vejamos o que houve em 2002. A degradação do real resultou de movimentos de saída de capitais e não de movimentos comerciais, que, ao contrário, foram até favoráveis ao real, com a recuperação dramática de superávits comerciais. A alta aguda do dólar deveu-se à saída de capitais (seja de especuladores, seja de empresas querendo antecipar pagamentos de dívidas, seja por que detentores de dívida pública indexada ao dólar vêem uma oportunidade de aumentar seus ganhos no resgate desses títulos). A alta do dólar pressionou os custos de produção, a inflação subiu e a taxa doméstica de juros acabou sendo elevada para combatê-la. Não havia qualquer razão real para que tudo isto acontecesse. Toda a perturbação se deu em função da liberdade que se deu recentemente a capitais para entrar e sair da economia quando quiserem. Aplicadores parecem estar voltando neste início de governo, convencidos de que nada mudou. Como voltam, sairão quando isto valer a pena. Suponham uma reforma tributária que taxe ganhos no mercado financeiro, suponham uma redução da taxa de juros, suponham a substituição do ministro da Fazenda por um reformista. Nada disso é possível, sem que se restrinja a saída de capitais (mais de residentes do que de estrangeiros), que pressionaria a taxa de câmbio e forçaria a elevação da taxa de juros. Controles de capitais não são instrumentos de confisco: são meios para se quebrar a possibilidade de arbitragem entre preços domésticos e internacionais de ativos, que reduzem a margem de manobra das autoridades locais. Por outro lado, ao disciplinar movimentos de capitais, é possível manter-se o câmbio flutuante (sensível a movimentos dos preços relativos de bens e serviços), mas não volátil (como é o caso quando movimentos de capitais dominam o mercado de câmbio).

Estes controles permitiriam uma redução imediata das taxas de juros, já que a grande alternativa, a fuga para outros mercados (ou a ameaça de fuga), estaria fechada. Com isso, os termos da dívida pública, tanto a indexada ao dólar quanto à taxa Selic, poderiam ser controlados, mesmo sem qualquer renegociação “forçada”. Juros remuneradores, mas não extorsivos, poderiam ser mantidos, especialmente quando se tem em vista que, para os maiores investidores, inclusive bancos, não existem hoje no mercado doméstico brasileiro aplicações alternativas à dívida pública em volume que

lhes permitisse ditar termos ao governo, como agora. O que desapareceria seria o principal determinante dos aumentos sufocantes que se têm hoje.

O principal argumento que se levanta hoje contra a reimposição de restrições é a de que causaria intensa gritaria no mercado. Certamente causaria, como, aliás, causaria qualquer alternativa que não o “choque de credibilidade” que é apenas um eufemismo para a rendição. Além disso, mesmo muitos daqueles que esperam por mudanças tendem a favorecer a “normalização”, porque julgam que a única alternativa à rendição é virar a mesa, confiscar aplicações, renegar a dívida etc. Nada disso é realmente necessário para que a economia brasileira tenha uma chance de funcionar. O mercado pode e deve continuar funcionando e colocando suas demandas legítimas. O que é preciso apenas é “nivelar o campo de jogo”, para usar uma expressão popular nos Estados Unidos. No momento, todos os trunfos estão nas mãos do mercado financeiro. O governo Lula, até o momento, aceitou estas regras (que não são encontradas em nenhum outro lugar do mundo, diga-se), e portanto aceitou jogar em desvantagem. O custo desta opção, no entanto, será carregado por quem depositou suas esperanças na ca-

pacidade do presidente de promover a mudança.

Durante a campanha eleitoral de 2002 o exemplo argentino foi citado com frequência. O candidato do governo alegava que a lição argentina é a necessidade de manter a confiança dos mercados. Na verdade, a lição argentina é outra: o governo de la Rúa iniciou seu caminho rumo ao colapso quando tentou passar cortes orçamentários em educação exigidos pelo Fundo para o cumprimento de metas de superávit fiscal. Seu governo cindiu-se e o presidente acabou isolado, sem o apoio de seus eleitores e abandonado, como é comum, pelo mercado que, desconfiado de sua capacidade de sobrevivência, lhe retirou rapidamente o piso por sob os pés. A verdadeira lição argentina é a necessidade de respeitar *todos* os compromissos assumidos, inclusive com os eleitores. Estes poderão ser pacientes com um processo de mudança que todos sabem difícil e cheio de percalços, mas é muito improvável que o sejam com tentativas de mistificação como a que se tenta agora vender. A verdadeira lição argentina é a dureza da punição que eleitores reservam para aquelas lideranças que se mostram incapazes de preencher as expectativas que geram.

e - m a i l : f j c c a r v a l h o @ u o l . c o m . b r



ALBERTO CARLOS ALMEIDA
ZAIRO B. CHEIBUB

CIENTISTAS POLÍTICOS

UMA
VELA
a DEUS,
UM
VOTO...

O estudo da religião tem sido um dos temas centrais nas ciências sociais desde sua origem. Por um lado, busca-se averiguar se as escolhas religiosas são determinadas por fatores sócio-econômicos e demográficos dos indivíduos e dos grupos sociais (Charles W. Mueller e Weldon T. Johnson, 1975; Ross M. Stolzenberg, Mary Blay-Loy e Linda J. Waite, 1995; Mark Chaves, 1991). Essa linha de análise — que considera a religião como característica a ser explicada — procura compreender as raízes sociais das propensões religiosas de diferentes indivíduos e grupos. Os mais ricos tendem a aderir a uma religião diferente dos mais pobres? Os mais novos se diferenciam dos mais idosos?

Uma segunda linha de análise procura determinar as implicações das crenças religiosas em outras esferas da vida social (Mariana Servin-Gonzalez e Oscar Torres-Reyna, 1999; David Zaret, 1989; Peter McDonough, Doh C. Shin e José Álvaro Moisés, 1998). Elemento básico na definição de identidades individuais e sociais, essas crenças e a adesão dos indivíduos a práticas e cultos religiosos característicos de diferentes igrejas e/ou seitas exercem uma influência em seu comportamento em esferas não-religiosas da vida social? A religião, de fato, importa na conformação das preferências sociais e políticas dos brasileiros? Neste caso, indaga-se se a religião dos indivíduos é um fator importante para explicar suas visões de mundo sobre outras esferas sociais.

Neste artigo procuramos, com base em evidências empíricas recentes, discutir algumas questões importantes para a compreensão do fenômeno religioso no país e de sua relação com o universo da política. Na primeira parte, procura-se traçar um perfil dos seguidores das diferentes religiões e como eles se apresentam em todo o território nacional. Fundamentalmente, queremos saber se há algum padrão discernível, tanto do ponto de vista sócio-demográfico, como geográfico, na distribuição das opções religiosas dos indivíduos. Na segunda parte, analisamos as conseqüências políticas das diferentes opções religiosas e do grau de religiosidade que os indivíduos demonstram. Procuramos responder a uma questão que emerge constantemente no debate político: a religião importa para a conformação da visão política dos indivíduos? E, se importa, de que maneira o faz?

A religião dos brasileiros: distribuição espacial e determinantes sócio-demográficos

No Brasil 72% da população se declara católica, reafirmando fato conhecido e reconhecido: o país é predominantemente católico, como mostra a Tabela 1¹. As diversas denominações evangélicas pentecostais constituem o segundo grupo religioso mais numeroso do país. Esse dado confirma o recente e enorme crescimento dessas religiões no país.

Embora predominantemente católico, há diferenças regionais expressivas nas preferências religiosas no Brasil. O Gráfico 1 mostra a distribuição percentual das religiões por região. O Nordeste e o Sul são as regiões que têm os maiores percentuais de católicos. Mas, mais importante ainda, nessas regiões há muito mais católicos do que seria de se esperar caso da região não tivesse influência nas escolhas religiosas dos indivíduos.² No Sudeste há muito menos católicos do que seria de se esperar na mesma circunstância. Esta região tem, por outro lado, muito mais espírita kardecista e evangélicos pentecostais do que as demais. Na verdade, essas religiões têm menos adeptos no Nordeste do se esperaria caso a região não exercesse influência sobre as escolhas religiosas. No Sul o mesmo ocorre com as denominações evangélicas pentecostais.

Essa distribuição diferenciada das religiões pelo território nacional, nos leva a especular sobre suas possíveis causas. Podemos supor que há uma influência das histórias regionais sobre esse padrão. A tipo de colonização no Sul do país, por um lado, e a história de misticismo católico do Nordeste pode ajudar a compreender esse padrão. Mas, sem dúvida, há também influência dos contextos sócio-econômicos das regiões. Aparentemente, o desenvolvimento e o dinamismo econômico do Sudeste diminuem a força do catolicismo e abrem espaço para outras religiões. O mesmo acontece nas áreas de ocupação mais recente, quase de fronteira, como o Centro-Oeste/Norte.

Na realidade, como mostra o Gráfico 2, o catolicismo é muito mais forte no Brasil tradicional, nas cidades de pequeno porte, até 130.000 habitantes, onde há significativamente muito mais católicos do que nas outras cidades. As denominações evangélicas pentecostais, por outro lado, ganham força nos centros urbanos médios e grandes. A única outra religião que apresenta alguma relação significativa com o tama-

TABELA 1
A religião dos brasileiros

| Religião | % | Frequência |
|--|-------|------------|
| Católica | 71,8 | 2.142 |
| Evangélica pentecostal | 9,4 | 280 |
| Evangélica não-pentecostal | 7,1 | 212 |
| Não tem religião | 5,1 | 152 |
| Espírita kardecista, espiritualista | 2,8 | 83 |
| Mórmon, Adventista, Testemunha de Jeová | 1,8 | 54 |
| Santo Daime, Esotérica, outra religião | 0,9 | 28 |
| Umbanda | 0,4 | 13 |
| Seicho-No-Iê, Messiânica, Perfeita Liberdade | 0,3 | 8 |
| Candomblé | 0,2 | 6 |
| Budista | 0,1 | 3 |
| Judaica | 0,1 | 3 |
| Total | 100,0 | 2.984 |

GRÁFICO 1
Religião por região

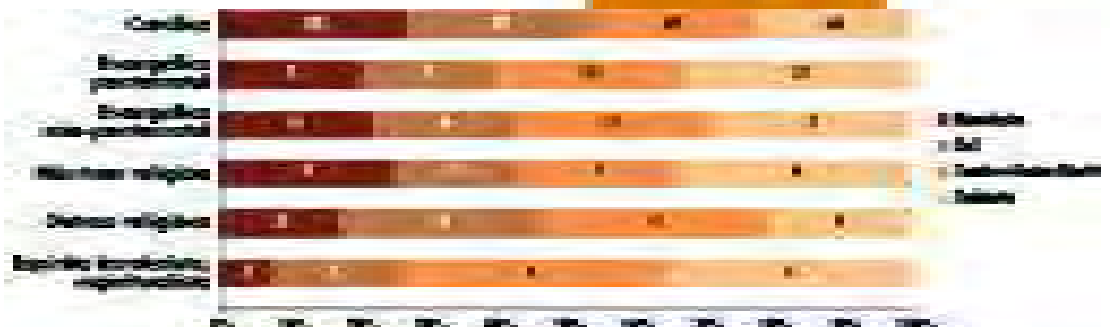


GRÁFICO 2
Religião por tamanho da cidade

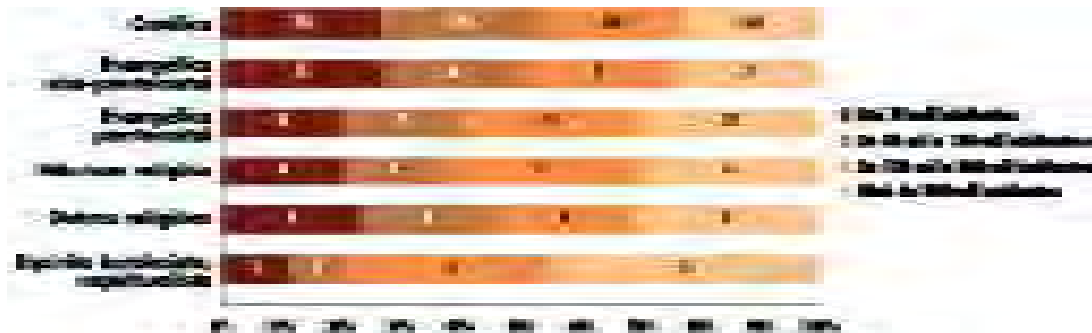


GRÁFICO 3
Religião por sexo



nho da cidade é o espiritismo kardecista: ele é muito menor nas cidades pequenas do que nas grande e médias.

Quando examinamos as características sócio-demográficas dos indivíduos, descobrimos que, embora a propensão religiosa seja muito semelhante entre homens e mulheres, há algumas diferenças estatisticamente significativas. Existem muito mais homens que se declaram sem religião do que mulheres. Há também acentuadamente mais mulheres que são evangélicas não-pentecostais do que homens (Gráfico 3).

A idade das pessoas (Gráfico 4) exerce uma influência interessante sobre sua religião. Há menos evangélicos pentecostais entre os mais jovens do que nas faixas de idade mais avançadas. Da mesma forma, quanto mais jovem os indivíduos, maior sua propensão a não ter religião. É importante indagar-se sobre as causas desse padrão. Ele pode se dever a uma tendência relacionada às transformações sociais recentes que diminuem a atração das religiões sobre os indivíduos. Neste caso os mais jovens, por sofrerem maior influência deste contexto, têm uma religiosidade menor. Por outro lado, esse fenômeno pode estar relacionado mais à idade do que a mudanças no mundo. Sendo assim, os jovens tenderiam a aderir a alguma crença religiosa com o avançar da idade. Essa é uma questão importante para se conhecer tendências futuras da religiosidade do brasileiro, infelizmente os dados que possuímos não nos permite respondê-la.

A religião dos indivíduos (Gráfico 5) está claramente associada ao seu nível de escolaridade mas de uma forma muito restrita, específica. A relação mais marcante é a propensão das pessoas de nível superior ao espiritismo kardecista do que pessoas em outras faixas de escolaridade. Da mesma forma, quanto maior o nível de escolaridade, maior a propensão a não se ter religião.

O último fator sócio-econômico investigado é a renda (Gráfico 6). Utilizamos renda familiar pois é a que melhor caracteriza a situação dos indivíduos uma vez que estudantes, donas de casa, desempregados e outras categorias podem não ter renda pessoal, mas ainda assim usufruem um status social congruente com sua renda familiar. Embora a renda familiar esteja associada inequivocamente à religião, essa relação existe apenas devido à categoria espírita kardecista. As faixas de renda mais altas têm uma propensão muito maior para adesão a essa religião do que as de renda mais baixas. No caso de todas as outras religiões, a renda não exerce uma

influência significativa. Na verdade, essa associação já era esperada devido a grande correlação entre renda e escolaridade. Mas, de qualquer forma, ele reforça a conclusão de que a classe média alta tem uma propensão à adesão ao espiritismo kardecista do que os outros grupos sociais.

Religião e Eleição

Nesta seção analisamos a influência da religião sobre o voto dos brasileiros nas eleições de 2002 e na de 1998.³ Como ficará evidente na análise que se segue, a religião exerce uma influência importante sobre as escolhas eleitorais dos brasileiros. Essa influência aparece muito claramente em duas das três eleições examinadas. Desvendar um padrão comum e geral desta relação ainda depende de mais investigações e pesquisas. Pode-se afirmar, no entanto, que a influência da religião sobre o voto depende muito do contexto eleitoral, especialmente da mobilização de clivagens religiosas durante a campanha eleitoral.

O Gráfico 7 mostra a distribuição dos votos no primeiro turno de 2002 por filiação religiosa.

Com exceção dos evangélicos, pentecostais e não-pentecostais, mais da metade dos eleitores em todas as outras categorias votou no candidato Lula. Por outro lado, o candidato Garotinho recebe votação expressiva apenas entre os eleitores evangélicos, nas demais categorias religiosas sua votação é menor ou estatisticamente igual à do candidato Ciro Gomes. Na verdade, 36% dos votos de Garotinho foram dados por evangélicos pentecostais e 16% por evangélicos não-pentecostais. Mais da metade dos votos de Garotinho foi de eleitores evangélicos, que constituem apenas aproximadamente 10% da população. Essa distribuição já fornece um indício de que há uma relação entre religião e voto no primeiro turno das eleições presidenciais de 2002. A estatística qui-quadrado confirma essa associação e a tabela dos resíduos ajustados⁴, apresentada na Tabela 2, nos permite especificar melhor sua fonte.

A influência da religião sobre o voto no primeiro turno de 2002 teve lugar principalmente em torno da clivagem católicos e pentecostais. Por um lado, os evangélicos pentecostais e, com menos intensidade mas ainda de forma muito significativa, os evangélicos não-pentecostais votaram muito mais em Garotinho do que seria o caso se religião não estivesse exercendo uma influência decisiva. O reverso dessa tendência é que esse candidato obteve muito menos votos entre os católicos.

GRÁFICO 4
Religião por idade



GRÁFICO 5
Religião por escolaridade

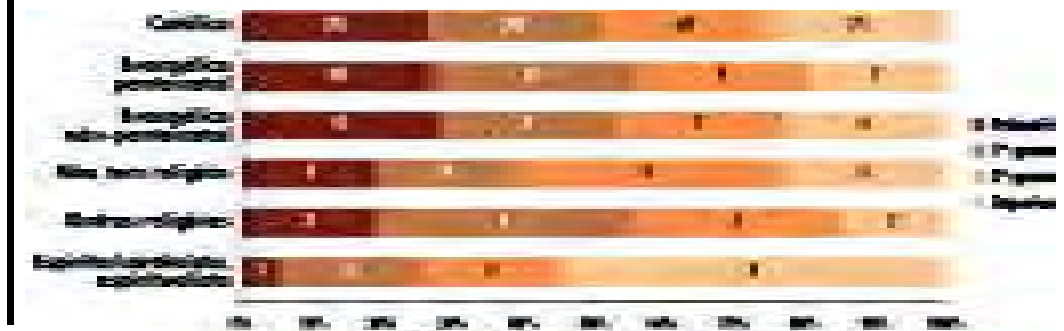


GRÁFICO 6
Religião por renda familiar

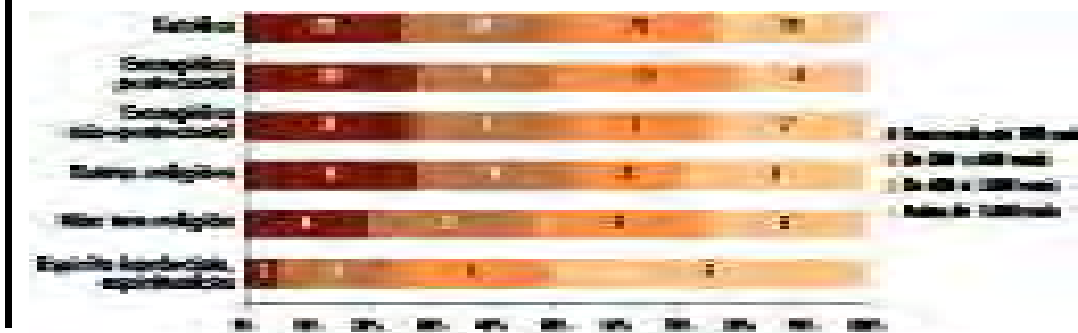


GRÁFICO 7
Voto no 1º turno de 2002 por religião



TABELA 2
Resíduos ajustados: Voto no 1º turno de 2002 por religião

| | Lula | Serra | Garotinho | Ciro |
|-------------------------------------|------|-------|-----------|------|
| Outras religiões | -0,4 | 1,1 | -0,4 | -0,5 |
| Evangélica pentecostal | -6,9 | -3,2 | 18,0 | -3,9 |
| Evangélica não-pentecostal | -2,2 | -0,4 | 6,6 | -3,0 |
| Espírita kardecista, espiritualista | 1,9 | -0,6 | -2,6 | 0,6 |
| Católica | 3,6 | 3,2 | -13,6 | 4,8 |
| Não tem religião | 3,3 | -2,0 | -1,4 | -1,1 |

Qui-quadrado= 474,30 significância= 0,000

Por outro lado, a votação dos outros três candidatos foi influenciada na direção inversa a da votação do candidato Garotinho: evangélicos votaram muito menos do que seria de se esperar em uma situação de não-influência entre religião e voto, e católicos votaram muito mais nesse três candidatos. Os efeitos das demais categorias religiosas não parecem apresentar nenhum padrão mais definido.

No segundo turno de 2002 a clivagem católico-pentecostal perde sua influência. Aparentemente, sem o candidato Garotinho que capitalizou a divisão religiosa, a influência da religião sobre o voto enfraquece muito e deixa de ter uma direção determinada. O Gráfico 8 mostra a distribuição dos votos por religião.

Embora o qui-quadrado seja significativo, a única associação discernível entre religião e voto é que as pessoas “sem religião” tendem a votar mais em Lula do que em Serra, como a Tabela 3 com os resíduos ajustados mostra. As religiões, propriamente ditas, não exercem nenhuma influência sobre o padrão de votação dos fiéis.

Na eleição de 1998, embora a religião também exerça influência sobre o voto, não há nenhum padrão de associação claramente identificável. O Gráfico 9 mostra como os eleitores das diferentes religiões votaram nesta eleição.

Os resíduos ajustados (Tabela 4) mostram diversas fontes de associação das categorias religiosas e escolhas eleitorais. No entanto, não parece ser possível se encontrar um padrão consistente de influência. O principal efeito da religião sobre o voto consiste na menor proporção de votos dos evangélicos pentecostais no candidato Lula. As pessoas que se declaram sem religião apresentam uma tendência significativa a votar menos em Fernando Henrique Cardoso e mais em Lula e Enéas. Mas, apesar de estatisticamente relevantes, não parece possível encontrar razões substantivamente importantes para essas associações. Se há algum efeito sistemático nesta eleição, certamente, precisar-se-ia de uma pesquisa mais aprofundada para se deslindar, neste caso, os efeitos da religião sobre o voto.

Em conclusão: podemos dizer que as evidências indicam que, de uma maneira geral, há uma influência da crença religiosa sobre o voto. Essa influência parece, no entanto, ser fortemente determinada pelo contexto eleitoral. Ela parece variar segundo a configuração da competição eleitoral e da maior ou menor utilização de apelo a temas ou grupos religi-

osos no processo eleitoral. No primeiro turno da eleição de 2002 a religião exerce uma influência bem determinada devido à atuação do candidato Garotinho, que fez ampla utilização de redes religiosas para a obtenção de votos. Nas outras eleições a influência da religião é mais fraca e indefinida. Afirmações mais conclusivas sobre as relações sistemáticas entre religião e voto devem, no entanto, esperar um maior acúmulo de análise e estudos sobre o tema.

Religião e Valores Políticos

Tendo examinado a influência direta da religião no voto, discutimos a seguir as relações entre as crenças religiosas e alguns valores políticos básicos. Esses valores são básicos à medida que são centrais na conformação da visão política dos indivíduos, especialmente no que concerne à definição dos limites, legitimidade da ação e da autoridade políticas. Esses valores, portanto, formam a base sobre a qual os indivíduos constroem suas relações com o mundo político e eleitoral.

Autoritarismo⁵

Um dos mais conhecidos e utilizados conceitos da Ciência Política é o de autoritarismo ou tolerância política. Quanto mais uma pessoa é autoritária, menos ela aceita que sejam veiculadas diferentes idéias, menos aceita uma grande variedade de formas de pensamento, de expressão e de organização. O oposto do autoritarismo, a tolerância, tem sua expressão clássica na frase de Voltaire: “eu sou contra o que você diz, mas defenderei até a morte o direito que você tem de dizer isto”.

Os teóricos da democracia argumentam que o sistema liberal não pode sobreviver e perdurar onde a população compartilha de valores autoritários. O autoritarismo, por sua vez, tem várias dimensões. Em geral ele é medido em relação ao nível de aceitação de grupos sociais e de difusão de idéias consideradas “perigosas”. As medidas deste conceito utilizadas nos Estados Unidos nas décadas de 1950 em diante, por exemplo, testaram o autoritarismo (ou a tolerância) em relação às idéias comunistas. Uma outra maneira de medir é tentar saber qual a aceitação de diferentes formas de protesto. Assim, foram desenvolvidas e aplicadas duas medições diferentes de autoritarismo⁶.

A primeira medição busca avaliar qual a tolerância em relação a diferentes idéias. São apresentadas duas noções minoritárias, o homossexualismo e a inexistência de Deus, e as duas idéias não minoritárias.

GRÁFICO 8

Voto no 2º turno de 2002 por religião

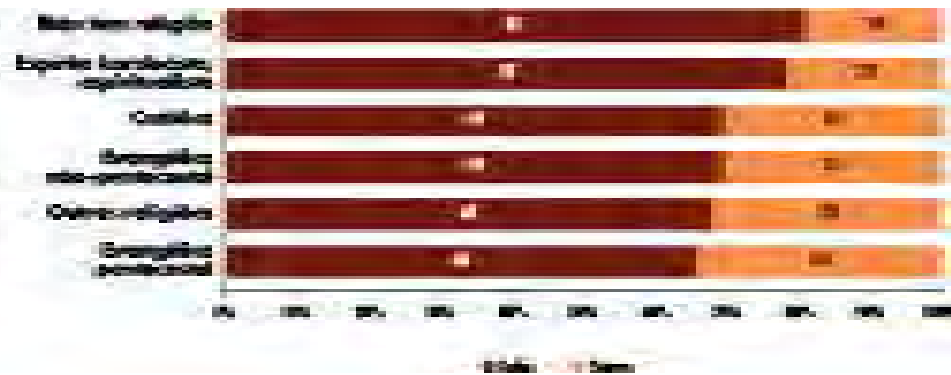


TABELA 3

Resíduos ajustados:
Voto no 2º turno de 2002
por religião

| | Lula | Serra |
|-------------------------------------|------|-------|
| Outras religiões | -0,4 | 0,4 |
| Evangélica pentecostal | -1,5 | 1,5 |
| Evangélica não-pentecostal | -0,1 | 0,1 |
| Espírita kardecista, espiritualista | 1,7 | -1,7 |
| Católica | -0,8 | 0,8 |
| Não tem religião | 2,9 | -2,9 |

GRÁFICO 9

Voto em 1998 por religião



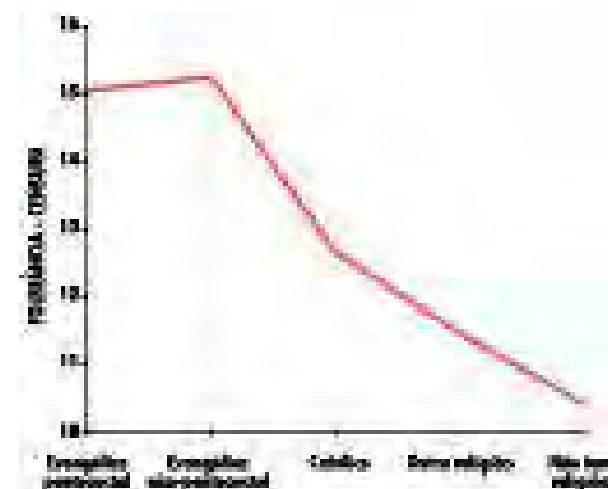
TABELA 4

Resíduos ajustados:
Voto de 1998 por religião

| | FHC | Lula | Ciro | Enéas |
|---|------|------|------|-------|
| Mórmon, Adventista, Testemunha de Jeová | -1,2 | 2,1 | -1,1 | -0,4 |
| Evangélica pentecostal | 2,1 | -3,6 | 1,9 | 0,6 |
| Evangélica não-pentecostal | 1,5 | -0,6 | -0,6 | -1,9 |
| Espírita kardecista, espiritualista | -1,9 | 2,1 | -0,3 | 0,4 |
| Católica | 0,9 | -0,5 | -0,1 | -1,2 |
| Não tem religião | -4,0 | 3,4 | -0,7 | 4,0 |

GRÁFICO 10

Autoritarismo - Censura por religião



A segunda dimensão medida de autoritarismo foi a liberdade de organização e manifestação, onde se indaga a tolerância a protestos legais e ilegais, mais brandos e mais violentos. Esta construção permite diferenciar de forma adequada as pessoas mais e menos autoritárias.

A análise dos dados mostra que religião e religiosidade têm relação com autoritarismo/tolerância. Em função do tamanho da amostra e da proporção das religiões junto à população só é possível comparar: evangélicos divididos em pentecostais e não-pentecostais, católicos, todas as demais religiões somadas (as de origem africana, judaísmo, budismo etc.) e as pessoas que não têm religião (que é a soma dos “sem religião” com ateus). A hipótese de que a secularização está correlacionada com maior tolerância é confirmada pelos dados, ao menos no que se refere à tolerância em relação à censura. Os dados mostram que em ordem decrescente os mais favoráveis à censura são os evangélicos não-pentecostais, seguidos dos pentecostais, católicos, outra religião e sem religião (Gráfico 10).

Um padrão muito semelhante se verifica no autoritarismo face a protestos contra o governo. Na verdade há uma mudança importante nesta modalidade de autoritarismo: os evangélicos não-pentecostais estão mais próximos dos católicos do que dos evangélicos pentecostais. Isto indica que há diferentes tipos de socialização política para as duas modalidades de religião evangélica. O Gráfico 11 também deixa evidente que pertencer a uma outra religião ou não ter religião está associado a um menor autoritarismo em relação a diferentes tipos de protestos contra o governo.

Além das diferentes filiações religiosas foi possível medir, por meio de duas perguntas, a religiosidade da população. A primeira pergunta era sobre a frequência de realização de reza/orações em casa e a segunda sobre a frequência de ida à missa ou ao culto religioso. Com os resultados destas perguntas fez-se um índice de religiosidade baixa, média e alta. Em função do que já fora mencionado anteriormente — a enorme predominância de católicos e evangélicos —, não é possível analisar esta variável para outras religiões. Adicionalmente, aqueles que não têm religião ou se declararam ateus não responderam a estas duas perguntas.

A análise dos dados indica que a religiosidade importa apenas ao autoritarismo-censura. É evidente que quanto mais

religiosa é a pessoa (Gráfico 12) mais ela é favorável à censura de programas de televisão com conteúdos específicos.

As diferenças entre as pessoas pouco, medianamente e muito religiosas são estatisticamente relevantes. O mesmo não se pode afirmar quando se avalia o autoritarismo na dimensão de liberdade de organização e manifestação. Neste caso o nível de autoritarismo é muito semelhante para todos os níveis de religiosidade, isto é, as diferenças são insignificantes e podem ser atribuídas ao acaso.

Esta análise foi realizada controlando-se as diferenças entre as três principais denominações religiosas pela religiosidade. Isto é importante porque, como pode ser visto no Gráfico 13, os católicos tendem a ser na média menos religiosos do que os evangélicos de qualquer denominação. Os dados mostram que realmente existem dois tipos de católicos, os praticantes e os não-praticantes. Por outro lado, é pequena a proporção de evangélicos não-praticantes.

Clientelismo

A noção corriqueira de “política tradicional” está relacionada com a modalidade de atuação eleitoral clientelista. Sabe-se, por meio de diversas modalidades de evidências empíricas, que o clientelismo é uma prática bastante disseminada na política brasileira. Clientelismo definido como troca particularizada e personalizada de favores por votos. É possível argumentar que a decisão de votar em algum candidato está sempre, e em grande medida, baseada em uma troca. Aprovamos um governo porque ele fez coisas boas para nós. Porque aprovamos o governo votamos em seu candidato. Trata-se de uma troca, porém, uma troca resultado da aprovação de políticas públicas e, portanto, políticas gerais e universais. Não é isso o que ocorre na troca de votos clientelista. O que a caracteriza é a troca particularista, caso-a-caso com o eleitor.

Para medir este conceito foram apresentadas situações nas quais um candidato oferece um favor em troca de voto. A proposta é feita para uma pessoa qualquer. O entrevistado diz o que esta pessoa deve fazer: se aceitar o favor e votar no candidato que o oferece, ou não aceitar o favor e votar em outro candidato.

São utilizadas nove perguntas nas quais o entrevistado se manifesta quanto ao que deve acontecer. Essas perguntas são sucedidas por outras sobre o que vai acontecer. Somente a pergunta sobre o que deve acontecer forma o índice (veja o Anexo).

GRÁFICO 11

Autoritarismo - Liberdade de organização e manifestação por religião

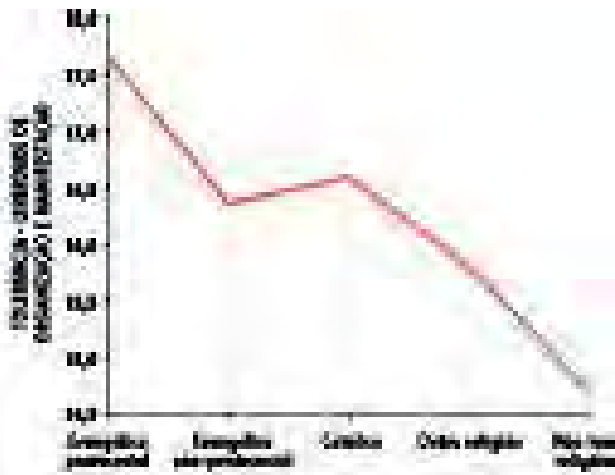


GRÁFICO 12

Tolerância - Censura por religiosidade

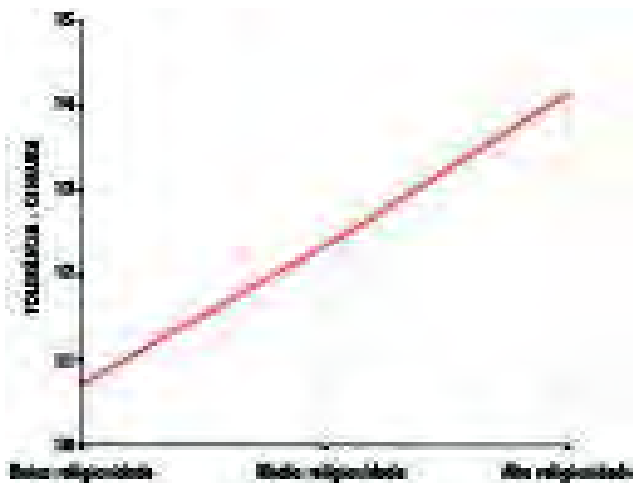
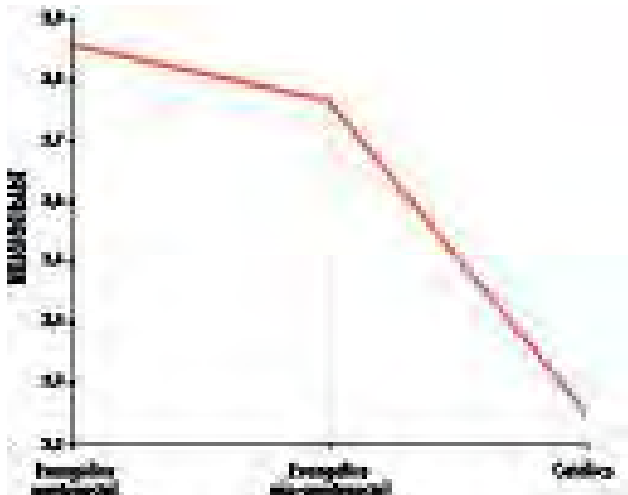


GRÁFICO 13

A religiosidade por religião



Não há como opção de resposta aceitar o favor e votar em outro candidato. Isto ocorre porque tais respostas não poderiam ser interpretadas nem como adesão à ética clientelista nem como sua rejeição. É o mesmo que dar uma escolha que tem benefícios, mas nenhum custo. Seria equivalente a formular uma pergunta sobre impostos na qual as opções de respostas fossem: 1) não pagar impostos e ter mais dinheiro para contratar todos os serviços privadamente, 2) pagar mais impostos e ter serviços públicos gratuitos de alta qualidade, ou 3) não pagar impostos e ter serviços públicos gratuitos de alta qualidade. A terceira resposta não permite que seja feita uma análise correta, posto que não há benefícios sem custos.

A variação das respostas aos itens do índice de clientelismo ocorre da maneira esperada. Há um enorme apoio à troca clientelista quando se trata de dar uma cadeira de rodas para um deficiente físico, 60% do eleitorado considera que o receptor da doação deve dar seu voto para o candidato. Há outras duas situações para as quais a maioria do eleitorado é favorável ao clientelismo: vaga na escola e cesta básica. A situação que envolve um problema de saúde — o filho doente — divide o eleitorado ao meio. Daí em diante o apoio ao clientelismo vai diminuindo até a troca de voto por 20 reais. Ainda nesta situação há 15% de eleitores que são favoráveis à troca clientelista. A religião e o clientelismo estão relacionados.

O Gráfico 14 mostra que há diferenças entre as religiões. A análise estatística revela que a diferença real é entre, de um lado, católicos e evangélicos pentecostais, e, de outro lado, evangélicos não-pentecostais, aqueles que não têm ou professam uma outra religião (tal como indicado pelas duas elipses). Esta relação entre religião e apoio ao clientelismo se mantém mesmo quando controla-se por escolaridade. Isto é, os católicos e evangélicos pentecostais que têm até primeiro grau completo apóiam mais o clientelismo do que os evangélicos não-pentecostais, sem e de outra religião que têm primeiro grau. O mesmo para as demais escolaridades.

Isto indica que existem elementos doutrinários das religiões que estão presentes tanto no catolicismo quanto nas práticas pentecostais, ausentes nas outras religiões (e obviamente inexistentes para os que não têm religião), que guardam afinidade com o clientelismo⁷. Isto não é causalidade, uma vez que é possível existir um causa comum tanto para

explicar a adesão àquelas religiões, quanto para explicar o apoio ao clientelismo.

Patrimonialismo, hierarquia e familismo

O pensamento sociológico e antropológico brasileiro é praticamente unânime em apontar o caráter patrimonialista da política brasileira. Este pensamento sublinha que os políticos se apropriam privadamente do que é público. Ainda que as causas deste fenômeno possam ser variadas (institucionais, econômicas ou culturais) o que se tem aqui é a comparação das práticas políticas nacionais com o critério liberal de ação pública. Do ponto de vista liberal, ou republicano para alguns, o espaço público é claramente delimitado em oposição ao espaço privado. Esta delimitação implica em duas lógicas diferentes de atuação, gerir a coisa pública demanda impessoalismo, regras gerais e universais, transparência, e, como conseqüência, utilização pública do espaço público e em particular dos recursos obtidos por meio de impostos. Os recursos privados, na doutrina liberal, não estariam sujeitos a tais exigências. Eles são geridos única e exclusivamente de acordo com os interesses privados de quem os têm.

Do ponto de vista de uma pesquisa de opinião interessa saber se o patrimonialismo — prática comum atribuída aos políticos e àqueles que tomam decisões quanto ao uso dos recursos públicos — é algo restrito a uma elite ou é algo mais amplo e que tem apoio social. No pensamento social brasileiro encontramos autores que defendem o ponto de vista de que o Brasil teria uma cultura patrimonialista ou com os fatores que levariam a isto.

Oliveira Vianna, um dos pioneiros no tema, apontou o “complexo cultural” brasileiro caracterizado pelo espírito insolidarista e apolítico da população, em oposição ao complexo cultural democrático europeu, no qual o povo se reunia em assembléias para deliberar sobre os assuntos que lhe diziam respeito. Na mesma vertente de análise encontramos autores da importância de Sérgio Buarque de Holanda e Roberto Da Matta identificando o caráter democrático de tais formas de pensar. O primeiro ao apontar que no Brasil uma ética personalista, intimista, afetiva e sentimentalista sobrepujava a sua inimiga liberal: uma ética impessoal, racional e eficaz; e o segundo ao chamar

a atenção para o fato de que muitas vezes “a casa” englobava “a rua”. Esta, o ambiente público na maioria das vezes inóspito, autoritário e desolador e, aquela, o ambiente privado do sentimento e do afeto da família e do que é familiar. A rua é o espaço público de regras impessoais e a casa o espaço privado do particularismo. Toda vez que a casa engloba a rua a consequência é a utilização privada do que é público.

Em que pese a enorme importância de tais noções no pensamento social brasileiro, e em particular da noção de patrimonialismo, tais conceitos nunca foram mensurados no Brasil por meio de pesquisas de opinião. Medir isto junto à opinião pública não é constatar o óbvio, mas testar a hipótese de que há uma “cultura patrimonialista”, e detectar como esta cultura varia junto à população.

As perguntas do índice medem a concepção de que o público é de todos e o privado/particular diz respeito a cada indivíduo. Como pode ser observado com uma análise das perguntas, a noção de público que elas procuram captar vai além do público como sinônimo de algo do governo ou governamental. Público é tudo o que não diz respeito, ou não pertence, exclusivamente ao indivíduo em questão.

Este é o caso das regras de “boa vizinhança” sintetizadas na situação de “festa com o som alto” (letra e, veja Anexo). Na situação patrimonialista, incomodar o vizinho com o som alto não é problema de quem dá a festa, mas sim um problema do vizinho (tal como no velho ditado “os incomodados que se mudem”). O espaço público do ponto de vista de quem dá a festa é formado pelo bem-estar dos vizinhos. Desconsiderar isto é tratar o público como se fosse privado. Talvez isto explique por que os países mais anti-patrimonialistas do mundo, os da tradição anglo-saxã, sejam tão silenciosos e as festas (quando ocorrem) terminem tão cedo.

Uma outra observação importante em relação às nove perguntas da bateria é que elas mesclam situações gerais com situações específicas a segmentos de maior renda (estudar no exterior) e de menor renda (itens fé, g). E também situações mais próximas, que dizem respeito à maioria das pessoas, e situações mais distantes. Isto é importante porque é freqüente que a aceitação de práticas patrimonialistas encontrem justificativas contextuais, algo do tipo “porque a situação era de muita dificuldade/penúria foi neces-

sário fazer assim”. Além disso, há uma tendência de maior tolerância com práticas clientelistas quando elas nos favorecem (estão mais próximas) do que quando estão mais distantes e assim favorecem a outras pessoas (item c). Ao mesclar estas situações é possível captar a variação completa — desde situações de maior até as de menor dificuldade/penúria, das mais próximas às mais distantes — da aceitação social do patrimonialismo.

Os dados mostram que o apoio ao patrimonialismo tem relação com a religião (Gráfico 15). Os evangélicos pentecostais são sistematicamente mais patrimonialistas do que os adeptos das demais religiões e os sem religião. Ainda que a análise seja feita por grupos, irá se descobrir que os pentecostais de renda ou de escolaridade mais baixa são mais patrimonialistas do que os católicos ou não-pentecostais do segmento de escolaridade e renda correspondente. Isto é equivalente a dizer que há um impacto da religião sobre o apoio ao clientelismo que não tem relação com renda ou com escolaridade.

Pode ainda haver uma causa comum que leve ao mesmo tempo a professar a fé pentecostal e a apresentar uma maior simpatia em relação às práticas clientelistas.

A importância do patrimonialismo no pensamento social brasileiro só é superada ou igualada pela mentalidade hierárquica e pelo familismo. A visão hierárquica de mundo assume grande importância na obra de Roberto Da Matta. É ele com o já clássico “você sabe com quem está falando?” que mapeia o papel social desta ideologia. A hierarquia é definida como diferenças de papéis baseadas na posição social ou em relacionamentos pessoais. Não se trata da hierarquia de renda baseada no mérito típica da cultura anglo-saxã. Neste caso as diferenças são estabelecidas a partir de uma base igualitária, e se justificam em função de posições no mercado. Na mentalidade hierárquica que organiza a vida social pessoas importantes e bem relacionadas (na situação específica) recebem tratamento diferenciado, e as demais pessoas são tratadas de forma impessoal pela regra ou lei. As perguntas que captam a disseminação e o perfil desta mentalidade no eleitorado de Niterói estão no Anexo.

Nesta bateria de perguntas existem duas respostas possíveis para as situações apresentadas: uma prescreve uma solução hierárquica e a outra uma solução não-hierárquica.⁸ Note-se que em todas as situações a saída hierárquica é considerada assim porque há uma ação mais ou menos

GRÁFICO 14
 Apoio ao clientelismo por religião

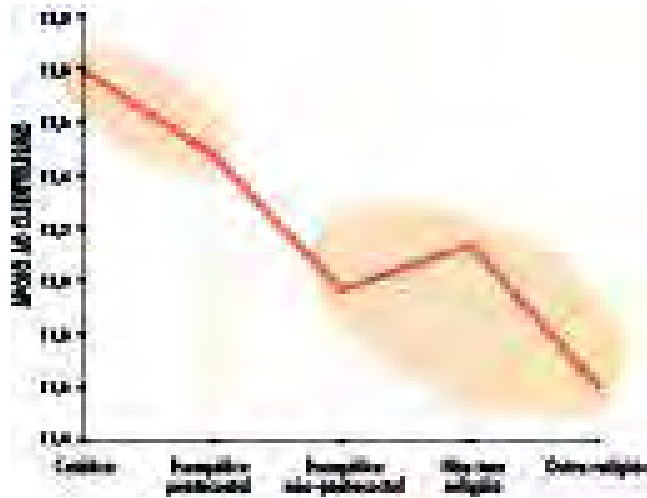


GRÁFICO 15
 Apoio ao patrimonialismo por religião

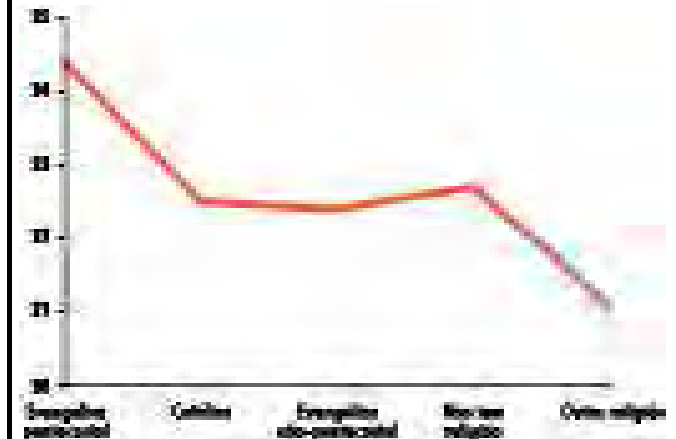


GRÁFICO 16
 Mentalidade hierárquica por religião

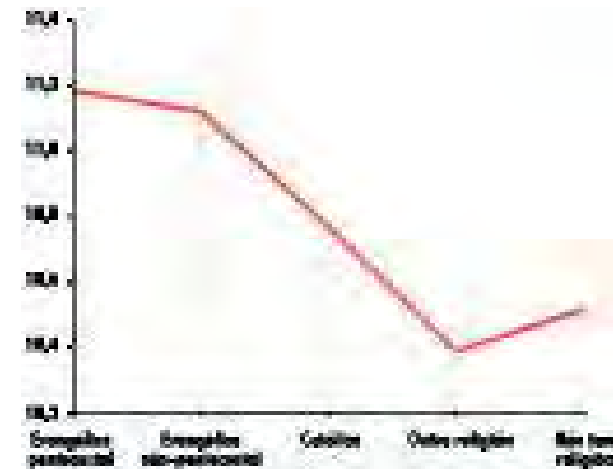
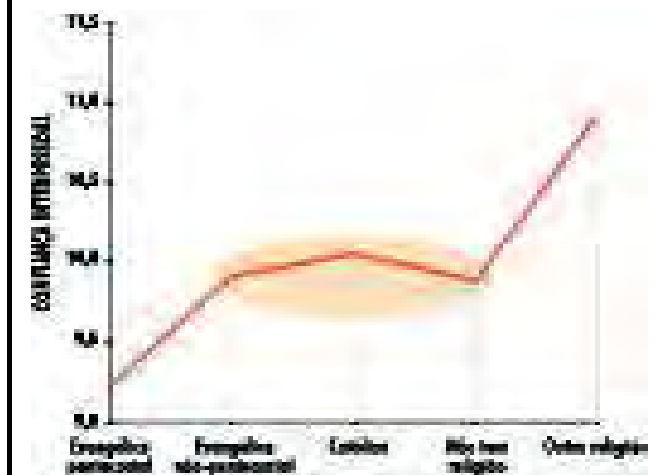


GRÁFICO 17
 Confiança interpessoal por religião



adequada associada a um determinado papel social. Em uma sociedade completamente igualitária perguntas com estas formulações não fazem o menor sentido, simplesmente porque não existe a possibilidade de que uma pessoa em função do seu status de empregado, filha ou mulher tenha um tratamento diferenciado fora do contrato que estabelece seus direitos e deveres.

Portanto, uma pessoa mais hierárquica vai achar que pessoas de origem social mais baixa (ou de menor prestígio social) devem ter um tratamento diferente de pessoas de outra origem social.

Os dados mostram que há quatro situações para as quais a maioria do eleitorado manifesta uma posição hierárquica (Mega Sena, porteiro, filha de 18 anos e chamar o patrão de senhor) e três nas quais a solução não-hierárquica predomina. É particularmente interessante a situação do porteiro que ganha na Mega Sena. Apesar de ter enriquecido subitamente, de forma honesta e socialmente aceita, 71% dos eleitores de Niterói não admitem que ele deva morar em um bairro rico, considerando mais adequado que ele continue morando no mesmo bairro que reside com os recursos que a renda de porteiro permite. É a realização do ditado “cada macaco no seu galho”. Há uma ação mais adequada para cada pessoa dependendo de sua posição social originária. Deve ser salientado que isto é o oposto do que acontece onde a mentalidade individualista predomina. Neste caso não há barreiras, excetuando-se as legais, para a utilização do dinheiro ganho honestamente.

Mais uma vez a religião aparece relacionada com uma importante variável sociológica brasileira (Gráfico 16).

O resultado é surpreendente se considerarmos que desde Weber as análises que relacionam hierarquia e religião enfatizam o fato de que o catolicismo é mais hierárquico do que as religiões de matriz protestante. Note-se que este resultado foi obtido controlando-se a religião pelo nível de religiosidade.

A relação entre religião e hierarquia é muito semelhante àquela encontrada entre religião e patrimonialismo excetuando-se o fato de que naquela análise os evangélicos não-pentecostais estão mais próximos dos católicos do que nesta. Duas regularidades merecem destaque, nos dois casos, do patrimonialismo e da hierarquia, os evangélicos pentecostais são os que apresentam os mais elevados índices, e

os sem religião e com outra religião os índices mais baixos dos dois indicadores.

Uma coisa é certa quando se analisam estes resultados: a religião e as diferenças entre seus crentes merecem ainda um estudo mais profundo e específico.

Um importante conceito das modernas Ciência Política e Sociologia é o de confiança interpessoal. Nos anos 1990 proliferaram os estudos que demonstram que a confiança entre as pessoas é fundamental para que haja prosperidade econômica, associativismo político, pressão sobre o governo e outras coisas correlatas. Por outro lado, vários autores brasileiros utilizam como chave-mestra de análise da nossa cultura as relações pessoais e em particular as familiares. Destaca-se aí o argumento de Roberto Da Matta acerca da ambigüidade brasileira que combina regras gerais e impessoais típicas do mundo liberal com relações pessoais e familiares que com freqüência definem qual a pessoa (e não o indivíduo, que é um ente do mundo liberal) que tem direito a que vantagem ou benefício. As perguntas que se encontram no Anexo para medir a confiança interpessoal servem também para mensurar a força das relações familiares no Brasil.

A confiança interpessoal é obtida pela simples soma de cada categoria da bateria de perguntas excetuando-se confiança nos “colegas de trabalho”. Isto foi feito porque há um grande percentual de “não resposta” a este índice: são as pessoas que não trabalham como donas de casa ou estudantes. Assim, aquele que confia muito em todos os quatro grupos, da família até a maioria das pessoas, obtém 16 pontos no índice de confiança interpessoal, ao passo que aquele que não confia em nenhum destes grupos de pessoas obtém apenas 4 pontos no índice (Gráfico 17).

A confiança interpessoal aumenta quando se trata de católicos, de não-pentecostais e dos sem religião. E, por fim, o nível de confiança aumenta ainda mais para os crentes de outras religiões. Este é o mesmo padrão de variação do cruzamento entre patrimonialismo e religião.

Comentários finais

Sem dúvida alguma as filiações religiosas dos indivíduos obedecem a um padrão sócio-demográfico definido e têm consequências sobre a forma como eles se relacionam como o mundo político, seja no contexto eleitoral, seja no apoio a prá-

ANEXO

PERGUNTAS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DOS ÍNDICES QUE MEDEM OS VALORES POLÍTICOS ANALISADOS

Autoritarismo

1ª dimensão medida

TOLERÂNCIA PARA COM OPINIÕES E IDÉIAS DIVERGENTES

Eu vou ler outras frases e para cada frase eu gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito.

- | | |
|------------------------------|----------------------|
| 1- Discorda muito | 4- Concorda um pouco |
| 2- Discorda um pouco | 5- Concorda muito |
| 3- Nem discorda nem concorda | |

- Um programa de televisão que defende o casamento de homem com homem e mulher com mulher deve ser proibido
- Um programa de televisão que diz que Deus não existe deve ser proibido
- Um programa de televisão com cenas de violência deve ser proibido
- Um programa de televisão que faz críticas ao governo deve ser proibido

2ª dimensão

TOLERÂNCIA PARA COM FORMAS DE PROTESTO

Agora eu vou mencionar vários tipos de protestos contra o governo, e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se deve sempre ser permitido, deve ser permitido na maioria das vezes, deve ser proibido na maioria das vezes, ou se deve sempre ser proibido.

- | | |
|-----------------------------------|----------------------------------|
| 1- Sempre permitido | 3- Proibido na maioria das vezes |
| 2- Permitido na maioria das vezes | 4- Sempre proibido |

- Passeatas
- Comícios
- Greves
- Abaixo assinados
- Bloqueio de estradas
- Ocupação de prédios públicos
- Ocupação de terras

Clientelismo

1. Um candidato oferece para uma mãe que tem um filho doente dinheiro para o tratamento médico, o que ela deveria fazer?

- Aceitar o dinheiro para o tratamento médico e votar no candidato OU
- Não aceitar o dinheiro e votar em outro candidato

2. Um candidato oferece uma bicicleta para uma criança, o que os pais da criança devem fazer?

- Aceitar a bicicleta e votar no candidato OU
- Não aceitar a bicicleta e votar em outro candidato

3. Um candidato oferece um caminhão de tijolos para várias famílias que precisam acabar de construir suas casas, o que as pessoas dessas famílias deveriam fazer?

- Aceitar o caminhão de tijolos e votar no candidato OU
- Não aceitar o caminhão de tijolos e votar em outro candidato

4. Um candidato oferece reformar um campo de futebol para um grupo de amigos que jogam bola juntos toda semana, o que eles deveriam fazer?

- Aceitar a reforma do campo de futebol e votar no candidato OU
- Não aceitar a reforma do campo de futebol e votar em outro candidato

5. Uma mãe não consegue vaga para matricular seu filho na escola, um candidato consegue uma vaga para o filho dela, o que ela deveria fazer?

- Aceitar a vaga na escola e votar no candidato OU
- Não aceitar a vaga na escola e votar em outro candidato

6. Um candidato oferece 20 reais a uma pessoa que ganha dois salários mínimos por mês, o que essa pessoa deveria fazer?

- Aceitar os 20 reais e votar no candidato OU
- Não aceitar os 20 reais e votar em outro candidato

7. E se o candidato oferecer 100 reais para essa mesma pessoa, o que essa pessoa deveria fazer?

- Aceitar os 100 reais e votar no candidato OU
- Não aceitar os 100 reais e votar em outro candidato

8. Um candidato oferece uma cadeira de rodas para um deficiente físico que não consegue andar. O que ele deveria fazer?

- Aceitar a cadeira de rodas e votar no candidato OU
- Não aceitar a cadeira de rodas e votar em outro candidato

9. Um candidato oferece uma cesta básica de alimentos para uma família muito pobre que passa fome. O que as pessoas dessa família deveriam fazer?

- Aceitar a cesta básica e votar no candidato OU
- Não aceitar a cesta básica e votar em outro candidato

Patrimonialismo

Agora eu vou ler várias frases e para cada frase eu gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito.

- Cada pessoa deve cuidar somente do que é seu, e o governo cuida do que é público.
- Se alguém se sente incomodado pelo vizinho o melhor é não reclamar.
- Se alguém é eleito para um cargo público deve usar o cargo como se fosse sua propriedade particular em seu benefício.
- Já que o governo não cuida do que é público, então também nenhuma pessoa deve cuidar do que é público.
- A pessoa que dá uma festa com som alto não se preocupa com os vizinhos.
- Ninguém deve usar as ruas e calçadas para vender produtos.
- A pessoa que constrói uma casa em um terreno público abandonado não se preocupa com o que é público.
- Um funcionário que trabalha em uma empresa não deve usar o telefone do trabalho para fazer um serviço por fora.
- Alguém que recebe dinheiro do governo brasileiro para ir estudar no estrangeiro, depois de concluir os estudos tem que voltar para trabalhar no Brasil.

Hierarquia

A patroa diz para a empregada doméstica que ela pode assistir televisão na sala junto com ela. O que o(a) Sr(a) acha que a empregada deveria fazer?

- Ela deveria sentar no sofá junto da patroa e assistir TV com ela;
- Ela deveria assistir TV na sala com a patroa, mas pegar uma cadeira da cozinha OU
- Ela deveria assistir TV no seu quarto?

Os moradores de um prédio ou edifício, dizem para os porteiros e empregadas domésticas que eles podem usar o elevador social. O que o(a) Sr(a) acha que os empregados do prédio deveriam fazer?

- Eles deveriam usar o elevador social OU
- Eles deveriam continuar usando o elevador de serviço?

Uma filha de 18 anos quer viajar com as amigas. O que os pais deveriam fazer?

- Os pais deveriam decidir e dizer se a filha pode ou não viajar OU
- Os pais deveriam deixar a filha decidir o que ela quiser?

O empregado trata o patrão de senhor, mas o patrão diz ao empregado que pode ser tratado de você. O que o(a) Sr(a) acha que o empregado deveria fazer?

- Ele deveria continuar chamando o patrão por senhor OU
- O empregado deveria passar a chamar o patrão por você?

Um porteiro ganha na Mega Sena. O que o(a) Sr(a) acha que o porteiro deveria fazer?

- Ele deveria comprar uma casa numa área rica da cidade OU
- O porteiro deveria continuar morando no mesmo bairro, mas deveria mudar para uma casa melhor?

O filho do patrão diz que vai casar com a filha do empregado. O que o(a) Sr(a) acha que o patrão deveria fazer?

- O patrão deveria proibir seu filho de casar com a filha do empregado OU
- Ele deveria deixar seu filho casar com ela?

O patrão diz ao seu empregado que ele pode tomar banho na piscina do edifício. O que o(a) Sr(a) acha que o empregado deveria fazer?

- O empregado deveria agradecer e não deveria tomar banho na piscina OU
- O empregado deveria tomar banho na piscina?

Confiança interpessoal

Gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se confia muito; confia; confia pouco; ou não confia na sua família.

- Na sua família
- Nos seus amigos
- Nos seus vizinhos
- Nos seus colegas de trabalho
- Na maioria das pessoas

ticas políticas existentes na sociedade. A especificação substantiva das conexões causais entre religião e política demanda um exame detalhado do conteúdo doutrinário de cada religião e das práticas e/ou orientações pastorais dos líderes religiosos. Não foi possível realizar essas análises neste trabalho. Mas, mesmo assim, acreditamos que a análise das

pesquisas que realizamos demonstra que não se pode ignorar a força do fenômeno religioso para a conformação do universo político brasileiro.

e - m a i l : a a l m e i d a @ d a t a u f f . u f f . b r
e - m a i l : z c h e i b u b @ f g v . b r

REFERÊNCIAS

- Charles W. Mueller e Weldon T. Johnson, Socioeconomic Status and Religious Participation, *American Sociological Review*, 40, 1975, pp. 785-800
- Ross M. Stolzenberg, Mary Blay-Loy e Linda J. Waite, Religious Participation in Early Adulthood: Age and Family Life Cycle Effects on Church Membership, *American Sociological Review*, 60, 1995, pp.84-103.
- Mark Chaves, Family Structure and Protestant Church Attendance: The Sociological Basis of Cohort and Age Effects, *Journal for the Scientific Study of Religion*, 39, 1991, pp. 329-40
- Mariana Servin-Gonzalez e Oscar Torres-Reyna, Trends: Religion and Politics, *Public Opinion Quarterly*, 63, 1999, pp.592-621.
- David Zaret, Religion and the Rise of Liberal-Democratic Ideology in 17th-Century England, *American Sociological Review*, 54, 1989, pp.163-179.
- Peter McDonough, Doh C. Shin e José Álvaro Moisés, Democratization and Participation: Comparing Spain, Brazil and Korea, *The Journal of Politics*, 60, 1998, pp.919-953.

NOTAS

1. Todos os dados apresentados nesta seção são da pesquisa realizada pelo FGV Opinião entre 13 e 17 de novembro de 2002. Foi uma pesquisa nacional com amostra por cotas de 2.988 entrevistas distribuídas em 92 municípios.
2. As interpretações que se seguem estão baseadas em análise de resíduos ajustados. Esta análise permite localizar as categorias responsáveis pelas fontes das associações estatísticas encontradas nas variáveis analisadas.
3. Como a pesquisa foi feita após o segundo turno da eleição de 2002, as informações referem-se ao voto efetivamente dado aos candidatos e não sua intenção de voto mas sim do.
4. Um residuo ajustado de valor igual ou superior a 1,96 indica um afastamento da situação de independência estatística. Se o valor for positivo, significa que há muito mais casos na célula do que o que seria de se esperar em uma situação de independência. Se o valor

for negativo, há menos casos do que seria de se esperar na mesma situação.

5. Todos os dados apresentados nesta seção são da pesquisa realizada pelo DataUff entre 13 e 27 de agosto de 2002. Foi uma pesquisa feita no município de Niterói com amostra por cotas de 600 entrevistas.
6. A perguntas utilizadas para a construção destes índices estão no Anexo I.
7. Interessante notar que a CNBB, principal organização do clero católico estabelecida no Brasil, é uma das mais ardorosas combatentes do clientelismo no Brasil Tendo sido inclusive a organização que tomou a iniciativa de elaborar e encaminhar para o Congresso a lei mais importante de combate ao clientelismo. Lei esta que foi aprovada no final dos anos noventa.
8. No caso da primeira pergunta há três respostas, porém as duas hierárquicas são somadas para efeito de análise.

ANTONIO
PEREIRA
REBOUÇAS

e a cidadania
sem cor

Hebe Maria Mattos
Keila Grinberg

HISTORIADORAS



tempos polêmicos. Na discussão sobre as políticas públicas de redução das desigualdades sociais brasileiras, a raça (ou a origem) vem aparecendo como um parâmetro de classificação e diferenciação da população. Não que o argumento seja surpreendente: a existência da escravidão há tempos é considerada razão das mazelas do povo brasilei-

ro. Principalmente daqueles que — há quem não seja? — são descendentes dos africanos para cá trazidos como cativos. Nada mais natural, seguindo este raciocínio, que estas pessoas sejam objeto de políticas de ação afirmativa que tenham como objetivo compensar as injustiças históricas a que seus antecedentes foram submetidos.

O interessante é que, desde a Independência, mesmo quando o regime de trabalho escravo ainda vigorava por estas terras, nunca se adotou um sistema formal de classificação da população brasileira com base em critérios raciais. Isto mesmo: se nos Estados Unidos e em vários países do Caribe, que também receberam grandes levas de imigrantes africanos, foram criadas várias distinções entre os cidadãos e suas cores, no Brasil os cidadãos eram diferenciados segundo critérios quase exclusivamente liberais, como a renda anual e a propriedade, como o faziam britânicos e franceses. Não era incomum, após a emancipação política, encontrar descendentes de africanos nas mais influentes esferas políticas do jovem país. Por isso, seguindo este raciocínio, nada mais estranho do que a introdução de critérios raciais para resolução das desigualdades sociais que assolam o país, tanto hoje em dia quanto no século XIX.

Uma boa forma de aprofundar esta questão pode estar na retomada do pensamento e da trajetória política de um destes descendentes de africanos que ocuparam postos-chave no período imperial. O mulato Antonio Pereira Rebouças, advogado e parlamentar baiano que devotou boa parte de sua trajetória política no Brasil Imperial à defesa dos princípios liberais da cidadania brasileira, certamente é capaz de adicionar elementos para o debate. Vejamos.

Nascido em Maragogipe, no Recôncavo baiano, em 1798, “o fiador dos brasileiros”, como ele mesmo se autodenominava, filho do alfaiate português Gaspar Pereira Rebouças e da liberta Rita dos Santos, foi, além de pai do engenheiro e abolicionista André, um dos ícones do movimento pela independência do Brasil na Bahia e dos maiores especialistas em direito civil do país no século XIX. Várias vezes deputado provincial e membro da Câmara dos Deputados, considerado um dos “heróis” das lutas pela independência na Bahia, Antonio Pereira Rebouças tornou-se afamado pela adesão irrestrita aos princípios do liberalismo. Tinha como máxima o parágrafo da Constituição que estabelecia que os cidadãos brasileiros só poderiam ser distinguidos de acordo com seus talentos e virtudes. Em seus discursos na Câmara e em suas atuações no foro, seus principais temas foram as discussões em torno do direito de propriedade (princípio que, para ele, justificava a continuidade da escravidão) e, ao mesmo tempo, o da concessão de direitos civis aos libertos.

Esta sua faceta aparecerá mais claramente na década de 1830, após a abdicação de Dom Pedro I e a vitória dos liberais moderados. Para Rebouças, liberdade constitucional, igualdade de direitos e ordem social não deviam ser conceitos dissonantes. Seriam tempos difíceis, mas disso Rebouças ainda não sabia. A eclosão e a repressão do Levante dos Malês e da Sabinada demonstravam que os ideais liberais de igualdade entre os cidadãos estavam com os dias contados no Império brasileiro.¹

Naqueles primeiros anos do período regencial, Rebouças chegara muito próximo do centro do poder. Repetidamente eleito deputado para Assembléia Nacional e Provincial, revezava-se entre o Rio de Janeiro e a Bahia. Segundo sua própria narrativa em uma de suas biografias manuscritas, chegou mesmo a recusar convite de Diogo Feijó para assumir o Ministério da Justiça. Pouco tempo depois, no entanto, isolado politicamente após a virada conservadora do Império, abandonaria a vida pública, passando a dedicar-se exclusivamente à advocacia e ao estudo da jurisprudência. Aos poucos foi caindo no ostracismo. Recolhido por conta da cegueira por volta de 1870, faleceu na Corte em 1880.

Por que Antonio Pereira Rebouças teve sua carreira política abortada? Em que momento ele deixou de ser um dos

ícones das possibilidades de ascensão social abertas após as lutas pela Independência e passou a ser um elemento incômodo à ordem pública construída no Império brasileiro? Uma das chaves para chegar à resposta está na disputa política entre Rebouças e Francisco Gonçalves Martins, chefe de polícia de Salvador nos turbulentos anos 1830, quando ocorreram a Revolta dos Malês (1835) e a Sabinada (1837). Ambos ficaram do lado da ordem, participando da repressão aos dois episódios. Ambos buscaram ganhar dividendos políticos de suas atuações a favor da manutenção da unidade imperial — mas só Gonçalves Martins foi bem-sucedido.

Famoso após ter liderado a repressão aos dois movimentos e embalado pelo temor da “boa sociedade” baiana aos levantes de escravos, Gonçalves Martins deslanchou sua carreira política propondo medidas repressivas para conter a população “de cor”. Segundo ele, Rebouças era uma figura que não merecia confiança justamente por ser mulato, a categoria que ameaçava a ordem pública imperial. Para Antonio Pereira Rebouças, no entanto, o argumento era inverso; justamente por ser mulato e, ao mesmo tempo, defender a ordem imperial, ele deveria ser considerado um cidadão digno de crédito: a garantia de que ser mulato não significava necessariamente ser subversivo. Ou melhor: a defesa da idéia de que ser negro, ou ser mulato, não significava a priori nada.

... [Francisco Gonçalves Martins] interpretou mal ter eu dito na assembléia provincial da Bahia que me considerava um fiador dos brasileiros. De fato eu disse, e o digo (...). E se sou fiador da união, proveio nestas circunstâncias calamitosas de 1837 (...); provei eficazmente, nessa conjuntura difícil, que a minha qualidade de mulato valia muito, como um grande elemento de ordem e de mútua confiança entre todos os brasileiros; porquanto, figurando no partido rebelde, da maneira a mais saliente, um homem de igual qualidade à minha, amigo do chefe de polícia Gonçalves, foi muito vantajoso achar-me eu, meus irmãos, meus parentes, meus amigos e muitos homens honrados da nossa qualidade no lado da ordem, desfazendo com o nosso exemplo e nossa devoção constitucional as intrigas desse homem de furor. É assim que fui, sou e serei um fiador da união geral da família brasileira.²

Realmente, nos anos que imediatamente se seguiram à Sabinada, parecia que a condição de mulato não tinha atrapalhado Rebouças; por conta de sua postura em prol da ordem e da legalidade, Rebouças continuou dispondo de bom conceito entre as altas autoridades do Império, como pode ser visto através da carta que lhe mandou Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda, pouco depois do episódio:

Amigo e Sr. Rebouças (...)

Há de ter sofrido com a desordem que aí apareceu. Estou certo de que não há de ter sido indiferente aos negócios públicos, que há tais que obrigam a todo o homem a tomar parte neles. Aonde iremos sem um centro comum, meu caro amigo? Enfim, o seu juízo é claro, e conto com a sua cooperação para o restabelecimento da ordem.³



Para Antonio Pereira Rebouças, justamente por ser mulato e, ao mesmo tempo, defender a ordem imperial, ele deveria ser considerado um cidadão digno de crédito: a garantia de que ser mulato não significava necessariamente ser subversivo

As idéias de Antonio Pereira Rebouças também permitem uma outra leitura: ao insistir em não admitir distinções sociais que não fossem oriundas do merecimento próprio, Rebouças apregoava uma sociedade efetivamente liberal



Rebouças procurou, no limite de suas forças, corresponder às expectativas do Regente, mas depois da Sabinada, sua carreira política entrou em lento declínio. Ele ainda seria eleito uma vez, em 1843, representante da província de Alagoas. Mas, na realidade, a racialização das tensões políticas e sociais no país na década de 1830 tiveram considerável influência na trajetória de Antonio Pereira Rebouças. Apesar de, o tempo todo, se afirmar como defensor da ordem, mostrando que sua cor nada tinha a ver com a adesão aos princípios monárquico-constitucionais, apesar de reforçar o compromisso total com a legalidade, Rebouças acabou sendo politicamente derrotado, justamente por assumir publicamente como sua a questão da “igualdade entre as cores”.

No fundo, a derrota não foi apenas de Rebouças, mas da própria concepção de que era possível a existência de uma igualdade entre as cores. Em 1846, por exemplo, quando a reforma da Guarda Nacional era mais uma vez debatida na Assembléia — este debate já havia sido feito em 1832⁴ —, Rebouças voltou a este assunto, quando chamou a atenção para o fato de que era “inconstitucional, inadmissível, injusto e absurdo” que a condição de ingenuidade para exercício do oficialato da Guarda Nacional continuasse a existir no país. Seu intuito era provar que nenhuma prerrogativa de ordem natural deveria ser levantada como empecilho aos direitos civis ou políticos dos cidadãos brasileiros e, mais do que isso, que qualquer tentativa de fazê-lo seria inconstitucional, já que a Constituição de 1824 havia estabelecido a igualdade civil entre todos os cidadãos brasileiros.

Este seria o tom de seu discurso político em defesa dos direitos civis. Desvincular a discussão da questão das origens, reforçando uma concepção elitista e liberal de sociedade. Para Rebouças, só através de seus talentos e virtudes um indivíduo poderia ser classificado como deveria e como a Constituição estabelecia: estes “talentos e virtudes” eram os meios por excelência de aquisição de propriedade e, por extensão, de posição social. A base de seu discurso era que não importava a cor de quem tinha posses. Resumindo, poderia ser assim: o que importava eram as

posses (ou a ausência delas), não a cor.

Antonio Pereira Rebouças foi derrotado politicamente. Mas, de certa forma, os fundamentos que regiam suas idéias não foram alteradas no Brasil Imperial; apesar de pessoas como Francisco Gonçalves Martins, que lutaram para que a cor fosse um elemento de diferenciação entre as pessoas, esta distinção nunca foi formalmente adotada.

Uma primeira leitura das idéias de Rebouças pode revelar o aspecto conservador e perigosamente perverso de um certo argumento liberal, segundo o qual não se pode instituir diferenças entre as pessoas: o de que, ao não reconhecer que a cor institui diferenças sociais, corre-se o risco de reforçá-las.

Mas as idéias de Antonio Pereira Rebouças também permitem uma outra leitura: ao insistir em não admitir distinções sociais que não fossem oriundas do merecimento próprio, Rebouças apregoava uma sociedade efetivamente liberal, na qual o elemento mais importante seria justamente o compromisso com os direitos civis individuais, que incluíam a segurança dos cidadãos e o respeito à propriedade.

Ao não conceber nenhuma exceção à Constituição, ao privilegiar os direitos individuais por sobre qualquer lógica de Estado, em qualquer um de seus níveis, nacional, provincial ou municipal, Rebouças tomava posições que acabavam sendo consideradas radicais, distanciando-se cada vez mais de seus colegas parlamentares. Ao mesmo

tempo, sua insistência no tema dos direitos civis pela via do discurso legalista, elegendo apenas o fórum legislativo como lócus legítimo para expressão de suas idéias, fez com que ele fosse visto com extrema antipatia por outros mulatos que, ao contrário dele, haviam escolhido as ruas para militarem politicamente, como havia sido o caso de Sabino, líder da revolta baiana de 1837. Mas foi justamente a radicalidade de seu legalismo — que jamais o transformou, contudo, em um liberal radical — que lhe rendeu a aversão dos parlamentares.

J á na década de 1840, Rebouças nunca mais seria eleito representante de sua província natal no Parlamento brasileiro. Em 1845, só conseguiu ser escolhido por estar representando Alagoas, que possuía menos candidatos de expressão; três anos depois, ao candidatar-se novamente pela Bahia, obteve apenas novecentos votos, quantidade insuficiente para figurar entre os quatorze deputados daquela província. No mesmo ano de 1848, Antonio Pereira Rebouças encerraria sua vida parlamentar e abandonaria a política.

A vitória conservadora consolidada nos anos 1850 significaria a derrota não apenas de projetos liberais de cunho localistas, voltados para a descentralização política, mas também da concepção liberal de superação da sociedade escravista representada pelo discurso de Rebouças que, ainda que lentamente, pensava poder se livrar da pecha da escravidão através da extinção do tráfico, da autocompra do escravo e da igualdade de direitos civis entre os cidadãos de todas as cores. No fundo, o fracasso de movimentos sociais como a Balaiada e a Sabinada ocorridos na década de 1830 tanto serviram para fortalecer o projeto de centralização política encabeçado pela direção saquarema, como ajudaram a desmantelar uma certa liderança liberal, da qual participavam muitos afro-descendentes, que reivindicavam a igualdade de direitos para os cidadãos de todas as cores. Antonio Pereira Rebouças ia mais além do que os seus pares: para ele, cidadão não tinha cor.

Resta-nos perguntar então por que trajetórias como a de Antonio Pereira Rebouças puderam ser totalmente apagadas da memória social do país. É como se, para além da escravidão, os descendentes de africanos que buscaram desvincular a questão da ascendência do exercício da cidadania no

século XIX estivessem condenados à invisibilidade, e isto não apenas por aqueles que viam na origem africana um elemento negativo, mas também por aqueles que a consideravam um atributo positivo.

Neste sentido, parece-nos que a absorção dos conceitos de raça pelo pensamento social brasileiro, a partir da década de 1870 do século passado, esteve diretamente relacionada com este processo de apagamento. O conceito de “raça” apareceria, pela primeira vez, numa estatística brasileira, no Recenseamento Geral do Brasil de 1872 mas, por força do costume, as tradicionais divisões por categorias de status/cor é que ali detalhariam a nova noção (preto, pardo, branco, índio). Neste quadro, não é por acaso que Rebouças apareceria, no discurso de Nabuco, não apenas como um raro representante do “velho liberalismo histórico”; ele seria especial também por conta de sua

“... natureza singular, que reunia o refinamento aristocrático e esse espírito de igualdade próprio dos que possuem no mesmo grau o sentimento da altivez e o da equidade. Rebouças sempre falava em nome da ‘população mulata.’ Homem de duas raças, pertencendo à raça branca, como o mais puro caucásico, pela inteligência, pela consciência moral, pela intuição jurídica, e tendo orgulho dessa procedência, ele sentia-se o protetor natural da raça inferior de que também lhe corria o sangue nas veias.”⁵

Para as gerações posteriores, era difícil entender como alguém poderia ter sido profundamente liberal sem, no entanto, deixar de ser escravista. Ao mesmo tempo, para aqueles acadêmicos que procuravam no branqueamento uma alternativa política para a diversidade étnica do país, defendendo o mestiço como “a nação em formação”,⁶ era difícil compreender por que Rebouças optava por abordar a questão racial procurando mostrar que as diferenças de origem não deveriam ser critérios distintivos para a cidadania e que, no fundo, aquilo que então se chamava de “raça” não importava — ou, ao menos, não deveria importar. Incompreendido por ser visto como um homem dividido entre as “duas raças”, a trajetória de Antonio Pereira Rebouças, apesar de seus esforços em perpetuar sua memória, acabaria desaparecendo das abordagens históricas sobre o período, assim como seu projeto político liberal que marcou as primeiras décadas do Império brasileiro.

Antonio Pereira Rebouças, ao defender a igualdade entre as cores, não pretendia apagá-las. Fosse assim, não se autodenominaria “fiador dos brasileiros” justamente por ser mulato. Apenas defendia que outros critérios que não a cor deveriam ser usados na classificação dos cidadãos brasileiros. Longe de nós defender as idéias de Rebouças tal qual ele o fazia para os dias de hoje. Rebouças viveu em um mundo onde a realidade da monarquia e, principalmente, da escravidão, eram inquestionáveis no Brasil.

Mas quem sabe não seja demasiadamente ousado observar que, enquanto as concepções de Rebouças foram derrotadas, as desigualdades sociais e “raciais” da sociedade brasileira foram perpetuadas. Talvez seja a hora de fazer como ele: buscar outros critérios que não a cor. Esta não deve importar.

e - mail: hebe@historia.uff.br

e - mail: kgrinberg@candidomendes.edu.br

NOTAS

1. Keila Grinberg, *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, especialmente capítulo 4.

2. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, sessão de 13 de maio de 1843.

3. *Carta do Marquês de Olinda sobre política, 16 de novembro de 1837*. Ver também a carta de Maciel Monteiro de 31 de dezembro de 1837, na qual ele reitera sua confiança na lealdade de Rebouças, principalmente quanto à pacificação de Salvador. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, docs. I-3,23,62 e I-3,23,29, respectivamente.

4. Hebe Mattos, *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 42.

5. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1998 (5a. edição), vol. I, p. 74.

6. Citação retirada de Lilia Moritz Schwartz, *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 143.



Máxima Culpa

Eloí Calage

Jornalista

Peço perdão ao Papa. Sua Santidade ainda não recebeu a deliciosa aula de português oferecida pelo poeta Mario Quintana, em carta ditada em 1992, em Porto Alegre.

Já com as mãos muito trêmulas para escrever com clareza, Mario ditou o texto, que, depois de revisado e assinado, seria enviado à Sua Santidade. Alguma coisa desviou nossa atenção e a carta foi esquecida. Só agora reencontro o rascunho amarelecido pelo tempo. Tento me redimir dando o tesmunho da sua intenção.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo principal analisar o impacto da inteligência competitiva no desempenho das organizações. Para isso, foram coletados dados de diversas fontes e analisados sob a perspectiva da inteligência competitiva. Os resultados mostram que a inteligência competitiva é uma ferramenta essencial para a tomada de decisões estratégicas e para a identificação de oportunidades e ameaças no mercado. Além disso, a inteligência competitiva pode ajudar as organizações a melhorar sua eficiência operacional e a reduzir os custos. Portanto, a inteligência competitiva é uma ferramenta essencial para o sucesso das organizações no mercado atual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. B. (2001). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2002). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2003). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2004). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2005). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2006). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2007). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2008). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2009). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2010). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2011). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2012). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2013). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2014). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2015). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2016). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2017). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2018). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2019). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2020). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2021). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2022). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. B. (2023). Inteligência competitiva: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas.

PARA BOM
ENTENDEDOR
SÓ ESTA
REVISTA
BASTA



INTELIGÊNCIA

FABRÍCIA C.
GUIMARÃES
CIENTISTA POLÍTICA

A LUZ DO
ANALISE DO
DO PODER

Entre as áreas de operação da democracia a competição eleitoral tem um papel relevante e complexo abrangendo diversas dimensões, tais como número de competidores a cargos legislativos, taxas de renovação parlamentar, força dos partidos concorrentes e carreira política. Aproveitando informações pouco exploradas (e publicadas recentemente no volume *Votos e Partidos – Almanaque de Dados Eleitorais: Brasil e outros Países*, organizado por Wanderley Guilherme dos Santos) apresento análise preliminar de dados relativos à renovação e mobilidade parlamentar no Brasil tendo como foco principal as Assembléias Legislativas de 1986 a 2002. A distribuição dos atores políticos na arena eleitoral dos estados permite visualizar o que aqui se indica por “carreira”, expondo características das Casas legislativas — por exemplo — mudança, permanência e trajetória de seus membros. Neste artigo são apresentadas evidências relativas à renovação parlamentar, desagregadas em seus elementos constitutivos, e à carreira política dos legisladores.

O mapeamento quantitativo mostra o que ocorre nas Assembléias em relação à eleição seguinte. Quantos destes deputados vão se recandidatar? Quantos irão se reeleger? Assim, as Assembléias formadas em 1990, 1994, 1998 e 2002 irão revelar o que ocorreu com os deputados das legislaturas anteriores: 1986, 1990, 1994 e 1998, respectivamente. Para complementar a discussão serão realizadas algumas comparações com a Câmara dos Deputados. Com estes dados surgem novos subsídios à discussão do uso que o eleitorado faz de seu voto.

A análise parte das opções dos membros do Legislativo estadual diante de uma nova eleição. A cada uma delas abrem-se as seguintes alternativas: buscar a reeleição a deputados estaduais, tentar a deputação federal ou desistir. Neste último contingente estão incluídos, aqui, além dos que efetivamente se retiraram da política, os deputados que se candidataram a outros cargos, por exemplo, vereador ou governador; os deputados que faleceram e os que ficaram impedidos de concorrer a cargos públicos. Ou seja, são considerados desistentes, para efeito de agregação, os que abdicaram de participar da competição legislativa no âmbito estadual e federal, embora tendo, eventualmente, continuado na disputa eleitoral para outros cargos ou se mantido na vida pública através de nomeações para cargos políticos.

O universo de casos é constituído pelo número total de cadeiras nos Legislativos estaduais, sem análise desagregada por unidade da federação. Contudo, antes da exploração dos dados, cabe ressaltar as variações ocorridas no tamanho das Assembléias Legislativas neste período. Em 1986 ela era formada por 953 deputados, não havendo representação nos territórios do Amapá e Roraima e no Distrito Federal. Com a transformação dos territórios em estados, a fundação do Estado de Tocantins e a criação da Câmara Distrital no Distrito Federal surgiram, nas eleições de 1990, 96 vagas (24 para cada uma das Assembléias formadas). Por fim, em 1998, alcança-se o teto de 1.059, mantido em 2002.

A seguir esclareço alguns conceitos que serão utilizados no decorrer do texto. A renovação parlamentar é expressa pelo percentual de cadeiras correspondentes ao conjunto de deputados estaduais que se candidataram à reeleição e foram derrotados. Na definição de renovação não está incluída aquela que ocorre pelo aumento no número de vagas ou pelo número de deputados estaduais que não se recandidataram e cujos lugares têm necessariamente de ser preenchidos. Este conjunto constitui os “novatos” em relação às Assembléias anteriores e que costumam ser confundidos com o processo de renovação produzido pela escolha direta do eleitor. A mobilidade, por sua vez, é expressa pelo percentual de deputados estaduais que se elegeram deputados federais. E a conservação, finalmente, exprime a proporção de deputados que conseguiram se manter no cargo.

Um esquema de opções de carreira ilustra e facilita a compreensão dos dados a serem discutidos. Como exemplo, representa-se o que aconteceu com a Assembléia Legislativa de 1998 nas eleições de 2002 da forma mostrada no Quadro 1 (os números entre parênteses são reais).

A primeira coluna (1) retrata o momento *ex-ante* da eleição, expondo o número de legisladores em exercício. Na segunda (2), lê-se o resultado da decisão fundamental dos deputados estaduais: entrar na disputa pela reeleição, tentar a Câmara dos Deputados ou abandonar a política. O cálculo dos deputados deve incorporar uma avaliação do que supõem sejam as expectativas do eleitorado em relação a seu desempenho progressivo. Na terceira coluna (3) encontra-se o veredicto dos eleitores sobre membros das antigas Assembléias: quantos eles permitiram que continuassem como represen-

QUADRO 1

Assembléia Legislativa - 2002/1998

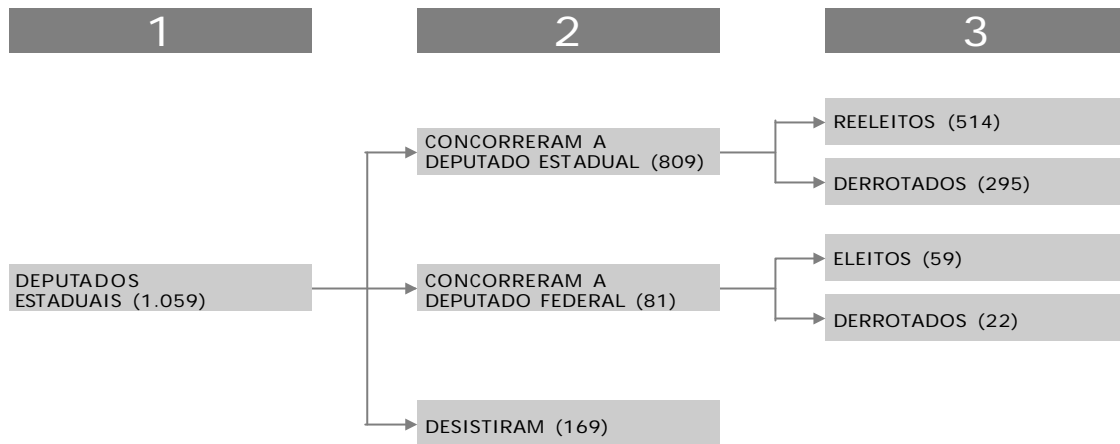


TABELA 1

Candidatos a deputado estadual e federal (membros anteriores e candidatos reeleitos, derrotados e desistentes)

- Total de membros das Assembléias Legislativas anteriores;
- Candidatos a deputado estadual oriundos das Assembléias Legislativas que se reelegeram e que foram derrotados;
- Candidatos a deputado federal oriundos das Assembléias Legislativas que se elegeram e que foram derrotados;
- Deputados estaduais que desistiram da disputa estadual e federal

| | TOTAL | CAND. ESTADUAL | | CAND. FEDERAL | | |
|---------|-------|----------------|------------|---------------|------------|-------------|
| | | REELEITOS | DERROTADOS | ELEITOS | DERROTADOS | DESISTENTES |
| 1990/86 | 953 | 300 | 202 | 86 | 61 | 304 |
| 1994/90 | 1.049 | 423 | 284 | 65 | 50 | 227 |
| 1998/94 | 1.045 | 473 | 245 | 45 | 31 | 251 |
| 2002/98 | 1.059 | 514 | 295 | 59 | 22 | 169 |

TABELA 2

Percentual de legisladores em exercício que se tornaram candidatos à reeleição e a deputado federal

| | A % CANDIDATOS À REELEIÇÃO - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA | B % CANDIDATOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS |
|---------|---|---|
| 1990/86 | 52,7 | 15,4 |
| 1994/90 | 67,4 | 11,0 |
| 1998/94 | 68,7 | 7,3 |
| 2002/98 | 76,4 | 7,7 |

tantes estaduais ou assumissem uma representação na Câmara dos Deputados e quantos foram barrados.

Com os conceitos devidamente elucidados, apresento na Tabela 1 os números completos das eleições que iremos tratar e donde serão extraídos os dados das tabelas seguintes. Segue-se a análise com a Tabela 2.

O percentual de candidatos à reeleição é crescente e superior a 50%. Para os que resolveram disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados, entretanto, o comportamento dos percentuais é diferente do dos candidatos à reeleição. Se este era crescente, aquele vai diminuindo nas três primeiras eleições, embora em 2002 tenha sofrido pequeno aumento de 0,47% (calculado sobre os números brutos). De qualquer forma, fazer parte das Assembléias parece ser um grande incentivo para se tentar a continuação da carreira legislativa, basta considerar a marca alcançada em 2002 quando 84,1% dos então deputados (colunas A+B) resolveram disputar um lugar ao sol, seja na Câmara ou na Assembléia. Decidir ser candidato, porém, é uma coisa, outra é obter sucesso na empreitada, como se verá mais adiante.

Verifica-se, na Tabela 3, o padrão de desistência nas Assembléias e na Câmara dos Deputados com o objetivo de comparar os deputados que desistiram do Legislativo.

Duas observações devem ser feitas: em primeiro lugar a utilização, na tabela, de dados relativos à Câmara dos Deputados; o segundo é a diferença no conceito de desistentes para as duas Casas. Nesta tabela, os desistentes nas Assembléias são aqueles que não disputaram as eleições legislativas estaduais nem as federais. No que se refere à Câmara dos Deputados, os desistentes são os deputados que não buscaram a reeleição, embora possam ter concorrido a outro cargo.

De acordo com os dados, a proximidade das taxas de desistência ao longo das eleições analisadas aponta para certo equilíbrio na auto-exclusão dos competidores. E isto vale para as duas Casas legislativas. Tanto na coluna referente às Assembléias Legislativas quanto na da Câmara dos Deputados o percentual fica em torno de 20% a 30%, com exceção da taxa de desistência das Assembléias nas eleições de 2002 que apresenta um valor algo menor, 16%. Para estes, não deve estar valendo o incentivo que, conforme vimos anteriormente, motivou grande parte dos

então legisladores estaduais a entrarem na competição.

É importante considerar que entre as três opções dos legisladores estaduais — desistir, candidatar-se à reeleição ou concorrer à Câmara dos Deputados — esta última comparece com o percentual mais baixo em todas as eleições (reporte-se o leitor, para conferir, à Tabela 2).

Como foi explicado, a renovação é expressa em relação ao número de derrotados. Dessa forma, enfatizo a renovação imposta pelo eleitorado, desconsiderando a renovação resultante de vagas abertas pela desistência dos deputados ou pela criação de novas vagas.

A Tabela 4 apresenta os resultados relativos à renovação, à conservação e à mobilidade no período.

Verifica-se, pela leitura da tabela, que a renovação parlamentar apresenta taxas que variam em torno de 20%, com o mínimo em 1990 (21,2%) e o máximo em 2002 (27,9%). A manutenção desta taxa na casa dos 20% nos diz algo sobre o comportamento do eleitorado: é de magnitude ponderável a decisão do eleitorado de retomar o mandato concedido anteriormente a estes legisladores e transferi-lo para novos membros.

As taxas de conservação refletem o percentual de deputados estaduais que conquistaram a reeleição. Com valores crescentes e elevados, indo de 31,5% em 1990 e alcançando quase a metade da Assembléia Legislativa, em 2002 (48,5%), a reeleição parece estar se constituindo como tendência. Em 2002, o número de candidatos para Assembléia estadual foi 11.966 e a taxa de conservação 48,5%, ou seja, mesmo com todas as reclamações e desconfianças em relação aos políticos o eleitorado, nesta eleição, manteve no posto praticamente metade dos antigos legisladores.

A mobilidade, ou seja, o percentual de deputados estaduais que se elegeram deputados federais, foi diminuindo até 1998, e em 2002 retomou a taxa alcançada em 1994. A variação entre 4,3% (1998) e 9% (1990) mostra que ainda são poucos os deputados federais oriundos das Assembléias Legislativas. Somando os percentuais de conservação e de mobilidade constata-se que o percentual de deputados estaduais que se reelegem ou tornam-se deputados federais vem aumentando progressivamente, chegando a 54,1% em 2002.

Examinem-se, agora, os dados por outro ângulo. Se somarmos os deputados estaduais que se tornaram candidatos a deputado federal aos que desistiram teremos o número de cadeiras vagas nas Assembléias estaduais devido à saída de

TABELA 3

Percentual de deputados estaduais desistentes e percentual de deputados federais desistentes

| | DESISTENTES - ASSEMBLÉIAS | DESISTENTES - CÂMARA |
|---------|---------------------------|----------------------|
| 1990/86 | 31,9 | 32,6 |
| 1994/90 | 21,6 | 29,4 |
| 1998/94 | 24,0 | 27,3 |
| 2002/98 | 16,0 | 25,5 |

TABELA 4

Taxas de renovação, conservação e mobilidade

| | RENOVAÇÃO | CONSERVAÇÃO | MOBILIDADE |
|---------|-----------|-------------|------------|
| 1990/86 | 21,2 | 31,5 | 9,0 |
| 1994/90 | 27,1 | 40,3 | 6,2 |
| 1998/94 | 23,4 | 45,3 | 4,3 |
| 2002/98 | 27,9 | 48,5 | 5,6 |

TABELA 5

Número total de deputados estaduais e número de desistentes à reeleição

| | A TOTAL | B DESISTENTES | % B/A |
|---------|---------|---------------|-------|
| 1990/86 | 953 | 451 | 47,32 |
| 1994/90 | 1.049 | 342 | 32,60 |
| 1998/94 | 1.045 | 327 | 31,29 |
| 2002/98 | 1.059 | 250 | 23,61 |

TABELA 6

Percentual de deputados estaduais e deputados federais eleitos em relação ao número de concorrentes oriundos das Assembléias estaduais

| | % ESTADUAIS | % FEDERAIS |
|---------|-------------|------------|
| 1990/86 | 59,8 | 58,5 |
| 1994/90 | 59,8 | 56,5 |
| 1998/94 | 65,9 | 59,2 |
| 2002/98 | 63,5 | 72,8 |

deputados, isto é, os desistentes da disputa no Legislativo estadual. A Tabela 5 tem o intuito de mostrar mais claramente a variação do percentual, entre eleições, do número de deputados que preferiram não se recandidatar.

A renovação por desistência apresenta uma tendência decrescente, diminuindo a cada eleição. Seu comportamento é contrário ao da conservação. Ou seja, com o crescente número de reeleitos e a diminuição do número de desistentes reforça-se a percepção de que é mais vantajoso permanecer na disputa estadual.

Até agora os percentuais foram computados sobre o número total de membros das Assembléias. Na Tabela 6, no entanto, o cálculo será feito em relação ao subconjunto constituído pelos competidores oriundos das Assembléias estaduais (segunda coluna do esquema de carreiras). Dessa forma, irei comparar quantos deputados estaduais que se candidataram à reeleição a conquistaram e quantos deputados estaduais que se candidataram a deputado federal conseguiram se eleger. Veja os dados na Tabela 6.

Nas eleições de 1990, dos 502 candidatos à reeleição a Assembléias Legislativas 300 se reelegeram, e dos 147 candidatos a deputados federais, também oriundos das Assembléias Legislativas, 86 conseguiram ir para a Câmara dos Deputados. Nas eleições de 1994, se recandidataram 707 deputados e 423 conseguiram se reeleger, para a Câmara dos Deputados foram 115 candidatos, sendo que destes 65 se elegeram. Nas eleições de 1998, 718 deputados estaduais decidiram concorrer novamente ao cargo e 473 conseguiram se manter no posto e 76 deputados estaduais pleitearam um lugar na Câmara dos Deputados dos quais 45 conseguiram. Por fim, em 2002 foram 809 candidatos oriundos das Assembléias Legislativas, 514 alcançando a reeleição. Para deputa-

do federal, havia 81 candidatos oriundos das Assembléias com 59 deles eleitos. Estes são os dados reais brutos aos quais os percentuais da tabela se referem.

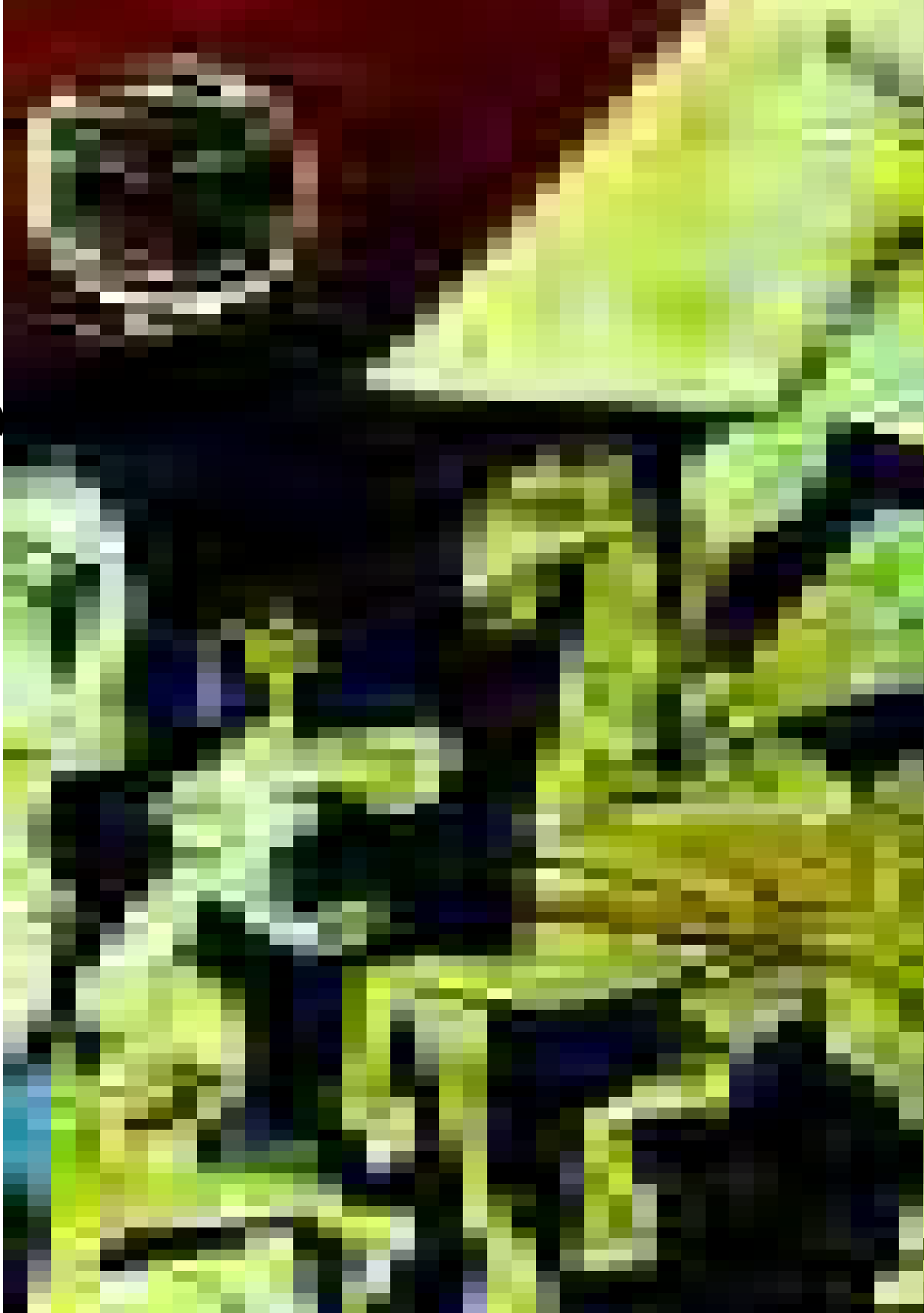
A taxa de eleição é próxima tanto entre níveis de competição quanto em relação aos anos eleitorais, donde deduz-se que os candidatos ao escolherem o nível em que participarão da disputa eleitoral conseguem identificar suas chances, *ex-ante*, de forma bem razoável. Este cálculo, contudo, vai além da disposição do eleitor em elegê-lo, ele deve incorporar custos e ganhos em relação ao papel do partido pelo qual vai se candidatar, o grau de disputa que inclui colegas da Assembléia e o contexto em que ocorrerão as eleições, entre outros. Estas considerações são para enfatizar que taxas relativamente altas de eleição entre candidatos oriundos da antiga Assembléia além de revelar bom cálculo dos deputados, apontam para um quadro político-eleitoral que permite a realização de prognósticos com certa margem de confiança.

Considerando a expressão última do eleitor, ou seja, seu voto, podemos perceber como ele vem se comportando frente às possibilidades existentes. Chamam a atenção os elevados valores alcançados pela conservação podendo significar um estímulo para os deputados que pleiteiam a renovação de seus mandatos, sem esquecer no entanto da renovação imposta pelos eleitores com uma taxa não desprezível entre 20% e 30%. A desistência, por sua vez, abre espaço para uma renovação natural, onde as vagas deixadas devem ser ocupadas obrigatoriamente. Como visto, são poucos os atuais membros dos Legislativos estaduais que se candidataram à Câmara dos Deputados (o que aqui se denomina de "mobilidade"). Sublinhe-se, entretanto, que a taxa de sucesso dos que se candidataram é bastante elevada, aproximadamente igual à taxa de sucesso dos que se candidataram à reeleição.

e-mail: fguimaraes@candidomendes.edu.br

desenvolvimento

GLOBALIZAÇÃO &



insustentável

Sergio
Besserman
ECONOMISTA



a

rthur C. Clarke, o grande escritor de ficção científica, disse há poucos anos: “Eu me sinto deprimido, mas às vezes fico otimista. Acho que temos 51% de chance de sobreviver. Diria que a próxima década será, talvez, uma das mais cruciais na história da humanidade, apesar de muitos já terem dito isso no passado. Mas agora é real”¹

O que ele tinha em mente não era qualquer desastre iminente, e sim a idéia de que o tipo de desen-

volvimento gerado, em primeiro lugar, pela história concreta do século XX, com o predomínio absoluto do objetivo de crescimento econômico, isto é, da acumulação do capital, e, em segundo lugar, pelo enorme aumento da população mundial, atualmente superior a seis bilhões de pessoas (projeta-se que estará estabilizada em mais de 12 bilhões, em meados do século XXI) é insustentável.

A ressalva é que o insustentável para a humanidade, para a civilização humana, não é, necessariamente, para a natureza. De fato, na escala de tempo do planeta, de dezenas, centenas de milhões de anos, a humanidade é completamente impotente para gerar dano significativo à natureza.

Para ilustrar com um exemplo, o asteróide que ao cair na península de Yucatan, há 65 milhões de anos, dando o golpe final no processo de extinção de espécies iniciado alguns milhões de anos antes (por razões que ainda são objeto de investigação) gerou um impacto 10.000 vezes superior a todo o arsenal nuclear existente hoje na Terra.

Esta foi a grande extinção no término do cretáceo, famosa pelo fim dos dinossauros — exceto seus descendentes voadores, as aves —, e por ter tido sua principal causa descoberta: o asteróide. Os reduzidos poderes destrutivos da humanidade ficam ainda menores se comparados à grande extinção do fim do Permiano, há cerca de 235 milhões de anos, que causou o desaparecimento de quase 95% das espécies marinhas. Muitas foram as perdas de biodiversidade em grande escala, cinco delas, por seu tamanho, são conhecidas como as grandes extinções.

O significado do nome das grandes eras é precisamente esse: Paleozóico, era da vida antiga; Mesozóico, era da vida média; Cenozóico, era da vida recente.

Ainda que com os adventos da agricultura (é provável que os primeiros monumentos erguidos pelo homem fossem a pioneira afirmação dos povos que abandonavam o modo de vida caçador-coletor do seu poder sobre a natureza), da visão do mundo judaico-cristã (crescei e multiplicai-vos) e, finalmente, da revolução industrial e do modo de produção capitalista (acumulação pela acumulação, sem limites), a humanidade tenha desenvolvido um incredivelmente ingênuo sentimento de onipotência, a verdade é que na escala de tempo adequada, que não é a das miseráveis décadas da nossa existência, ou dos rarefeitos séculos e milênios da nossa história, ou mesmo das poucas centenas de milhares de anos do gênero homo, mas sim milhões, dezenas de milhões de anos, a espécie homo sapiens não tem capacidade de gerar um dano notável na natureza do planeta. No máximo, provocaríamos mais uma grande extinção, ao final da qual uma nova era, com uma nova biodiversidade, surgiria (calcula-se em 5 a 10 milhões de anos o tempo de recuperação da natureza após cada uma das cinco grandes extinções). E nós, certamente, não estaríamos mais aqui.

Por essa razão, preocupar-se com o meio ambiente do planeta não é uma consciência proveniente de uma ridícula postura paternalista em relação ao meio natural, mas, ao contrário, um reconhecimento da nossa impotência e dependência do planeta. O fundamento da consciência ecológica é o humanismo.

Edgar Morim, discutindo a fluidez do conceito de vanguarda, notou certa vez que a preocupação com a natureza, diferentemente de hoje, era há poucas décadas uma noção totalmente estranha à “vanguarda progressista”. E é muito curi-



O fundamento
da consciência
ecológica
é o humanismo

oso, mas nada surpreendente, como, contemporaneamente, minimizam a importância da consciência ecológica tanto fundamentalistas do livre mercado, quanto certa esquerda territorialista, opositora da globalização e anacronicamente nacional-desenvolvimentista.

Por que as primeiras décadas do século XXI são tão decisivas? Porque a expansão desenfreada do capital, a subordinação quase absoluta das demais esferas da vida social à acumulação capitalista, a forma histórico-concreta de consumo e produção norte-americana que foi disseminada pelo mundo após a Segunda Guerra Mundial e a explosão populacional modificaram a qualidade das agressões ao ecossistema.

De violentas agressões locais (destruição de florestas, bacias hidrográficas, da qualidade de ar nas cidades etc.) passamos a importantes agressões regionais (chuva ácida na Europa e leste da América do Norte, destruição de quase toda a mata atlântica etc.) chegando, finalmente, a agressões globais ao ecossistema do planeta.

São diversos os fatores de apreensão. A mudança global do clima (o aquecimento global causado pelas emissões humanas de gases do efeito estufa); a crise de biodiversidade (Peter Ward, importante biólogo contemporâneo, compara o processo atual ao do término do cretáceo: uma extinção que já vem de 2,5 milhões de anos, com um grande golpe final, no qual a humanidade assumiria o papel exterminador do asteróide); a degradação dos oceanos; a crise dos recursos hídricos (a escassez de água doce); a redução da camada de ozônio e a desertificação são processos que ocorrem no espaço planetário e que exigem consciência e ação global para serem enfrentados e terem seus custos, especialmente para os pobres do mundo, mitigado, já que inevitáveis.

Na década de 70 consagrou-se a expressão “Pensar Global, Agir Local”. Hoje, a formulação continua válida, mas é indispensável acrescentar a mão dupla, ou seja: “Pensar Local, Agir Global”.

Não estamos frente, até onde é possível saber, a nenhuma perspectiva de apocalipse ou catástrofe insuperável no horizonte de um século. Entretanto, certamente estamos diante de uma realidade de elevados custos para as sociedades humanas, de graves conseqüências para centenas de milhões de pessoas, especialmente, é sempre bom repetir, às popula-



Jean-Claude Carrière lembra que vivemos imersos em plena utopia da técnica

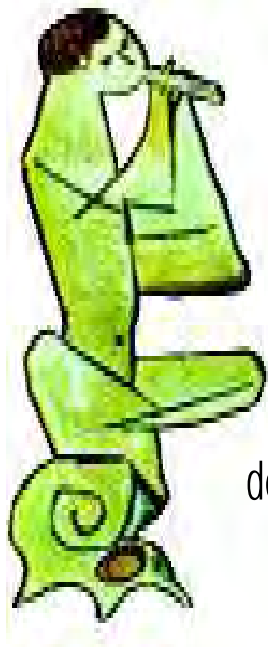
ções pobres. Podemos estar gerando processos irreversíveis, que trariam num futuro próximo (os séculos seguintes) conseqüências potencialmente catastróficas para a civilização e toda a espécie humana. Para qualquer mentalidade científica, o princípio da precaução é o imperativo aplicável.

Tanto fundamentalistas do livre mercado, como a esquerda que ainda não se libertou da primazia dada ao “progresso” e à acumulação no “socialismo real”, desprezam ou minimizam esses riscos com a mesmíssima argumentação de fundo: uma adesão paradoxalmente mística às virtudes da técnica (não da ciência, é bom deixar claro).

Jean-Claude Carrière, roteirista de muitos filmes de Buñuel, lembra que, exatamente ao contrário da idéia de “fim das utopias”, disseminada após a débâcle do “socialismo real”, vivemos imersos em plena utopia da técnica. Nossas sociedades não são senão utopias técnicas em ação². Essa é uma conseqüência inevitável do fetichismo da acumulação levado ao paroxismo, e, é claro, quem vive a utopia — todos nós — não a percebe como tal.

Sem a ciência e seus usos tecnológicos será impossível para a humanidade vencer o desafio que tem pela frente. Mas a técnica pela técnica não terá como ser suficiente. A agenda do século XXI será a da luta pela transformação radical, em ordem decrescente de abstração, do modo de produção e consumo, da governança global e, portanto, da geopolítica mundial.

As três questões são, na realidade concreta, uma só. Sobre a geopolítica mundial, a agudeza da atual crise no Iraque evidencia o ponto de vista defendido por Immanuel Wallerstein nos últimos anos³. Em resumo, a egocêntrica encruzi-



Não existe, a não ser
embrionariamente,
um movimento
democrático
de massas mundial

lhada é a seguinte: o inexorável declínio da hegemonia norte-americana será enfrentado pela grande potência com largueza de espírito, maior preocupação com a qualidade de vida do povo americano e amplitude de visão sobre o significado da hegemonia ou prevalecerá a estratégia de visão dos “falcoes” e o uso da imensa superioridade militar para enfrentar ou retardar a perda do poder imperial?

A questão da governança global coloca-se nos mesmos termos. No século XX, o espaço onde a tensão entre a “direita” e a “esquerda” e as contradições entre liberdade e igualdade encontravam expressão concreta eram os territórios nacionais. Cabia (e cabe) ao movimento democrático de massas em sua luta por menos desigualdade forçar caminho frente ao poder do capital e crescentemente ocupar posições na disputa pela hegemonia na sociedade e pelo controle de políticas e do aparato do Estado.

Tudo isso muda drasticamente, de forma ainda não suficientemente percebida, com as transformações do processo secular de globalização no último quarto do século XX. Não cabe aqui discutir os problemas, as virtudes, ou a enorme complexidade desse processo, mas apenas assinalar a sua irreversibilidade histórica.

A acumulação de capital ocorre, como nunca, em escala planetária e o fluxo de informações em “tempo real”. A economia está globalizada, e, nessa medida, é exercido o poder do capital. O mesmo não ocorre, contudo, com as demais dimensões do processo histórico. Não existe, a não ser embrionariamente, um movimento democrático de

massas mundial ou uma opinião pública mundial.

Temas centrais que afetam a vida de todos, social ou individualmente, como o aquecimento global, a circulação de capitais de curto prazo, as regras do comércio exterior, e inúmeros outros, exigem, entretanto, decisões (ou omissões) em escala necessariamente mundial. Tampouco, as políticas macroeconômicas nacionais podem ser consistentes se não estiverem adequadamente sintonizadas com o quadro da economia global.

Este desequilíbrio inevitavelmente afeta a conquista e o exercício tanto da liberdade como da igualdade. “A questão primordial hoje é saber se, para além dos Estados nacionais, num plano supranacional, global, o poder destrutivo ecológico — bem como social e cultural — do capitalismo planetário pode ser novamente posto sob controle⁴”, conforme os dizeres de Robert Münch.

Habermas assinala as ameaças aos dois valores. “A função de pioneirismo e liderança dos mercados é incontroversa. Mas os mercados reagem somente a informações codificadas na linguagem dos preços. Eles são surdos a efeitos externos que se produzem em outros campos”.⁵ Os esforços nacionais por mais igualdade sofrem porque: “Um capital que, na busca de possibilidades de investimento e ganhos especulativos, está por assim dizer isento do dever de presença nacional e vagabundeia à solta pode utilizar suas opções de retirada como ameaça, tão logo um governo preocupado com a amplitude da demanda, com padrões sociais ou garantias de emprego onere em demasia a posição nacional.”⁶

Abala-se também a ampliação e substantivação da liberdade. “Isso porque — ainda segundo Habermas — os procedimentos e ajustes democráticos, que conferem aos cidadãos unidos a possibilidade de atuação política sobre suas condições sociais de vida, têm de esvaziar-se à medida que o Estado nacional perde funções e espaços de ação, sem que surjam para tanto equivalentes no plano supranacional. Streek chama isso de “poder de compra decrescente da cédula eleitoral.”⁷

Nos próximos cem anos, as alternativas são o mercado absoluto e seu “progresso” cego a todos os demais valores ou uma mudança radical na governança global, na direção de

uma nova perspectiva que se deixe guiar pelo primado da política em relação à lógica do mercado. Onde e em quais conjunturas o mercado deve prevalecer, deve ser uma questão, em última análise, de política deliberativa. Trata-se de limitar a lógica dos mercados, regulando-os e determinando suas fronteiras pela política democrática. Isto não mais pode ser feito em espaços nacionais, trata-se agora, necessariamente, de um processo mundial.

Menos óbvio é notar que a mudança nos padrões de produção e consumo pertence à mesma esfera de problemas. O modo contemporâneo de produzir e consumir não é uma imposição do avanço tecnológico ou mesmo da lógica de mercado, e sim uma construção histórica que deriva da forma específica de relacionamento com a natureza própria do desenvolvimento econômico nos EUA e que foi disseminado pelo mundo ao longo do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial.

Esse modo de produzir e consumir terá que mudar não porque sejam limitados os recursos naturais necessários à acumulação capitalista, como se temia nos primórdios da formulação da noção de Desenvolvimento Sustentável. Na verdade, a tecnologia lidou e lida bastante bem com esta dimensão do problema.

A nova questão é que a extensão do dano ao ecossistema global parece estar afetando de forma significativa serviços prestados pela natureza (clima adequado, biodiversidade, proteção contra radiação ultravioleta etc.) que são essenciais à vida humana.

Quando esses danos se farão sentir na sua forma mais agressiva? Hoje? Amanhã? Não. Daqui a 30, 50 ou 100 anos? Talvez. Em 300 anos? Certamente. Estamos, portanto, frente a algo novo e muito importante no pensamento e na história social humana. As fronteiras espaciais da História dilataram-se até abranger todo o planeta. Esse processo trouxe consigo a necessidade de ampliar largamente, também, as fronteiras do tempo na História.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é totalmente impregnado de uma expansão nas fronteiras do tempo que nos importa, ainda que permita diferentes leituras.

Sustentabilidade, por exemplo, pode ter uma compreensão limitada, conservadora, restrita à disponibilidade de recursos para, na essência, manter a vida social inalterada ou significar incluir na questão fundamental do pensamento de esquerda, a igualdade, a compreensão de que esta também se refere às gerações do futuro, mesmo distante.

Desenvolvimento, por sua vez, é etimologicamente inequívoco em várias línguas. Desenvolver não significa apenas ampliar, crescer, e sim des(fazer) o que está envolvido; ou des(arrolhar) o que está arrolhado; ou ainda, em francês ou inglês, *develloper/developpement*, isto é, des-envelopar. Trata-se de processo onde é libertado um potencial que está contido, preso, em determinadas circunstâncias da evolução da humanidade.

A consciência histórica da humanidade está necessitando de uma dilatação de seu horizonte temporal. É interessante observar que Antonio Damásio, o neurologista que é um dos principais cientistas das recentes investigações sobre o fenômeno da consciência (o que é, qual sua origem, como funciona etc.), tenha distinguido entre a consciência simples, que fornece a diversos organismos um sentido de *self*, e consciência complexa, exclusiva dos humanos, e talvez, em grau diferente, de uns outros poucos animais, utilizando exatamente o horizonte de tempo: "O tipo mais simples, que denomino consciência central, fornece ao organismo um sentido do *self*



A nova questão é que o dano ao ecossistema global afetaria de forma significativa serviços prestados pela natureza

concernente a um momento — agora — e a um lugar — aqui. --- (e) --- o tipo de consciência complexa que denomino consciência ampliada e que possui muitos níveis e graus, fornece ao organismo um complexo sentido do *self* — uma identidade e uma pessoa, você ou eu — e situa essa pessoa em um ponto do tempo histórico individual, ricamente ciente do passado vivido e do futuro antevisto, e profundamente conhecedora do mundo além deste ponto”.

Da consciência individual podemos extrapolar para a consciência histórica e supor que chegou o momento da humanidade deixar a infância, abandonar a onipotência, reconhecer seus limites e sua mortalidade, ampliar as fronteiras de sua relação com o tempo, isto é, assumir sua história.

O paradoxo é que justo quando a humanidade mais precisa pensar o tempo longo, seu horizonte mental estreitou-se. No início do primeiro volume de “José e seus Irmãos”, Thomas Mann nota que o Abraão, que sai de Ur na Babilônia, passa por Uru e chega a Canaã, não podia ser o mesmo Abraão, pois muitas gerações deveriam ter se sucedido.

Mas os modos e hábitos de pensar haviam mudado tão pouco, o tempo era tão mais uniforme, que “...não se podia censurar a José o encurtá-lo em seus sonhos, e estando alguma vez a devanear, talvez de noite, ao luar, confundir o homem de Ur com o avô de seu pai, ou pior ainda.”

Nos dias de hoje, contudo, dois processos se somam para estreitar temporalmente nossa consciência. De um lado, modos e hábitos de pensar mudam em prazos cada vez menores. Poucos tinham um computador pessoal há dez anos, a internet tem apenas alguns anos, o uso médico da engenharia genética será cotidiano logo. O tempo encurtou e deixou de ser uniforme.

Por outro lado, o apogeu do modo de produção capitalista e do fetichismo da mercadoria nos afastou da qualidade das coisas, deixando-nos envoltos na névoa cinza das quantidades. Ao capital só interessa acumular mais, ao consumidor só resta desejar consumir mais, sempre mais.

O tempo das qualidades é maior e mais variado. O tempo exclusivo das quantidades sempre pode ser menor, cada vez menor. O capitalista já não pode mais começar o dia sem checar como estão os mercados que amanheceram antes por conta do fuso horário. O consumidor (antes um indivíduo) quer ser feliz todos os meses, semanas, dias, cada hora, cada segundo.

Superar esse paradoxo vai exigir rupturas. Rupturas na consciência histórica, na relação com a natureza do planeta, isto é, no modo de produzir e consumir, na governança global e no significado do Império.

No século XXI, ao contrário do fim da história, a humanidade vai precisar passar da adolescência para a maturidade. Poderá fazê-lo ou não.

e - mail : sergiovianna@pcrj.rj.gov.br

NOTAS

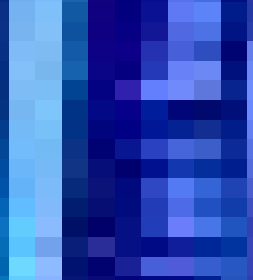
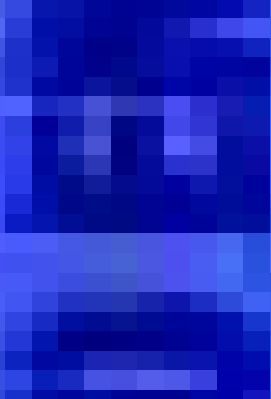
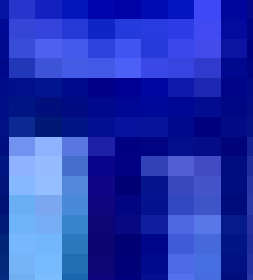
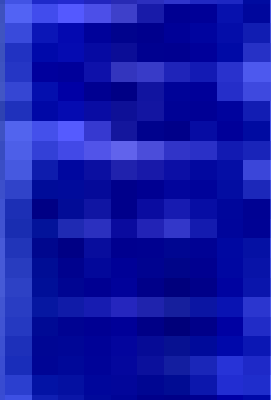
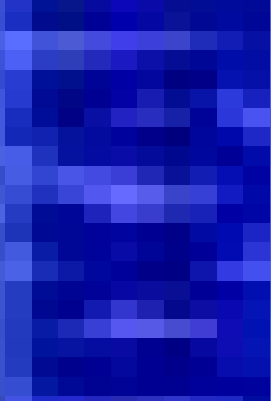
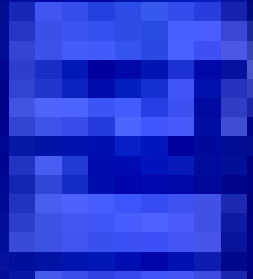
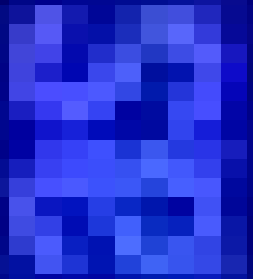
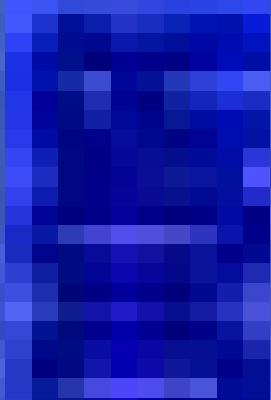
1. Clarck, A. C., entrevista O Globo em 29 de outubro de 1999
2. Carriere, Jean Claude, Entrevistas sobre o fim dos tempos, pg 148, Ed. Roco
3. Immanuel Wallerstein, 71, cientista político, professor de Yale, ex-presidente da Associação Internacional de Sociologia.
4. Münch, Robert. “Dinâmica Global e Universos de Vida Local”. Frankfurt/M, 1998, citado em Habermas (nota 5). O controle a que Münch se refere diz respeito ao auge do estado de bem-estar social na Europa.

5. Habermas, Jürgen. Nos limites do Estado, Caderno Mais, Folha de São Paulo, 18 de julho de 1999.

6. Idem

7. Idem. A expressão é de W. Streek, “Internationale Wirtschaft, Nationale Demokratie”, Frankfurt, 1998





Walther Moreira Salles já estava há dois anos diretor da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), quando uma tarde recebeu chamada de Lourival Fontes, chefe de gabinete da Presidência da República. O presidente o convocava para uma audiência no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. Era verão de 52.

Walther foi recebido às 6 da tarde e teve início uma longa conversa. Falou-se de economia brasileira, do sistema bancário, falou-se muito de Poços de Caldas, que Vargas elogiou cavalheirescamente, mesmo comparando com Petrópolis, cidade de sua predileção.

Em certo momento, a conversa encaminhou-se para o governo dos Estados Unidos. Vargas já sabia das boas relações de Walther com o mundo financeiro norte-americano, que ele frequentara antes de vir ao governo, e como conselheiro de João Neves da Fontoura, à reunião de ministros, na Conferência Pan-americana, e também à VI Reunião Conjunta do FMI (Fundo Monetário Internacional) com o Bird (Banco Mundial), como conselheiro de Horácio Lafer.

Em um outro jantar em Petrópolis, meses antes, Vargas havia pedido sua opinião sobre as relações Brasil-América. Walther ateuve-se às questões financeiras. Agora, ambos sozinhos no salão, Vargas pedia novamente sua opinião sobre as relações com os EUA.

— Se o senhor me permite ser franco, presidente, a lei sobre remessas de lucros deteriorou as relações com os Estados Unidos. Mas eu não acredito em uma situação irreversível. Não só os Estados Unidos são muito necessários para nosso comércio, como a posição do Brasil na América Latina é de suma importância para os Estados Unidos.

Vargas fora eleito defendendo a tese do não-pagamento da dívida externa. A conversa prosseguiu, muitas vezes mudando de assunto. E Vargas continuava derramando elogios sobre Poços. Definitivamente, o presidente sabia como agradar os convivas. A um certo momento, depois de muitas voltas, a conversa encaminhou-se para questões objetivas:

— Se eu o convidasse para embaixador nos Estados Unidos, o senhor poderia aceitar?

— Eu me sentiria extremamente honrado, mas pediria que o senhor refletisse sobre a conveniência de minha saída da Sumoc. Como o senhor sabe, há dificuldades de relacionamento entre o

ministro Lafer e o presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet. Como amigo de ambos, ajudo a aparar arestas, comportando-me como algodão entre cristais.

O papel de conciliador não desgostou a Getúlio.

— Mais uma razão para convidá-lo, pois vejo que tem qualidade inatas de diplomata.

Terminado o jantar, Walther retornou ao Rio e prosseguiu em seu trabalho na Sumoc. Meses depois, em maio, o presidente remeteu ao Senado sua indicação. Em 8 de maio de 52, Walther pedia demissão da Sumoc para assumir as novas atribuições.

Era a primeira vez que Walther era convocado para uma embaixada. Faltava-lhe conhecimento da matéria e experiência para preparar-se para a sabatina no Senado. Devia-se procurar previamente os senadores, explicando os objetivos e as limitações. Mesmo assim, foi aprovado por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores do Senado, presidida pelo senador Fernando de Mello Vianna. Já no plenário houve resistências. Sua indicação foi o tema mais polêmico da semana, ao lado da visita de Góes Monteiro à Argentina, para condecorar Evita Perón, com o objetivo de desfazer junto a Peron as desconfianças suscitadas pelo Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

O trabalho contra a indicação foi comandado por Domingo Velasco, senador goiano do Partido Socialista Brasileiro, secretário-geral e líder de seu partido no Senado. Foi aprovado, mas a votação não chegou a ser brilhante.

O amigo Assis Chateaubriand saudou-o com o artigo "O embaixador que era preciso". Mais favorável foi a repercussão da indicação nos Estados Unidos. Pelo menos dois jornais importantes saudaram a indicação em seus editoriais. Um do *Herald Tribune* (atual *The National Herald Tribune*) de 5 de julho de 52, outro do *New York Times* de 12 de junho.

Em 20 de junho daquele ano, através da Portaria nº 274-A, Walther foi nomeado embaixador do Brasil nos EUA. Além da negociação da dívida externa, tinha a incumbência de firmar com EUA contrato de empréstimo de US\$ 12.500.000, através do Bird para financiamento e reaparelhamento da Estrada de Ferro Central do Brasil. Através da Portaria nº 275-A daquele mesmo dia, foi incumbido de um favor político pessoal a Vargas: firmar contrato de empréstimo de US\$ 25 milhões do Bird para financiar projetos de eletrificação do Rio Grande do Sul, através da Comissão Estadual de Energia Elétrica de Porto Alegre com a interveniência do governo do estado.

O ambiente econômico e político

O novo embaixador tinha um grande desafio pela frente. Nos últimos tempos um erro de avaliação produzira uma enorme queima de divisas, deixando o país em situação precaríssima.

De fato, de 27 de março a 7 de abril da 1951 houve a IV Reunião Consultiva dos Chanceleres Americanos em Washington. Lá, Donald Nelson havia enfatizado bastante a impossibilidade dos EUA continuarem a suprir a América Latina de produtos americanos, pelo receio de uma internacionalização da guerra da Coreia.

Houve uma reunião sigilosa na época com Donald Nelson, presidente da Mobilização Econômica. Presentes Luiz Simões Lopes, da Cexim (a antiga Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil), João Neves da Fontoura, Lafer, Walther e Castelo Branco, representando o Exército. Nelson não trazia boas notícias:

— A guerra da Coreia está se ampliando e os Estados Unidos não poderão garantir nenhum suprimento à América Latina, pois a guerra poderá se internacionalizar.

O alerta de Nelson, além de ameaçar todos os programas definidos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, teve um efeito decisivo sobre as contas cambiais brasileiras. Quando a missão João Neves-Horácio Lafer retornou ao Brasil, com a nova avaliação do quadro internacional, o governo decidiu importar o que fosse necessário, com a máxima urgência.

A decisão foi tomada em uma reunião final da Sumoc, presidi-

da por Lafer e apoiada pelo Ministério das Relações Exteriores e por todo o governo. Sob aprovação de Vargas, decidiu-se comprar suprimentos para a indústria brasileira. As últimas reservas cambiais foram gastas nesse esforço. O diretor da Cexim, órgão encarregado de controlar o comércio exterior, era Luiz Simões Lopes.

Só conseguiram obter empréstimos para adquirir máquinas operatrizes para a Petrobras. Numa reunião final entre Lafer, Walther e Simões Lopes, aprovado por Vargas, decidiu-se comprar suprimentos para a indústria brasileira. As últimas reservas cambiais foram gastas neste esforço.

Em pouco tempo, as médias das licenças de importação subiram de US\$ 119 milhões mensais, em junho de 1950, para US\$ 294 milhões nos sete primeiros meses de 1951. A partir daí, a crise cambial provocou uma nova redução no ritmo das importações, a ponto de caírem para US\$ 98 milhões mensais no segundo semestre de 1962.

Terminada a *blitz* importadora, o país já não dispunha de reservas cambiais. No fim do governo Dutra, o Brasil importou US\$ 374 milhões, contra US\$ 739 milhões de exportações. Em 1951 as importações saltaram para US\$ 831 milhões, contra US\$ 867 milhões de exportações. E em 1952 as importações permaneciam em US\$ 824 milhões, enquanto as exportações caíam para US\$ 731 milhões.

A orientação para a embaixada

Walther seguiu para Washington levando como lição de casa na pasta o documento G/DPo/76/921.1, com “Instruções para o Senhor Whalter (sic) Moreira Salles, Embaixador do Brasil em Washington” assinado pelo chanceler João Neves da Fontoura.

No próprio aeroporto deu-se conta das dicotomias que envolviam o governo Vargas. Cleantho de Paiva Leite, assessor econômico de Vargas, conseguira convencer o presidente de que João Neves da Fontoura era muito acomodaticio em relação aos Estados Unidos. Na despedida de Walther, Cleantho compareceu ao aeroporto com uma pasta contendo instruções secretas ao embaixador, que colidiam com as instruções do Ministério das Relações Exteriores.

A pauta de pendências era importante, mas não ampla. Brasil e Estados Unidos haviam firmado em 15 de março de 1952 o Tratado de Assistência Militar, assinado no Rio de Janeiro. Na base do tratado, o plano de defesa conjunta do hemisfério aprovado em novembro de 1951 pela Junta Interamericana de Defesa.

Suprir a falta de reservas cambiais foi um dos desafios, provavelmente o maior, que o jovem embaixador precisou enfrentar em sua primeira missão.

Mas havia também os problemas com o pacto de defesa militar.

Em 15 de março de 1952, o Brasil assinou um Pacto de Defesa Militar com os Estados Unidos. Do lado brasileiro, o ministro João Neves da Fontoura; do americano, o embaixador Herschel V. Johnson.

Ao Itamaraty preocupava sobremaneira a influência de Peron na América Latina. O órgão freqüentemente fazia comunicados à embaixada, solicitando providências para contrabalançar a influência de Peron. Walther e seu adido militar Juracy Magalhães chegaram a redigir muitas sugestões neste sentido.

A questão que aparentemente atormentava a chancelaria brasileira é que o montante de recursos e equipamentos enviados ao Brasil estava muito aquém da posição grandiloqüente que lhe foi conferida nos tratados.

Sob o argumento da necessidade de se preservar o equilíbrio militar no continente, o Departamento de Estado recomendava que fossem entregues armamentos ao Brasil na mesma proporção que à Argentina. Além de considerar que Brasil e Argentina não tinham probabilidade “imediate” de conflito, o Plano de Defesa assinado atribuía ao Brasil uma gama maior de tarefas.

Além disso, o embaixador era abastecido de argumentos para rebater as pressões americanas para que o Brasil se envolvesse na guerra da Coréia.

“É de se notar que os países com tropas empenhadas no teatro de operações coreanas são, além dos Estados Unidos da América, da Inglaterra e da França, apenas países do Pacífico, com interesses nacionais ou coloniais naquela área política”.

Exigia-se muito do Brasil. “O efetivo brasileiro que se tem pensado — uma Divisão de Infantaria recompletada mensalmente na proporção de 10% de seu efetivo — seria excessiva se considerarmos a participação de outras nações, exceção feita aos Estados Unidos da América”.

Não interessava ao país ingressar na Organização do Atlântico Norte. Seria um acréscimo indesejável de compromissos internacionais além do que interessava ao país gravitar na órbita da defesa européia, e não da asiática, que não tinha grande ressonância na opinião pública interna. A alternativa encontrada foi trocar o envio de tropas pela remessa de material estratégico, como contrapartida de um auxílio financeiro de US\$ 50 milhões. O encarregado das negociações era o general Góes Monteiro.

Mas o ponto mais relevante foi o esfriamento do apoio americano à cooperação consubstanciada na Comissão Mista. Em dois anos, o sistema deveria proporcionar ao Brasil recursos financeiros e assis-

tência técnica para transportes ferroviários e marítimos, suprimento de energia elétrica e de produção e distribuição de alimentos.

Confiante no acordo, o governo Vargas fizera aprovar no Congresso lei que dotava o Ministério da Fazenda da contrapartida em cruzeiros dos financiamentos prometidos. Mas o dinheiro não vinha. Para convencê-los da importância do programa, haveria a contrapartida de tentar fazer os americanos entenderem a Lei de Remessa de Lucros de Vargas.

Walther precisaria esclarecer que só cessariam as restrições à remessa de divisas quando o país superar os pontos de estrangulamento estruturais de sua economia. Walther deveria argumentar que havia situações abusivas provocadas pela interpretação que a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil dava ao decreto-lei nº 9.025 de 27/2/46, “para as quais o governo americano não tem o menor direito de procurar proteção diplomática”.

Em janeiro de 1952 começou a mudar o comportamento americano em relação ao governo Vargas. Muitos estudiosos atribuíram tal mudança à implementação da Lei de Remessa de Lucros. O governo americano acenava inclusive com a interrupção dos financiamentos à Comissão Mista, alegando que as limitações da lei impediam o financiamento do projeto pelos bancos investidores.

Walther não via assim. A lei nº 9.025, sobre remessa de lucros, era de 27 de fevereiro de 1946. Por ela, as remessas anuais de lucros, juros e dividendos ficariam limitadas a 8% do capital registrado e as repatriações de capital deveriam obedecer ao limite de 20% por ano. Em 3 de janeiro de 52, Vargas emitiu o decreto nº 30.363 que impunha um limite de 10% sobre o capital efetivamente entrado e registrado, sem se computar os lucros reinvestidos. As mudanças visavam coibir exageros já que entre 1947 e 1951 o ingresso de capitais foi em média de US\$ 15 milhões por ano, contra remessas de lucros da ordem de US\$ 47 milhões.

O estratagema adotado por muitas empresas estrangeiras consistia em entrar no Brasil com determinado capital, depois levantar empréstimos em bancos nacionais e estrangeiros. Engordava-se o capital artificialmente aumentando a base para a remessa de lucros. Getúlio costumava fazer blague dizendo que em vez dos dólares gerarem cruzeiros, eram os cruzeiros que geravam dólares. A política do Ponto IV, em que se baseia o funcionamento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Econômico, prosseguia o documento, “não é uma política de permuta de favores econômicos”.

O documento concluía lembrando que “o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos é um elemento de segurança política do mundo diplomático”.

A chegada aos EUA

Ao chegar em Washington e vestir a pele de embaixador, ficou mais nítido para Walther as dificuldades que teria de enfrentar. A eleição de Vargas havia despertado muita ansiedade no governo americano. A nova Lei de Remessa de Lucros acentuara o ambiente desfavorável. O seu antecessor, embaixador Maurício Nabuco, não desfrutava de boas relações com o Departamento de Estado, e nem sequer o procurava.

A complexidade do trabalho já se iniciava no próprio processo de contabilização da dívida. O sistema financeiro internacional ainda não dispunha de esquemas de compensação. Assim, o Brasil era devedor direto do comércio e da indústria dos Estados Unidos, que dispunham de uma capacidade infernal de produzir alarido.

Parecia a Walther que tinha sido instalado em todos os cantos do país um festival Brasil de condenação ao calote. Os credores reuniam-se em comitês em várias cidades americanas diversas vezes por semana, com manifestações e passeatas contra o Brasil. Muitos deles estavam sob ameaça de falência.

A cada dia que passava o movimento tornava-se maior. As reuniões esquentavam sobretudo em Nova York, em Chicago, grande fornecedor de máquinas pesadas, e em Nova Orleans.

Enfim, uma festa fechada: quem estava dentro do calote não saía, quem estava fora não entrava. Isto é, nenhum exportador estava mais disposto a ver o que o tabuleiro da baiana tinha, deixando o governo brasileiro desesperado e o país literalmente com a corda no pescoço. Com o crédito brasileiro abalado, o custo das importações subindo drasticamente pela incerteza quanto aos prazos de pagamento.

Daí a urgência em negociar o empréstimo de emergência capaz de fazer os velhos fornecedores esquecerem o Brasil, e os novos fornecedores esquecerem dos velhos, reabrindo as vendas ao país.

As credenciais de embaixador foram apresentadas em junho de 52. Ao final de setembro, Walther já tinha obtido o assentimento do secretário de Estado Dean G. Acheson e do secretário do Tesouro John Walther Snyder para o empréstimo de mais de US\$ 300 milhões, que ajudaria a liquidar todos os atrasados comerciais.

Em 24 de outubro, uma carta de Lafer a Walther autorizava "...um pedido de empréstimo mínimo de US\$ 200 milhões mas que desejaríamos fosse de US\$ 250 milhões a fim de atender o pagamento de atrasados comerciais com exportadores dos Estados Unidos". O empréstimo seria feito ao Banco do Brasil e amortizado após 90 dias a um ritmo de US\$ 4 milhões mensais. Os juros seriam pagos à parte. A forma de pagamento mensal visaria fortalecer a área econômica para manter o regime de restrições às licenças de importação, caso contrário haveria uma falsa sensação de alívio cambial capaz de liquidar o empréstimo em dois tempos.

O assentimento final de Acheson não se deu numa saleta burocrática de Washington, mas numa visita ao Brasil, a primeira exclusiva de um secretário de Estado, com direito a passeata em céu aberto, hospedagem na casa do embaixador Walther e uma recepção final que conseguiu tirar o presidente Vargas de seu casulo. Aparentemente, o empréstimo estava assegurado.

A visita de Acheson ao Brasil

Com exceção de Elliot Root, no começo do século, nenhum secretário de Estado americano já estivera no Brasil, em visita exclusiva. Uns dois ou três passaram por aqui, mas participando de conferências continentais.

Dean G. Acheson era uma figura portentosa, da melhor tradição de Yale. Ele havia sido discípulo do grande constitucionalista Louis D. Brandeis, primeiro juiz judeu da Suprema Corte americana, de 1916 a 1939. Acheson foi melhor apreciado postumamente. Foi o principal redator do Plano Marshall, da Doutrina Truman, e mentor da intervenção no Líbano. Ditou a política externa americana de janeiro de 49 a 52. Mas nos tempos do macartismo era considerado de esquerda.

O acesso a Acheson foi propiciado por Edward Miller, subsecretário para a América Latina, e que Walther havia conhecido como adido comercial da embaixada americana no Rio, no início dos anos 40. Na ocasião, Walther tinha procurado a embaixada através de um dementido para o boato de que as remessas de café da Companhia Brasileira de Café foram bloqueadas por suspeita de envenenamento. Tornaram-se amigos para sempre.

Edward Miller havia saído direto da Universidade de Yale para a de secretário legal de Acheson.

Acheson vinha de Viena, onde fora tratar da ocupação da cidade pelos quatro grandes, na sucessão de acordos que se seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial. A primeira parada de Acheson foi Recife, onde o aguardam Walther, o casal subsecretário Miller e o governador Agamenon Magalhães e senhora. Era 3 de julho de 1952.

Em Recife, havia a tradicional preocupação americana com a segurança do secretário. As senhoras da comitiva foram em um carro particular. Na limusine oficial seguiram Agamenon, Acheson à sua direita, e em duas banquetas da limusine Walther e Miller.

Na saída do aeroporto Agamenon ordenou ao chofer e seu ajudante que se desviassem da rota escolhida pela segurança e rumassem direto ao Centro.

No trajeto, a multidão aplaudia. Foi um banho de povo que entusiasmou a Acheson, a ponto de, em carro aberto, ele e Agamenon terminarem o percurso em pé. O governador havia conseguido passar à população a importância da visita.

Depois de um excelente almoço no palácio residencial, seguiu-se uma longa conversa entre Agamenon e Acheson, onde Walther

pôde apreciar melhor as qualidades e os últimos dias de vida do governador.

Agamenon havia sido a segunda nota dez da tradicional Faculdade de Direito de Recife, depois de Tobias Barreto. Walther conheceu um governador nordestino reconhecidamente culto, que passou a conversar com Acheson sobre a especialidade do visitante: direito constitucional americano, do qual uma das maiores autoridades era a do judeu português Brandão, o juiz Brandeis mestre de Acheson.

A satisfação do secretário com a conversa era evidente.

Enquanto Acheson e Agamenon terçavam amenidades, sua esposa manifestava curiosidade em conhecer Recife. O cicerone Bartolomeu Santos, então um jovem chefe de gabinete de Agamenon, levou-a para conhecer as igrejas de Recife, entre as quais a Igreja de Santo Antônio, que possuía uma capela toda revestida em ouro.

A senhora Acheson scandalizou-se:

— É tudo ouro na parede, com esta miséria toda em volta?

Num certo momento, Agamenon acompanhou Walther ao banheiro. Quando viu a batelada de remédios que tinha de tomar diariamente, o embaixador deu-se conta que estava com uma pessoa no final da vida. Acheson chegou ao Recife em 3 de julho. Em 24 de agosto, Agamenon faleceu, deixando muitos historiadores com a suspeita de que, não houvesse falecido, teria sido um dos candidatos favoritos à sucessão de Vargas.

A comitiva seguiu no mesmo dia para o Rio, onde aconteceria um jantar na embaixada americana, para o qual havia sido convidado o presidente Getúlio Vargas. Mas até aquele momento, o embaixador Walther não tinha nenhuma informação sobre se o presidente confirmaria ou não a presença.

Vargas nunca foi de frequentar recepções diplomáticas. No dia seguinte, deveria receber Acheson em audiência. A presença de Vargas seria fundamental para facilitar o trabalho de Walther.

O banquete era para 120 pessoas no Palácio Itamaraty, e havia sido muito bem organizado pela chancelaria. Não se tratava de futilidade. Jantares diplomáticos têm significado político. Ou, como se diz na diplomacia, mais que dizerem, os jantares fazem.

O convite fixava o início do jantar para as 20 horas. Até dois minutos antes ninguém sabia quem seria o convidado de honra que iria presidir o jantar. O embaixador H. Johnson não conseguia esconder sua ansiedade muito menos o embaixador Walther. Minutos

antes do início, no salão apinhado, ouviu-se a sirene da polícia. Vargas entrou no salão. Pelo inusitado, pela autoridade que dele emanava, fez-se um silêncio enorme.

A repercussão do banquete amainou o caminho e desfez as dificuldades enfrentados pelo jovem embaixador.

O *Time Magazine*, de 14 de julho de 1952, sob o título *Friendship affirmed*, descreveria em detalhes a visita de seis dias de Acheson às principais cidades brasileiras. E o repórter escalado para a cobertura pareceu especialmente deslumbrado pelo fausto do banquete. A imagem dos convidados passeando através de um lago com cisnes, rodeado de palmeiras reais, guardados por 200 dragões-lanceiros emplumados, com capacetes dourados, pareceu-lhe um cenário para Aída. Oficiais condecorados escoltavam acompanhantes vergando roupas de Fath e Balenciaga. A base do jantar foi caviar, foie gras, faisão e pontas de aspargos, acompanhados de champagne Pommery, safra de 1945.

Acheson hospedou-se na residência de Walther, que se retirou para deixá-lo mais à vontade.

Nos dias seguintes, Acheson conheceu melhor o modo de receber carioca, numa exaustiva sucessão de jantares e recepções. Foi recebido pelo casal Ricardo Jafet, em sua residência no Rio de Janeiro. Depois, compareceu ao solar dos Winnens, no Boticário, e deve ter se surpreendido com as flores que brotavam de maneira organizada das árvores do largo. Em homenagem ao convidado, o casal Winnes preparou inclusive um quadro de evocação do Brasil de Debret, com negros vestidos à caráter (de africanos) descendo de floresta iluminada por tochas ardentes. “Negros autênticos”, es-

tantava-se o cronista da *Rio Magazine*, como se negro para ele fosse material tão raro quanto para um inglês da City.

O embaixador solteiro já dava sinais que não mais o seria. Tanto na recepção na casa dos Jafet quanto na que teve, dias depois, na casa de Jorgito e Marjorie Prado, em São Paulo, num baile decorado por Júlio Senna, Walther compareceu acompanhado de Elisinha, aliás “da elegantíssima senhorita Elisinha Gonçalves”, conforme anotou o cronista da *Rio Magazine*.

No dia seguinte à recepção no Itamaraty, Acheson foi recebido em audiência por Vargas. Estavam presentes o ministro João Neves, das Relações Exteriores, o subsecretário Miller, o embaixador Valder de Lima Sarmanho, conselheiro e cunhado de Vargas, o secretário do Ministério das Relações Exteriores e o embaixador Walther.

Acheson pediu que suspendesse a entrada de qualquer outra pessoa na sala, mesmos por garçons. Tinha um comunicado sigiloso a fazer:

— Os Estados Unidos, dado o auxílio que naquele momento a China e a União Soviética estavam prestando à Coréia do Norte, acreditam que a guerra da Coréia pode se internacionalizar.

Como aliado, e signatário de um acordo militar, certamente os EUA esperavam uma cota de contribuição do Brasil.

Mas isto eram outros quinhentos. Naquele dia, Walther tinha certeza de que sua primeira e mais importante missão, a negociação do empréstimo de emergência, estava assegurada. Acheson permaneceu no Rio entre 4 e 11 de julho, hospedado na residência particular de Walther.

Mas, mesmo nos EUA, o que uma administração faz, eleições presidenciais desfazem. Principalmente quando a oposição vence.

As eleições mudam o panorama

Em novembro, antes de o empréstimo ter sido assinado, transcorreram as eleições presidenciais, e um herói de guerra, o candidato republicano Dwight Eisenhower, arrebatava dos democratas um poder que eles conservavam desde 1930, quando Roosevelt consagrava o New Deal.

A base do programa republicano não era encorajador. Um dos itens principais é que nenhum país aumentaria sua dívida com os EUA. A intenção era não apenas enfrentar os déficits orçamentários, como terminar com as liberalidades democratas.

Além disso, a troca de governo provocou uma mudança radical em praticamente todos os escalões do governo. Entre novembro e janeiro não foi possível dar seguimento aos termos do acordo verbal. Eram tempos difíceis e a ansiedade do governo tornava-se concreta nos seguidos telefonemas de Lafer e João Neves, solicitando que se tentasse resolver a situação antes de janeiro.

Empossado Eisenhower, o cargo de secretário de Estado passou das mãos brilhantes de Acheson para as não menos ilustres de John Foster Dulles, advogado consagrado e intelectual de peso.

Era protocolar a apresentação do secretário de Estado ao corpo diplomático em uma recepção, dada pelo decano do corpo diplomático ou por algum embaixador que mantivesse relações pessoais com o nomeado.

O anfitrião da recepção foi o embaixador das Filipinas, Carlos Pena Rômulo, que tornara-se amigo de Dulles quando este participara do Tratado de Paz Japão/Estados Unidos em 1951, que Rômulo participara na condição de representante das Filipinas. Naquele mesmo ano assinou o Tratado de Defesa Mútua entre os dois países e em dezembro de 51 assumiu a embaixada americana. Mas desde 1942 era um intelectual conhecido nacionalmente: naquele ano, venceu o Prêmio Pulitzer.

A recepção ocorreu alguns dias depois da posse de Dulles. Carlos Rômulo apresentou o jovem embaixador brasileiro a Dulles.

— Eu já o conheço — disse Dulles.

De fato, era tanta a pressão dos credores e do governo, que Walther se antecipara à apresentação oficial e procurado Dulles em seu escritório, em 20 de fevereiro.

Dulles era um sujeito de enorme respeitabilidade, homem de Estado de grande obstinação. Mas o encontro foi bastante tortuoso.

Walther não conseguia esconder a urgência.

As importações brasileiras estavam praticamente paralisadas por falta de crédito comercial. Mas antes de começar a falar, percebeu que o advogado Dulles havia se preparado para um embate, com a longa experiência de advogado do sistema financeiro nova-iorquino. De cara, tomou a ofensiva:

— O senhor veio conversar sobre um empréstimo para liquidar os atrasados?

— Sim.

Dulles estava a par da situação.

— A importância que os senhores solicitaram é muito alta, e o Brasil não tem capacidade para pagá-la.

— Desculpe-me, mas as negociações já duram meses e foram exaustivamente discutidas entre o Departamento Econômico da embaixada e o secretário do Tesouro americano. Ambos chegaram a um acordo não só sobre as condições do empréstimo como concordaram com a capacidade de pagamento do Brasil.

Dulles não abria a guarda:

— Eu consultei o secretário Humphrey, do Tesouro, e ele me disse que não concordaria com mais de US\$ 100 milhões.

De fato, o secretário de Tesouro George M. Humphrey assumiu

a política econômica de Eisenhower com mão-de-ferro. O objetivo básico era o controle monetário e um orçamento equilibrado visando acabar com a inflação.

— Mas nós já tínhamos conversações anteriores para liquidar dívidas comerciais no valor de mais de US\$ 300 milhões...

— Não esqueça, sr. embaixador, os republicanos é que estão no controle agora. Não somos como os democratas. Não compramos amizades.

— E a amizade do Brasil não está à venda — rebateu o embaixador.

— O senhor é banqueiro na vida privada e sabe que o Brasil não pode pagar.

Dulles havia batido forte demais e a conversa azedou:

— Secretário Dulles, aqui eu não sou banqueiro, eu sou embaixador. E o senhor não é o advogado-chefe do maior escritório de Wall Street (Dulles era advogado da Sullivan & Crowell). O senhor é secretário de Estado e eu embaixador.

Não deu espaço para Dulles retrucar:

— O senhor escreveu um livro em que reprovava a pouca atenção dos EUA para com a América Latina. Eu, como representante do maior país da região, e primeiro embaixador que o senhor recebe, saio decepcionado. E como não temos mais nada a dizer, peço licença.

Dulles havia escrito, em 1939, “War, peace and change” e, em 1950, “War or peace”.

Levantou-se para sair. Dulles antecipou-se, bateu no seu ombro e procurou acalmá-lo:

— Você é muito jovem, impetuoso, vamos conversar.

— Desculpe, mas não temos mais o quê conversar.

Aí o duro Dulles fez menção de abrir a guarda:

— O senhor Acheson estava a par das negociações?

— Sim, foi ele quem me incentivou.

— Mas este compromisso é do Partido Democrata, que dava dinheiro com liberalidade. Nós somos diferentes.

— Eu pensei que estivesse conversando com o governo dos Estados Unidos.

Na saída, Dulles perguntou se Acheson tinha se comprometido com Walther

— Tinha.

Era sexta-feira. Ao chegar à embaixada, fim de expediente, Walther passou telegrama a João Neves falando das dificuldades. Veio a contra-ordem: “Rompa negociações”.

Em seguida, telefonou para Acheson em Nova York. Não o encontrou. Mais tarde soube que Dulles havia lhe telefonado antes.

Às 8 da noite, recebeu um telefonema surpreendente. Era Dulles:

- O senhor irá passar o fim de semana em Washington?
- Sim, ali é o meu ponto.

Pouco tempo depois recebeu outro telefonema, convocando-o para uma reunião no Eximbank no dia seguinte pela manhã.

Naquele intervalo, como Dulles não podia resolver sozinho a questão, pois George Humphrey era contra, levou o assunto ao próprio Eisenhower.

Segundo um artigo de jornal de Drew Pearson intitulado "Inside story behind loan to Brazil", o empréstimo teria sido conseguido da seguinte forma: "Nelson Rockefeller, que sabe dos problemas latino-americanos melhor do que ninguém em Washington, chamou C.D. Jackson e o convenceu de falar sobre o empréstimo diretamente com Eisenhower. Durante a noite o presidente decidiu num assunto em que secretários do Estado e do Tesouro estavam demorando tanto e deu o empréstimo".

O presidente convocou então o secretário do Tesouro, o presidente do Federal Reserve Bank, Dulles e o presidente em exercício do Eximbank, Hawthorne Arey para a reunião com Walther.

Foi uma reunião pitoresca. Estavam presentes o presidente do banco, um ex-general, todos os diretores, mais um assistente de Dwight Eisenhower para política externa, C.D. Jackson, chefe da Psychological Warfare e ex-editor da *Fortune*, caolho. Alguns dos diretores haviam vindo direto de suas fazendas, barba por fazer.

Walther se fez acompanhar de Carlos Alfredo Bernardes, primeiro secretário da embaixada.

O presidente do Eximbank abriu a reunião com palavras solenes:

— Senhor embaixador, o governo americano, por intermédio do Eximbank, concordou em fazer o empréstimo.

— Fico grato. Eu sabia há meses que iam finalizá-lo.

— O senhor não perguntou de quanto é o empréstimo.

— Negociamos pelo valor da dívida.

— Está certo.

— Agradeço muito.

— Há porém uma pequena dificuldade: as taxas de juros subiram no mercado, e nós buscamos nossos recursos no mercado.

Quando as negociações se iniciaram as taxas estavam em 4%. Haviam subido 0,5%.

— Não posso aceitar.

— Mas como?

— Não tenho autoridade para tanto. Preciso ligar para o Rio.

Alguns diretores sequer tinham se barbeado. Um diretor tinha

vindo diretamente de sua fazenda em Washington. O advogado-chefe piscava o olho do outro lado para Walther.

O presidente do Eximbank disse:

— Como embaixador o senhor tem prioridades. Mas nós temos linhas telefônicas aqui.

— Mas eu prefiro ir à embaixada e voltarmos a conversar depois do almoço.

O primeiro secretário batia no pé de Walther e mostrava olhos súplices:

— Aceita.

Ninguém entendia o que se passava. Walther, sim. Depois de meses de sofrimento, o jovem embaixador queria curtir intensamente sua primeira grande vitória. Depois de mais alguma relutância, acabou aceitando o convite para ligar da sala ao lado, sabendo estar sendo ouvido:

— Horácio, estou no Eximbank.

— O que você está aí fazendo, se tudo está perdido?

— Acho que podemos ter o que pleiteávamos e já tinha sido concedido.

— Quanto?

— O total.

— Ótimo, e o telegrama para João Neves?

— Hoje é outro dia. Mas há uma dificuldade. Eu não estou na embaixada e eles aumentaram as taxas de juros.

— Aceite qualquer uma.

Pelo telefone, Walther leu as condições: crédito de US\$ 300 milhões, por três anos, a juros de 3 1/2%, e prazo até 1º de julho de 53 para liquidação total dos atrasados.

Quando as negociações iniciaram, em fins de 52, os atrasados comerciais ascendiam a US\$ 260 milhões. Em fevereiro de 53, quando foi anunciada a concessão do crédito, as dívidas ascendiam a US\$ 400 milhões. O empréstimo negociado era de US\$ 300 milhões e, por imposição de Eugene R. Black, o prazo de pagamento foi fixado em 36 meses.

Dulles empenhou-se pessoalmente na questão. Como Humphrey mantinha-se contrário à concessão, Dulles levou a questão a Eisenhower, que convocou o secretário do Tesouro, o presidente do Federal Reserve Bank, Dulles e o presidente em exercício do Eximbank Hawthorne Arey, para uma reunião no sábado, 21 de fevereiro, pela manhã. Pouco antes de Walther ser convocado para assinar o contrato.

Walther tinha como hóspede na embaixada um primo seu com a esposa. Naquela noite, antes do jantar, brindou com uma garrafa de champanhe e dormiu tranquilo.

O último encontro com Getúlio

Quando Walther pediu demissão, Vargas solicitou que ficasse mais alguns meses aguardando a vinda do substituto, João Carlos Muniz. Vicente Rão já era o ministro das Relações Exteriores.

De volta ao Brasil, verão de 54, Walther teve o último encontro com Vargas. O mais polido dos homens que conhecera conservava ainda seu senso de humor e risada inigualável. Mas demonstrava certa melancolia e solidão.

No dia em que lhe pediu que o dispensasse das funções de embaixador, Vargas comentou a respeito de um deputado governista, que o acusara de ser “mais um embaixador americano em Washington”. Walther não quis saber quem era.

— Embaixador, o senhor não pergunta quem é o deputado? — estranhou Vargas.

— Eu já sei, porque tivemos incidente semelhante no Itamaraty. Era Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria.

— Mas o senhor sabe qual foi minha resposta?

— Não.

— Eu disse a ele que tinha a Câmara para denunciar, e não a mim. E soltou uma grande gargalhada, jogando a cabeça para trás.

Depois, convidou Walther para jantar. O embaixador disse que era uma grande honra, mas pediu para dar um telefonema, pois tinha um compromisso agendado.

Vargas interrompeu:

— Então meu convite não é mais válido. O senhor é moço, precisa se divertir no convívio de gente agradável.

— Mas gostaria de jantar consigo.

— Não mais.

Desceram no elevador, no Palácio Rio Negro. Sairam pelo Salão de Despachos. Na alameda, entre o Palácio de Rezende, Var-

gas pôs o chapéu e cruzou os braços atrás das costas:

— Boa noite.

E atravessou sozinho para seu jantar solitário.

Em 26 de agosto Walther foi exonerado a pedido do cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

E o favor político a Vargas, conseguindo financiamento para a eletrificação do Rio Grande do Sul?

Como embaixador, Walther empenhou-se por vários projetos, entre os quais o de eletrificação do Rio Grande do Sul, aprovado graças à compreensão de sua importância política para Vargas, sem se descuidar dos aspectos técnicos.

Sua aprovação era necessária tendo em vista que Vargas iria visitar o Rio Grande e gostaria de comunicar o empréstimo. O financiamento foi aprovado pelo Bird mas ficou anos sem ser utilizado. Ocorre que Noé de Freitas, presidente das centrais gaúchas, era francamente antiamericano. Foi com o secretário de Fazenda do Rio Grande a Washington para a cerimônia de assinatura.

O embaixador Walther ofereceu almoço a Eugene Black, o presidente do Bird. Terminado o almoço, Walther dirigiu-se a Noé:

— Então, Noé, agora você pode fazer a compra de equipamentos. O senhor deve estar muito satisfeito.

— Eu vou embarcar para a Europa.

— Mas não vai pesquisar equipamentos na América?

— Não, quero só equipamento europeu.

Anos depois, quando Walther voltou a ser embaixador, o crédito ainda não havia sido utilizado, embora o país continuasse pagando comissão anual pelo empréstimo.

A morte de Vargas

Walther vinha com San Thiago Dantas da Zona Sul, em um momento muito tenso na cidade do Rio de Janeiro. Quando o carro estava próximo do Flamengo, eles ouviram no rádio a notícia extraordinária: Vargas se suicidara.

Imediatamente, San Thiago ordenou ao chofer que rumasse para o Palácio do Catete. Eram oito e meia da noite quando ambos entraram no palácio. Nesta altura, as rádios informavam que *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa* estavam cercados por populares enfurecidos.

San Thiago seguiu para o jornal *O Globo*, cercado por uma multidão que uivava de dor e ódio. Walther rumou imediatamente para o último andar do palácio. Não chegou a entrar no quarto onde Vargas se suicidara. O palácio era grande, e nele contrastava fortemente uma confusão enorme, de pessoas correndo de um lado para o outro e, ao mesmo tempo, a sensação de vazio, de solidão. Calor mesmo havia apenas do lado de fora, onde uma multidão queria entrar à força, obrigando que se pedisse garantias policiais para evitar a invasão.

Mais tarde, começaram a chegar pessoas. Juscelino foi o único governador a se apresentar, juntamente com Amaral Peixoto, casado com Alzira. Walther deixou o palácio por algumas horas, foi à sua casa e retornou logo depois. Cumprimentou Alzira e Amaral, não conseguiu ver dona Darcy e permaneceu no velório até a hora da partida, dividindo um banquinho no primeiro andar, em longa conversa com Oswaldo Aranha, e em intensas reflexões sobre o processo de isolamento de Vargas.

As suspeitas de conspiração internacional vazavam por todos os poros da república e impregnavam as paredes do palácio. Aranha reiterava acusações sobre a queda nos preços do café, atribuindo-a a pressões externas.

Conhecedor do mercado, Walther não via fundamento em suas acusações. O Brasil havia montado uma manobra especulativa que logrou elevar os preços do café a 86 centavos, mas não conseguiu sustentá-los. A operação foi estimulada pelo governo e garantida pelo Banco do Brasil, que chamou grupos privados para participarem do jogo. Na época, a Bolsa de Nova York abriu investigações sobre as operações brasileiras, que ajudaram a precipitar a queda das cotações.

Aranha acreditava que a queda era mais um capítulo da longa conspiração contra Vargas. A cabeça de Aranha o cansava um pouco, principalmente quando insistia na conspiração internacional contra o café.

TRECHOS DO LIVRO DE LUÍS NASSIF SOBRE WALTHER MOREIRA SALLES QUE SERÁ PUBLICADO EM JULHO DE 2003.

e - m a i l : l n a s s i f @ a d v i v o . c o m . b r